

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Faculdade de Educação

Programa de Pós-graduação em Educação

A diversificação curricular no Curso de Farmácia como expressão da indefinição do objeto farmacêutico.

Dissertação de Mestrado apresentada como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação pela Faculdade de Educação.

Orientadora: Dra. Denise Balarine Cavalheiro Leite

Miguel Medeiros Montaña

Porto Alegre, outubro, 1995.

**BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UFRGS**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Denise Balarine Cavalheiro Leite

Orientadora. Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, UFRGS.

Dra. Mérión Campos Bordas

Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, UFRGS.

Dra. Maria Estela Dal Pai Franco

Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, UFRGS.

Dr. Eloir Schenkel

Doutor em Ciências Farmacêuticas. Professor do Programa de Pós-Graduação em Farmácia, UFRGS.

DEDICATÓRIA

À Professora **Jandira**, minha mãe, cuja honrada e profícua trajetória docente certamente influiu para a minha caminhada na Educação.

À Professora **Sirley**, minha esposa, companheira de ideais, experiências e esperanças também no trabalho docente.

AGRADECIMENTOS

À Professora **Denise Balarine Cavalheiro Leite**, pela orientação que dispensou a este trabalho exercitando extraordinariamente a docência em termos de incentivo, aconselhamento e amizade.

Aos Professores da Faculdade de Educação que ministraram conteúdos básicos tão valiosos para a abertura de horizontes.

À Direção do Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos e à Direção da Faculdade de Farmácia que contribuíram muito para a busca e localização das fontes bibliográficas nem sempre acessíveis ou disponíveis.

Aos amigos e colegas de outras áreas na Universidade que também ajudaram e aconselharam para os rumos que esta pesquisa tomou.

À minha esposa Sírley e aos meus filhos Miguel, Daniel e Misael pelos incentivos, afetos e compreensões no decorrer de todo o Programa de Mestrado.

SUMÁRIO

	<i>Página</i>
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	06
RESUMO	07
ABSTRACT	09
1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	17
3. CONHECENDO O RELATO HISTÓRICO	28
3.1. Ensino, Currículo e Profissão do Farmacêutico no Brasil	28
3.2. Ensino e Currículo na Faculdade de Farmácia da UFRGS	70
4. PARA ENTENDER O QUE ACONTECEU	109
4.1. Currículo unitário e integrado	109
4.2. Currículo diversificado	115
5. CONCLUSÕES	147
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	150
ANEXOS	159

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Página

Figura 1: Proposta de "eixo profissional integrado" para o Curso de Farmácia	105
Quadro 1: Síntese das relações produção x profissão x ensino/currículo na Farmácia	107
Quadro 2: Causas para as reformulações curriculares na Farmácia até a década de 1950	110
Quadro 3: Motivos da diversificação curricular e pro- fissional na Farmácia	116
Quadro 4: Causas das dificuldades da profissão farma- cêutica no Brasil	136
Quadro 5: Potencial resolutivo da reformulação curri- cular sugerida pela Faculdade de Farmácia da UFRGS	141

RESUMO

A orientação atual do ensino e dos currículos de graduação em Farmácia para as áreas de medicamentos, análises clínicas e alimentos, tem se constituído em componente relevante da insatisfação das escolas e entidades representativas da classe farmacêutica no Brasil.

Não obstante, já decorridos mais de 30 anos nessa situação, e a despeito das reformas empreendidas nesse período com o propósito de aperfeiçoar o ensino de Farmácia, permanece o quadro estabelecido como a indicar um verdadeiro impasse entre partidários e adversários da sua manutenção.

Tem persistido assim, para a formação do Farmacêutico no país, uma peculiar diversificação no currículo que não encontra similar nas outras áreas da saúde.

A presente dissertação buscou melhor compreensão sobre os antecedentes, mediações, características e significados dessa situação posta, na esperança de colaborar com a discussão que atualmente se realiza sobre o futuro do ensino e da profissão farmacêuticas no país.

Enfocando este trabalho, efetuou-se o levantamento das formas tomadas pelos currículos de Farmácia ao longo do tempo e dos componentes históricos e sociais que conformaram estes currículos buscando-se os motivos que teriam levado à diversificação curricular. Por conveniência adotou-se a

centenária Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como uma situação micro social para a verificação do sentido das reformas e da diversificação curricular instaladas.

Mediante a percepção de que o tema apresentava inescapáveis ligações entre os sistemas produtivo, educacional e profissional, recorreu-se aos aportes oferecidos por Basil Bernstein a respeito da reprodução em educação e no currículo.

Contando com esses elementos, o trabalho dedicou-se especialmente a apreender as concepções formadas sobre o objeto da profissão farmacêutica e as suas respectivas transcrições no conteúdo e na forma do conhecimento adotado e desenvolvido como objeto dos currículos e do ensino.

Dessa tarefa resultou a compreensão de que enquanto houve uma clara definição do medicamento como objeto do conhecimento da profissão, constituíram-se currículos unitários e ensino compatíveis com o modo de produção e o mercado de trabalho.

Na medida contudo em que a industrialização foi modificando o modo de produção dos medicamentos e o campo de trabalho do farmacêutico, o objeto da profissão foi se tornando nebuloso devido às dificuldades para uma nova decodificação do conhecimento profissionalmente válido.

Situação que, no ensino e no currículo, expressou-se pela tentativa de recompor a formação para o exercício profissional do Farmacêutico pela via da diversificação curricular, centrada na intermediação do conhecimento em Bioquímica e com evidente otimismo sobre a suficiência das reformas empreendidas.

ABSTRACT

The current orientation of pharmacy teaching activity and curricula for under-graduate courses in the area of pharmaceuticals, clinical analyses and foods has been object of dissatisfaction on the part of schools and important professional pharmaceutical entities in Brazil.

Nevertheless, the situation has lasted for over 30 years, and despite changes introduced to improve pharmacy teaching, it has reached at an impasse between those who are for or against their maintenance.

Contrary to the situation in other health areas, it has persisted in pharmacy schools throughout this country, a peculiar curricula diversification.

The present dissertation has attempted to reach a better understanding of antecedents, mediations, characteristics and meanings of the above mentioned situation, hoping to contribute towards the discussions about the future of pharmaceutical teaching and profession which are taking place in this country.

As part of this work, we collected data about the forms pharmacy curricula have taken throughout the years as well as the underlying social and historical components, in search of the causes of curricula diversification.

For convenience, we adopted the 100-year-old School of Pharmacy at the Universidade Federal do Rio Grande do Sul as

the microsocial situation for the verification of the meaning of the changes and diversifications effected.

Perceiving that theme presented inescapable links between professional, educational and productive systems, we referred to Basil Bernstein's contribution treating of reproduction in education and curriculum.

In view of those elements, we devoted our attention mainly to form conceptions about the object of the pharmaceutical profession and its respective transcriptions in the form and content of knowledge adopted and developed as the object of curricula and teaching.

This approach led to the conclusion that when there was a clearcut definition of pharmaceuticals as the object of knowledge of the profession, there were unitary curricula as well as a teaching activity compatible with the means of production and labor market.

As industrialization modified the form of production of pharmaceuticals and a pharmacist's field of work, the object of the profession became uncertain due to the difficulties for a new decodification of professionally valid knowledge.

As to teaching activity and curriculum, the situation above described expressed itself by trying to recompose and to structure the professional pharmaceutical activity via curricular diversification, centered on intermediation of knowledge in biochemistry and the belief that changes established will succeed.

1. INTRODUÇÃO

As escolas de formação e as entidades de classe farmacêuticas vêm promovendo nos últimos anos diversos encontros regionais e nacionais a respeito do Ensino de Farmácia, considerado insatisfatório porquanto formador de profissionais em desacordo com a realidade brasileira e perdendo espaços no sistema de saúde (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 1990; ENCONTRO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO FARMACÊUTICO, 1991).

Como resultado dessa movimentação encontram-se atualmente em curso propostas e gestões para uma nova reforma curricular derivadas de reuniões sugeridas pelo Conselho Federal de Farmácia como preparatórias de Encontro Nacional de Reforma Curricular (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 1991).

Como um todo, essa situação inscreve-se em processo que já vem preocupando a classe farmacêutica há cerca de 40 anos tendo como causa principal alegada a ocorrência de perdas para o Farmacêutico no mercado de trabalho, creditadas à

industrialização dos medicamentos (VALLADÃO et al, 1986; SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CURRÍCULO DE FARMÁCIA, 1989).

Anteriormente, na tentativa de superar essa questão, já ocorreram duas reformas curriculares do Curso de Farmácia, decorrentes dos Pareceres n° 268/62 e n° 287/69 do Conselho Federal de Educação (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1963; 1969) que pretenderam soluções através do oferecimento de outras opções para a formação do Farmacêutico como saída para ampliar-lhe as oportunidades de exercício profissional.

Então, a recorrência atual a uma nova modificação do Ensino Farmacêutico, centrada mais uma vez na inadequação da formação profissional (ENCONTRO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO FARMACÊUTICO, 1991), parece indicar a insuficiência das duas reformas anteriores.

A rigor, essa situação de recorrência a reformas curriculares como tentativa de melhor compatibilização do ensino com as demandas sociais, também tem sido freqüente nos últimos 40 anos nos diversos cursos da área da Saúde, na Medicina inclusive (FRAGA FILHO & ROSA, 1980).

Essa movimentação reformista mais geral não tem produzido, contudo, os resultados esperados devido em muito às dificuldades de compreensão sobre o significado e abrangência da questão curricular que, sendo trabalhosa mesmo para os especialistas da Educação (BORDAS, 1992), apresenta-se mais difícil ainda para as instituições que

oferecem cursos na área da saúde. Não só porque os profissionais dessa área sejam, geralmente, pouco afeitos, ou insuficientemente instrumentalizados para as lides educacionais, mas principalmente porque as próprias profissões da Saúde carregam componentes intrínsecos de antiguidade, continuidade histórica, especificidade profissional e imediata função social (DONNANGELO, 1976) que lhes conferem particular aura de naturalidade e neutralidade não favorecedora do desvelamento.

Condições tais que, certamente, têm contribuído para que as modificações curriculares levadas a efeito nos últimos anos tenham resultado muito em "reformas sem reforma" (CHAVES, 1982), dado o cunho apenas metodológico e modernizante de que se revestiram.

Embora perfeitamente inserido nesse quadro de dificuldades para a efetivação de reformas curriculares, o âmbito farmacêutico apresenta nesse aspecto uma particularidade que não encontra paralelo em nenhuma das outras profissões da saúde.

Essa distinção refere-se à **diversificação curricular** que ocorreu na Farmácia enquanto nas outras profissões da Saúde efetivaram-se cada vez mais as especializações, mantidos os respectivos objetos.

Aconteceu que, as duas últimas reformas do currículo na Farmácia, enquanto conservaram a formação para medicamentos

- campo tradicional e privativo do trabalho farmacêutico - criaram, peculiarmente, novas habilitações para o curso, nas áreas de Análises Clínicas e Alimentos, que não se constituíam em componentes intrínsecos do "que fazer" farmacêutico.

Como já referido, tais reformas não foram capazes de levar às melhorias pretendidas e atualmente são avaliadas inclusive como desestruturadoras da profissão por haverem contribuído para segmentar a formação profissional, havendo ainda os que as consideram como estratégias adotadas para afastar o Farmacêutico do medicamento, objeto implícito e central do seu trabalho (VALLADÃO et al, 1986; SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O CURRÍCULO DE FARMÁCIA, 1989).

Nas reflexões que hoje se desenvolvem nacionalmente sobre uma nova reforma do currículo para a Farmácia mantém-se bem presente a importância dessa **diversificação** no ensino de graduação, havendo mesmo polêmica entre os partidários da permanência de tal orientação no curso e os que preconizam a mudança de rumos, com o retorno da formação única para medicamentos.

A peculiaridade que essa diversificação representa em termos de estudos curriculares e a atualidade que ela mantém na formação do farmacêutico, contrastam todavia com a linearidade das explicações disponíveis a respeito das suas

causas e manutenção, já por 30 anos, no ensino de Farmácia do país.

Assim, uma pesquisa que se proponha a buscar mais detidamente as origens e as mediações que tornaram possível orientação tão particular a um currículo acadêmico, **a ponto de desviá-lo do seu objeto principal**, certamente poderá ajudar para melhores compreensões na discussão que hoje é travada sobre o futuro do ensino e da profissão farmacêutica.

Por tais motivos, esta pesquisa adota como seu foco principal o tema da diversificação curricular, típica do Curso de Farmácia, pretendendo conhecer-lhe mais completamente os antecedentes, mediações, características e significados que tomou.

Por conveniência, toma-se a Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como ponto de aplicação deste trabalho. Essa escolha deve-se por um lado à proximidade da escola para obtenção de fontes bibliográficas e de outras informações; por outro lado porque enseja trabalhar-se localmente uma situação particular que, em princípio, apresenta-se como geral nas demais escolas congêneres do país que se encontram também empenhadas em reformar os seus currículos.

Além disso, a escola da UFRGS apresenta as credenciais de participante ativa da atual reflexão sobre o ensino de

Farmácia no Brasil e, ainda, credencia-se nesse contexto com proposta curricular própria (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1993) para ser levada ao **forum** nacional que decidirá futuros encaminhamentos.

Dessa forma, para levar a cabo a pretensão exposta, são tomados como objetivos:

- levantar e sistematizar as formas tomadas pelos currículos de Farmácia ao longo do tempo e dos componentes históricos e sociais que os conformaram até a década de 50;
- apreender os motivos que levaram à **diversificação** no currículo de Farmácia na década de 60;
- identificar o significado das reformas e da diversificação curricular na Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Quando este expediente se propõe à reflexão sobre a diversificação curricular instalada no curso de Farmácia, está na verdade dando margem para análises muito amplas das suas relações evidentes com produção, educação e profissão.

Dessa forma é conveniente estabelecer desde logo que a pretensão nos limites desta dissertação refere-se tão somente a um aspecto particularizado da questão, restrita ao levantamento de possível vinculação daquela peculiaridade com o objeto do mister farmacêutico, embora, obviamente, lançando mão dos subsídios fornecidos por aquelas relações, na medida do necessário.

À vista contudo da ligação inescapável que o tema mantém com os sistemas produtivo, educacional e profissional, recorre-se a entendimentos que uma das principais teorias da reprodução oferece para decodificação daqueles relacionamentos.

Na teoria que desenvolve a respeito da reprodução cultural e social através da Educação, Basil Bernstein, por

exemplo, procura explicações sobre os processos culturais pela via dos quais a educação aporta elementos para a reprodução social e cultural.

Tal como Pierre Bourdieu, Bernstein foge da concepção de relações diretas entre causas e efeitos permeando estrutura social e educação, diferenciando-se com isso de outros autores reprodutivistas (SILVA, T., 1991).

Então, para explicitar como se dá a reprodução cultural lança mão do conceito de formação de processos intermediários a nível de consciência, através da apreensão a que denomina de códigos transmitidos pelo processo educacional, pelos quais o exterior se internaliza e, reelaborado, molda o interior ou, mais acadêmicamente, o conceito de **código** como

"Princípio regulador, tácitamente adquirido, que seleciona e integra significados relevantes, formas da sua realização e contextos evocadores. Ao passar do micronível, interacional, para o macronível institucional, os significados transformam-se em práticas de discurso, a realização em práticas de transmissão e os contextos em práticas organizacionais" (DOMINGOS, et al, 1986, p.343)

Para Bernstein, no processo de transmissão pedagógica das mensagens o que importa não é fundamentalmente o conteúdo destas mas a **forma** que a comunicação pedagógica

assume como expressão de classe pois é esta forma que constitui a discriminação e posiciona as pessoas na estrutura de classe.

O conceito fundamental de Bernstein refere-se todavia à forma pela qual o **poder** se traduz em dominação cultural:

*"... o poder é definido como a possibilidade de definir as categorias que constituem a divisão social do trabalho (que tanto pode ser a divisão social do trabalho mais ampla do capitalismo quanto a divisão do trabalho na escola, na família, etc.). O poder é a capacidade de manter essa divisão... Agora, o princípio que preside esta separação, o de classe, e cuja permanência é garantida pelo poder, precisa ser transmitido... Em Bernstein, o **controle simbólico** ... é a forma pela qual as relações de poder são transmitidas." (SILVA, T., 1991, p.7)*

Por outro lado a maior eficácia dos efeitos que causam o poder e a estrutura social reside no desconhecimento ou não reconhecimento, a nível de consciência, dos mecanismos que induzem às falas e aos atos e assim

"A esperança essencial para a mudança surge não da própria esperança, mas da compreensão dos diversos modos de regulação da consciência e da sua relação com as diferentes bases sociais" (BERNSTEIN, 1989, p. 398 apud SILVA, T., 1991, p.7)

Quando trata da autonomia da educação em relação à produção, Bernstein considera que há autonomia relativa da educação devido à

"Relação de simultânea independência e dependência da educação em relação à produção, em que a forte classificação entre estas categorias cria condições para que os princípios, contextos e possibilidades da educação não estejam integrados nos princípios, contextos e possibilidades da produção, mas em que as relações econômicas e de classe da produção estão na base da educação. A autonomia da educação refere-se ainda ao grau de recontextualização dos princípios dominantes do Estado na constituição do discurso pedagógico." (DOMINGOS et al, 1986, p.341)

Abordando questões clássicas da Sociologia, Bernstein preocupa-se também com a compreensão sobre **classificação** que apresenta como

"... princípio que regula o posicionamento das categorias numa dada divisão social de trabalho." (DOMINGOS et al, 1986, p.343)

e que assim apresenta a prerrogativa de mediar o que seja legítimo ou não, em evidente conexão com o poder.

Relativamente à mudança social, a elaboração de Bernstein a condiciona ao aprendizado, via código, dos princípios do poder com o que

"... adquire-se uma voz, isto é, somos conformados a produzir apenas certos textos e outros não... Mas ao se aprender uma voz, aprende-se também, de certa forma, as outras vozes... É este potencial que pode permitir um questionamento dos princípios de poder e de classificação, introduzindo uma possibilidade de mudança." (SILVA, T., 1991, p. 13)

Já quando se refere à mudança educacional, Bernstein é mais cauteloso devido à dependência da transmissão educacional e pedagógica aos princípios e controles do poder estabelecido nas bases da divisão social do trabalho e da sociedade de classes (SILVA, T., 1991).

Por isso, concebe apenas a possibilidade de mudanças superficiais na educação e na escola, sem tocar todavia nos princípios de poder propriamente ditos.

Relativamente à transmissão no sistema educacional do conhecimento que conscientiza, Bernstein considera que há três sistemas mensageiros:

- o currículo, que seleciona os conteúdos que considera válidos;
- a pedagogia, que determina a forma da transmissão dos conteúdos e
- a avaliação, que opina sobre a realização adequada dos conteúdos (LEITE & CUNHA, 1994).

Recorde-se no entanto que não são os conteúdos curriculares que suscitam a reprodução mas a **forma** da sua transmissão graças aos isolamentos e controles que propiciam

- **classificação**, entendida como

"... princípio que regula o posicionamento das categorias numa dada divisão social de trabalho" (DOMINGOS et al, 1986, p.343) e

- **enquadramento**, que se constitui no

"... princípio que regula a realização das relações de poder entre as categorias" (DOMINGOS et al, 1986, p.347)

Dessa maneira, quem domina a **forma** de transmissão detém o controle (simbólico) e o poder para distribuir o capital cultural o que faz com que, na sociedade haja diferenciação no acesso dos sujeitos aos bens simbólicos (recursos simbólicos e recursos materiais) dado que ocupam posições na estrutura de classes.

A condição de acesso ao conhecimento torna-se assim uma questão de aquisição de **códigos** educacionais. Os códigos podem ser ainda **restritos** ou **elaborados**; o código **restrito** é

o

"... que se caracteriza por uma ordem de significação particularista, em que os princípios e operações são mantidos implícitos, dado que as significações partilhadas e ligadas ao contexto não

carecem de muita verbalização;..." (DOMINGOS et al, 1986, p.344),

enquanto que o código **elaborado** é aquele que

"... se caracteriza por uma ordem de significação universalista cujos princípios e operações são tornados explícitos e que, estando desligada do contexto, dá ao falante possibilidade de distanciamento e, portanto de reflexividade;..." (DOMINGOS et al, 1986, p. 344)

A educação distribui os códigos **elaborados** por meio dos currículos em estruturas denominadas de **coleção** e de **integração**; a primeira refere-se a conteúdos em relações com classificação e enquadramento fortes (relações fechadas) ao passo que a segunda caracteriza enquadramento e classificação fracas (relações abertas).

Em relação ao conhecimento, o currículo de coleção

*"... está organizado para um ensino em profundidade vertical onde a especialização vai aumentando à medida que o indivíduo avança na escolarização. Os conteúdos mantêm relações fechadas entre si e o **mistério** do assunto é revelado muito tarde, exigindo uma longa iniciação, muitos anos de estudo. O conhecimento torna-se sagrado, somente acessível a alguns. Ele é propriedade privada de poucos. Aqueles que o possuem são detentores de um monopólio, de um capital cultural."* (LEITE & CUNHA, 1994, p.7)

Nesse currículo são incentivadas atitudes submissas e passivas diante do conhecimento, o individualismo e a competição; são introduzidas relações de mercado no processo de ensino-aprendizagem conferindo aos trabalhos dos alunos uma dimensão de produto e de valor de troca...

"No currículo de integração, que, para Bernstein só existiria a nível ideológico e em algumas tentativas isoladas, especialmente nos primeiros anos do 1º grau, pois ele contradiz a base material que o suporta, os vários conteúdos se subordinam a uma idéia central. Os significados do conhecimento são dados em função do todo. As fronteiras entre as disciplinas e os conteúdos são tênues. As questões básicas dessa forma de transmissão dizem respeito a tarefas partilhadas por diferentes professores, modos de conhecer, em teoria auto reguladora e na promoção do ensino em profundidade." (LEITE & CUNHA, 1994, p. 7)

Nesse tipo de currículo há integração e interdisciplinaridade e o conhecimento pode ser trabalhado em profundidade partindo do superficial para o mais profundo.

Com essa orientação há maior respeito e valorização das diferenças e a avaliação tende a crescer na perspectiva da valorização, integração e emancipação. Logicamente um currículo desse tipo pressupõe também modificação nos enquadramentos, flexibilizando a distribuição de poder e o controle.

Para a realização desta pesquisa adota-se a linha metodológica social no sentido da visualização e reconstrução do objeto eleito e da máxima apreensão do mesmo com o auxílio do entorno social (SANTOS, 1991).

Por conveniência, como já referido, limita-se a pesquisa a uma "situação micro social" (LÜDKE & ANDRÉ, 1986) representada pela Faculdade de Farmácia da UFRGS, configurando o estudo de um caso e, utilizando a abordagem de caráter qualitativo no propósito de melhor captação dos fenômenos naturais (TRIVIÑOS, 1987).

A busca da realidade construída historicamente ao redor da profissão e do currículo farmacêutico circunscreve-se ao Brasil, efetua-se via pesquisa documental e bibliográfica e pela tomada de depoimentos em entrevistas, que são formas de investigação da concepção formada sobre o assunto através das quais as pessoas registram e falam sobre o mesmo (TRIVIÑOS, 1987).

No trabalho com a bibliografia e documentação efetua-se a interpretação de conteúdos de fontes primárias e secundárias, buscando-se conexões das mesmas com o momento histórico. Utiliza-se assim uma metodologia operacional de intersecção de conteúdos com os quadros históricos considerados para o tema (FRANCO & MOROSINI, 1992), perseguindo-se uma melhor visão de conjunto entre as

relações de produção, profissão e ensino e as influências respectivas sobre o objeto farmacêutico.

A documentação analisada constitui-se especialmente de atas, jornais de época, expedientes da Faculdade de Farmácia da UFRGS e pareceres do Conselho Federal de Educação, sendo parte desses documentos apresentados nos anexos desta dissertação sob as formas de transcrição ou de fotocópias.

As entrevistas "semi-estruturadas" (LÜDKE & ANDRÉ, 1986) contituem amostra intencional, pois efetuadas com professores da Faculdade de Farmácia da UFRGS dotados de larga experiência acadêmica (docente e administrativa) e profissional (associações e órgãos de classe) e participantes das propostas de reformas do ensino farmacêutico.

As respostas às questões formuladas são registradas mediante anotações escritas e gravações, desejando-se apreender os motivos que têm levado às reformas curriculares anteriores e as opiniões a respeito do potencial resolutivo apresentado pelas mesmas, objetivos expostos preliminarmente aos entrevistados quando da informação aos mesmos sobre os propósitos da dissertação.

Assim as questões propostas como referências centrais aos entrevistados buscam compreender

- as causas que levaram à efetivação de reformulações curriculares no curso de Farmácia até a década de 50;

- os motivos para a diversificação curricular e profissional (medicamentos, análises clínicas e alimentos) levadas a efeito a partir da década de 60;

- as razões pelas quais a profissão farmacêutica tem sofrido para sua afirmação no Brasil (boticários, práticos, provisionados, responsabilidade técnica na farmácia...).

- Como a proposta atual de reformulação curricular sugerida pela Faculdade de Farmácia da UFRGS pode aperfeiçoar o currículo e a profissão do farmacêutico.

A análise das entrevistas é feita enfocando as categorias estabelecidas nas questões acima indicadas e considerando especialmente as respostas sobre causas das reformas, repercussões destas na profissão e perspectivas das propostas atuais para reformulação do currículo.

Para a interpretação das respostas, consideram-se os referenciais bibliográficos e documentais consultados, tecendo-se inferências pessoais sobre o objeto de estudo.

3. CONHECENDO O RELATO HISTÓRICO

3.1. Ensino, currículo e profissão do Farmacêutico no Brasil

Ao tempo do Brasil colônia, vigorava a legislação sanitária portuguesa de 1640 que permitia a instalação de boticas para a manipulação e a venda de remédios e medicamentos e que comercializava também diversos outros artigos, hábito proveniente das casas comerciais, às quais, anteriormente, era permitida a exposição e venda de medicamentos e mesmo, venenos.

A posse da botica à época era restrita por lei ao Boticário Aprovado em exames prestados diante dos "lentes" de matéria médica em Portugal, razão pela qual, durante muito tempo, dominaram nas boticas os "reinóis" (GOMES, 1956, p.344), desde que eram raros os brasileiros diplomados.

As boticas eram estabelecimentos de manipulação e venda dos medicamentos, geralmente com fórmulas complicadas e empíricas (GOMES, 1956, p.341) sendo que

"Até o fim do século XIX a botica pouco diferia de um botequim nos lugarejos do Brasil, enquanto nas cidades mais importantes se apresentava com a sala da frente bem arrumada e sortida, com vistosa armação e uma grade de madeira separando o público. Dois boiões contendo bichas ou água colorida, ficavam em cima do balcão. Nos armários, vidros grandes e potes de porcelana, com rótulos dourados, continham tintura, vinhos medicinais, xaropes, pomadas, linimentos e pós de grande procura.

Nos fundos, uma pequenina sala servia para o aviamento das receitas médicas ou para a manipulação dos produtos, que deviam ficar na sala da frente.

Às vezes também servia para a curandeiragem do boticário". (CARVALHO, apud GOMES, 1956 p.345)

Convivendo porém no dia a dia das cidades e lugarejos, onde às vezes constituia-se um dos raros recursos de saúde, o boticário tornou-se personagem indispensável e característico pois

"... criou raízes na alma do povo, o qual acabou não distinguindo o diplomado do prático, nem mesmo do servente da botica!" (GOMES, 1956, p.346)

Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil ante a ameaça da invasão francesa em Portugal, instalou-se no país, a mando de Dom João VI, um amplo conjunto de medidas visando

a obtenção de condições mínimas para a instalação da corte e o desenvolvimento do reino (CALMON, 1961).

Relativamente à atividade desenvolvida em torno das boticas, logo em 1808 surgiram medidas a respeito do preço das drogas e medicamentos, a exigência de Boticário Aprovado como condição para o funcionamento da botica e mais tarde, em 1818, a necessidade de licença para iniciar ou mudar boticas afim de que as mesmas não se localizassem "umas ao pé das outras" (GOMES, 1956, p.347).

No que concerne ao aperfeiçoamento futuro, foram criados em 1808 cursos de Farmácia como anexos à Escola de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia da Bahia e da Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, criadas respectivamente em fevereiro e novembro de 1808 inaugurando o ensino superior no Brasil. (CALMON, 1961; HELOU, 1989).

No ano seguinte, o governo estabeleceu na escola do Rio de Janeiro a primeira cadeira para o ensino elementar de Farmácia, a "*Medicina Clínica, teórica e prática dos princípios elementares de matéria médica e farmacêutica*" (HELOU, 1986 p.87), para a qual foi nomeado o médico José Maria Bom Tempo que, à falta de publicações sobre a matéria, escreveu um *Compêndio de Matéria Médica*, editado pela Régia Oficina Tipográfica do Rio de Janeiro e destinado aos estudantes de medicina e farmácia (GOMES, 1956).

Data porém da legislação de 1832 a institucionalização do ensino farmacêutico na forma de curso, quando da reforma do ensino médico que reorganizou as Academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia como escolas de Medicina e Farmácia (CHAIA, 1963).

O curso de Farmácia, dirigido exclusivamente por médicos, passou então a exigir para ingresso a idade mínima de 16 anos completos e aprovação nos preparatórios de inglês ou francês, aritmética e geometria.

As cátedras regulares oferecidas no curso eram Física, Química, Botânica, Matéria Médica (especialmente brasileira) e Farmácia, conforme a composição do modelo francês de ensino de Farmácia.

O curso tinha a duração de três anos ao longo dos quais eram exigidos "*trabalhos de botica*" ou na falta desses, atividades práticas em botica de boticário legalizado, por mais três anos, para a obtenção do título (CARVALHO, *apud*, POURCHET-CAMPOS, 1966, p. 13).

Por falta de alunos, MAGALHÃES (1956) relata que o curso de Farmácia da Bahia começou a funcionar em 1834 e o do Rio de Janeiro em 1837.

A pouca afluência de alunos é explicada porque

"A posição secundária do curso, relativamente ao de medicina, drenava para este os melhores elementos, deixando em extrema pobreza,

qualitativa, quantitativa, os quadros de profissionais farmacêuticos..." (POURCHET CAMPOS, 1966, p.25)

Essa idéia de secundariedade esteve respaldada inclusive por legislação governamental, como foram os casos do Decreto n° 11 de 29 de julho de 1835 que autorizou as escolas de Medicina a concederem o título de Farmacêutico àquelas pessoas que haviam se credenciado à realização de exames de Farmácia antes de 1832 (CHAIA, 1963) e do Decreto n° 849 de 31 de maio de 1856 que considerava o curso de Farmácia como **preparatório** ao ensino médico, autorizando alunos de Farmácia a matricularem-se no 2° ou 3° anos de Medicina mediante preparatórios (POURCHET-CAMPOS, 1966).

À parte dessas peculiaridades, a criação das Escolas de Farmácia pretendeu, entre outros propósitos vinculados à saúde no país, dar côbro ao abuso que se avolumava com a existência de boticas sem boticários, de boticários não diplomados e de práticas não legalizadas porquanto, mal preparados, desabonavam o ofício além de se constituírem entraves ao surgimento .

"...da indústria farmacêutica nacional da qual o farmacêutico faria parte como técnico indispensável e respeitado." (GOMES, 1956, p.348)

Em 1839 foi consolidado o ensino de Farmácia com a fundação da Escola de Farmácia de Ouro Preto, a primeira da

América Latina a tornar-se independente da Escola de Medicina (VALLADÃO et al, 1986).

Em 1853 e 1854, devido aos novos estatutos definidos para as escolas de Medicina, o curso de Farmácia teve seu currículo modificado com alguns desdobramentos nas disciplinas já existentes e a introdução da matéria Química Orgânica, pelo que tomou a seguinte configuração:

"1° ano: Física, Química e Mineralogia;

2° ano: Botânica, Química e Química Orgânica

3° ano: Botânica, Matéria Médica e Farmácia." (POURCHET-CAMPOS, 1966, p.23)

Nessa composição a matéria Farmácia referia-se ao conjunto de conhecimentos necessários à arte da manipulação de medicamentos que se constituía na atividade principal do trabalho farmacêutico.

Tal modelo curricular correspondeu à predominância em voga dos medicamentos de origem vegetal, principalmente drogas oriundas do solo americano e alguns alcalóides isolados dessas mesmas drogas, naquela que é conhecida como a fase pré-industrial da farmácia brasileira que vai de 1838 a 1861, segundo classificação de RANGEL FILHO (1957).

Em 1879, pelo Decreto n° 7247 de 19 de abril, o ensino no país tornou-se livre, mesmo a particulares, desde que os estabelecimentos obedecessem às matérias constantes dos

cursos oficiais e o curso de Farmácia teve o seu currículo ampliado com as matérias Zoologia, Terapêutica, Toxicologia e Farmacologia, segundo atualizações do modelo francês em decorrência dos novos progressos científicos nas áreas de Biologia e Química na Europa.

"O 19º século é o da experimentação, da farmacodinâmica, da bacteriologia, da síntese química da farmácia verdadeiramente científica: Século de Berthelot, de Liebig, de Berzelius,..." (ARAÚJO, 1949, p.18)

Com a reforma do ensino de 1891 (Reforma Benjamin Constant) e o Regulamento de 1893, as escolas médicas passaram à denominação de Faculdades de Medicina e Farmácia, sistematizando o ensino farmacêutico, orientado para a formação do "pharmaceutico", profissional cujo exercício compreendia:

"...a pesquisa de substâncias ativas; a dosagem, a manipulação e a dispensação de fórmulas magistrais e oficiais como também, a prestação de serviços à comunidade."
(VALLADÃO et al, 1986, p.64)

A formação desse profissional efetuava-se nas escolas farmacêuticas através do ensino de "matérias" regidas pelos "lentes" e respectivos "ajudantes preparadores", mesclando a retórica e o exemplo autoritário com a instrução em laboratórios de ensino que, graças à novidade em

instrumental, equipamentos, livros e atividades experimentais, simbolizavam local de ciência e de progresso.

Devido à reorganização das faculdades de medicina em 1901 e respectivas modificações nos planos de estudos, o curso de Farmácia foi reduzido para dois anos de duração e assim mantido por cerca de dez anos sob generalizada insatisfação das escolas e da classe farmacêutica:

"Nos últimos anos do século XIX e nos quinze primeiros anos do atual, isto é, por um período de quatro lustros, atravessou a profissão farmacêutica uma grande crise associativa, reinando um verdadeiro marasmo no seio da classe.

A reforma do ensino superior de 1901, que reduziu o curso farmacêutico para dois anos, contribuiu decerto para este estado de coisas de completa desmoralização da classe." (COSTA, 1966, p.4)

Coincidindo com esse período de final de um século e início de outro, foram criadas outras escolas de Farmácia no país: a Escola Livre de Farmácia e Química de Porto Alegre, a Escola de Farmácia do Pará, a Escola de Farmácia de Recife e a Escola de Odontologia e Farmácia anexa ao Instituto Grambery em Juiz de Fora; todas equiparadas em 1905 às escolas oficiais.

Em 1911, com a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental (Decreto n° 8659) e as disposições do Decreto n°

8661 (Lei Rivadávia) foram restabelecidos três anos de duração para os cursos de Farmácia e acrescentadas ao mesmo novas cadeiras, o que refletia o crescente desenvolvimento da ciência química na industrialização, aqui ainda incipiente, de medicamentos: Química Industrial, Química Analítica, Química Bromatológica, Química Toxicológica e Higiene (POURCHET-CAMPOS, 1984).

A reforma de 1911, baseada no sistema alemão, enfatizou a autonomia mas a sua implantação, que "desoficializou o ensino", prestou-se a abusos que deram origem finalmente a diplomações facilitadas pela baixa exigência do ensino; mas em 1915, com a "Lei Maximiliano", que recuperou a oficialização do ensino, exigiu-se mais para o exame de admissão ao curso, retornou a obrigatoriedade dos exames finais, permaneceu a frequência livre às aulas mas com trabalhos práticos e verificações obrigatórias (FRANCO & MOROSINI, 1992).

Conseqüente à formação do farmacêutico, a botica foi tomando a feição mais moderna de farmácia mercê da aceitação e oficialização do farmacêutico como seu responsável e proprietário e do efetivo refinamento técnico na manipulação de drogas e preparações para as quais as escolas habilitavam mais tecnicamente, facilitando a incorporação de novas tecnologias e equipamentos ao ofício.

Paralelamente a essa ocorrência na farmácia, constituíram-se diversos laboratórios industriais, ainda fabricando em pequena escala, utilizando formulações empíricas do tempo das boticas e elementos da flora nacional para a extração dos princípios ativos que, sob embalagem industrial, começaram a aparecer nas prateleiras das farmácias junto com as especialidades importadas.

Os cursos de Farmácia de então possuíam currículos dirigidos para a compreensão sobre a natureza química das drogas, suas aplicações e ações, e para isso as escolas ofereciam conteúdos teóricos e práticos de formulação, síntese química, conhecimento do corpo humano e farmacologia (LEAL, 1993).

Ao período de 1862 a 1914 é atribuída a primeira fase industrial de medicamentos no Brasil, caracterizada pelo surgimento das especialidades farmacêuticas nacionais preparadas em indústrias farmacêuticas incipientes, de origem do fundo das boticas e pela importação de especialidades estrangeiras por intermédio de firmas representantes ou concessionárias (RANGEL FILHO, 1957).

Dessa época são exemplos dos produtos nacionais os medicamentos Peitoral de limão bravo, Xarope Queiroz, Xarope divino, Vinho iôdotânico-glicero fosfatado, Extrato líquido de salsaparilha, Purgalino, Elixir paraense ou antiasmático, Glicerina nutritiva, Licor anti-colubrial e os importados

como a Emulsão de Óleo de fígado de bacalhau, Pomada de Laurent, Xarope de Eastou, Anestésico local Cockrene, Licor de salicilato de colchicina de Hopkinson, Cristais japoneses de Baiss, as pílulas Dehaut, (HELOU, 1969); ilustração que dá idéia das especialidades farmacêuticas da época.

A indústria nacional ainda incipiente teve especial incentivo por ocasião da 1ª Guerra Mundial que dificultou as importações abrindo o mercado mais para as especialidades e formulações nacionais.

Posteriormente com a reforma da área da saúde no país, promovida por Carlos Chagas em 1921, o governo brasileiro passou a oficializar e organizar a sua atenção e interferência nas questões de higiene das populações urbanas e rurais que caracterizaram a política sanitária.

"Estas transformações estão dentro do quadro de reformas das décadas de 20 e 30 que, ao ampliarem os benefícios sociais, traziam conjugadamente a interferência coercitiva do estado para implantá-las e executá-las."
(LUZ, 1978, p.57)

Enquanto o governo assim procedia, as instituições de saúde (profissionais, comerciais, industriais e educacionais) tornaram-se cada vez mais à conformação de aparelhos do estado, seja pela capacidade do oferecimento de respostas (preponderantemente curativas) para as demandas da

saúde das populações, seja pela reprodução dos controles ou cooptação a um sistema que:

"...tentará a realização do processo de industrialização da sociedade brasileira com o mínimo de transformações sociais que impliquem na reprodução da riqueza ou das decisões." (LUZ, 1978, p.57)

Data dessa época o aproveitamento mais efetivo dos farmacêuticos nos órgãos públicos de saúde atuando na prestação de serviços em análises de interesse da clínica médica, o que mais tarde foi consagrado na regulamentação do exercício profissional do farmacêutico em 1931 (Decreto n° 20377) entre as atribuições não privativas da profissão.

Entre 1920 e 1930, ainda aproveitando a lei Leôncio de Carvalho de 1879 que possibilitava a livre iniciativa na criação de cursos, surgiram diversas outras escolas de Farmácia, geralmente no interior do país e associadas à Odontologia. Muitas dessas escolas duraram pouco tempo mas causaram efetivo desgaste ao **status** profissional dadas as irregularidades e abusos que cometeram, originando assim freqüentes protestos da classe farmacêutica (POURCHET CAMPOS, 1966).

A superação dessa situação constrangedora para a classe farmacêutica veio com a organização do ensino universitário no país em 1931 e a criação da Universidade do Rio de

Janeiro, da qual a faculdade de Farmácia era uma das unidades integrantes e cujo ensino reestruturou-se como padrão para as congêneres particulares e estaduais (POURCHET CAMPOS, 1966).

Com a reestruturação, o novo currículo para o ensino de Farmácia constituiu-se de:

"...

- a) Botânica aplicada à Farmácia
- b) Física aplicada à Farmácia
- c) Química orgânica e biológica
- d) Zoologia e Parasitologia
- c) Farmácia galênica
- f) Farmacognosia
- g) Química analítica
- h) Microbiologia
- i) Farmácia Química
- j) Química toxicológica e bromatológica
- k) Higiene e legislação farmacêutica
- e) Química industrial farmacêutica

O ensino devia ser dado durante 3 anos letivos, no mínimo, sendo permitida porém, a ampliação do curso e a inclusão nele de disciplinas que não as discriminadas." (POURCHET-CAMPOS, 1966, p.57-58)

Além dessa regulamentação foram fechadas diversas escolas consideradas sem condições para o ensino de Farmácia.

"... Era a moralização do ensino farmacêutico que se processava a passos lentos. Mais de 30 escolas tinham

absurdamente, vivido e morrido no território nacional, desde o início do século, deixando um lastro de descrédito para a classe de profissionais, como resultado dos desmandos de quase 4 decênios em que diplomas tinham sido negociados como mercadorias comuns." (POURCHET-CAMPOS, 1966, p.28).

Em termos de indústria, a Farmácia brasileira viveu a sua segunda fase no período entre guerras, de 1915 a 1939 (RANGEL FILHO, 1957).

É de Buarque de Holanda (apud HELOU, 1989, p.88) citação sobre o início dessa fase quando já se estabelecia na rotina farmacêutica a utilização de novas tecnologias em medicamentos, antecipando problemas que o futuro revelaria:

"A maior calamidade que pesa atualmente sobre as farmácias pondo mesmo em segundo plano a indústria dos responsáveis é sem dúvida a especialidade farmacêutica, não somente a estrangeira como a nacional, esta infelizmente mais do que aquela pelo número quase infinito e a preço de judeu em comparação com as fórmulas magistrais equivalentes. Enquanto as nacionais, qual outro perigo amarelo, enchem as prateleiras das pequenas farmácias e proliferam como fungos em solo adequado, as estrangeiras em menor número porém mais caras, mais catitas e cobertas de selos polícromos vão se enraizando graças a inteligentes reclames das revistas da mesma procedência."

Nesta segunda fase houve desenvolvimento geral da indústria farmacêutica com a fabricação inicial de produtos básicos (RANGEL FILHO, 1957) caracterizando-se o mecanismo de importação e formação de mercado em uma primeira etapa e posteriormente a fabricação de produtos para o mercado constituído e importação dos insumos necessários (MELLO, 1967).

Processo contudo não generalizado pois:

"O surto de novas formas farmacêuticas; ampolas, drágeas, comprimidos, intratos, produtos biológicos que exigiam processos e aparelhamentos especiais eram restritos a algumas oficinas dotadas de maiores recursos técnicos. Na maioria, as oficinas continuaram com a manipulação farmacêutica clássica ao lado da produção industrial em série..." (LIBERALLI, 1944, p.123)

Segundo GIOVANNI (1980), até o começo da década de 30 quase não havia diferenças entre a produção de medicamentos no Brasil e a de outros países ocidentais pois praticamente todos os processos referiam-se ao trabalho com substâncias naturais, obtidas de vegetais ou animais e possíveis de serem preparados com equipamentos e instalações relativamente simples.

Naquele tempo existiam poucos laboratórios nacionais de porte, pois embora houvessem muitas empresas farmacêuticas estas constituíam-se de pequenos laboratórios ou mesmo de

farmácias operando mais pela criatividade e ânimo dos seus proprietários do que pelo equipamento ou investigação sistemática.

Contam-se como laboratórios nacionais mais expressivos da época o Fontoura, o Silva Araujo, o Granado, o Werneck, o Rangel, o Moura Brasil, o Pelósi e o Paulista de Biologia (GIOVANNI, 1980).

Em 1913 havia 765 estabelecimentos produtores de medicamentos, em 1928 eram 1420 e em 1935 chegaram a 1488, a maioria concentrados no Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, pela ordem. (GIOVANNI, 1980).

Todavia como mesmo os grandes laboratórios nacionais não desenvolveram a pesquisa científica sistemática, já implantada desde 1930 nos Estados Unidos da América do Norte e na Europa, ainda na década de 30 iniciou-se a diferenciação tecnológica entre a indústria nacional de medicamentos e a estrangeira pois essa já desenvolvia novas substâncias medicamentosas e crescia em investimentos.

Tornando-se mais complexo o processo de fabricação de medicamentos e firmando-se a especialidade como apresentação mais moderna, prática e confiável, o farmacêutico foi sentindo o esvaziamento do seu papel na farmácia.

"...No princípio dessa transformação, o médico continuava orgulhoso de sua arte-de-formular e só prescrevia a especialidade

quando a fórmula ou a forma escapavam às possibilidades de manipulação extemporânea. A maior complexidade na elaboração da especialidade em face da relativa simplicidade da preparação magistral dava à especialidade um prestígio singular e à sua indústria uma superioridade de que ela soube habilmente aproveitar.

Começou a produzir os produtos que a farmácia estava ainda em condições de fazer: xaropes, elixires, poções, cápsulas, supositórios...

O médico aceitou de bom grado a economia mental que lhe ofereciam, deixando de formular para receitar especialidades." (LIBERALLI, 1952, p.56)

O advento da 2ª Guerra Mundial representou um período favorável para a indústria farmacêutica nacional devido à necessidade de produção de medicamentos no contexto do esforço aliado de Guerra pelo qual muitas substâncias, máquinas e equipamentos necessárias foram obtidas das empresas norte-americanas do setor.

Então, na sua terceira fase, iniciada em 1940, (RANGEL FILHO, 1957), a indústria farmacêutica caracterizou-se pela

"... fabricação de insumos para o atendimento do novo mercado constituído em face da fabricação local de medicamentos (desenvolvimento da indústria química, bioquímica e biológica para fins farmacêuticos) e... formação da indústria de

insumos básicos (químicos, petroquímicos e carboquímicos) como imperativo da busca internacional de novos mercados". (MELLO, 1967, p. 148)

Passada a guerra, sucedeu-se uma progressiva desnacionalização da indústria farmacêutica brasileira adquirida por empresas estrangeiras - a maioria já estabelecida aqui anteriormente com representações, concessionários ou pequenos laboratórios - ou pela realização de *joint ventures* como as efetuadas pelos laboratórios Silva Araujo, formando o Silva Araujo-Roussel e pelo Fontoura constituindo o Fontoura-Wyeth (GIOVANNI, 1980), caracterizando um setor industrial que se tornou

"... altamente concentrado... sob controle dos grupos monopolistas internacionais pois, entre 1957 e 1974, trinta laboratórios brasileiros tiveram seu controle acionário transferido para empresas multinacionais. E' essa tendência prossegue com a colaboração do Estado e dos grupos monopolistas locais que ao absorverem os pequenos laboratórios têm a sua posição reforçada.

Das 48 firmas que possuem um patrimônio líquido superior a um milhão de dólares só 17 continuam pertencendo a grupos brasileiros. Dos principais grupos operando no Brasil há 10 laboratórios americanos, 5 alemães, 5 italianos, 4 suíços, 3 franceses e 2 ingleses." (FREIRE, 1981, p.79-80)

Desnacionalização cuja ocorrência tem sido considerada:

"...como consequência direta da transferência de tecnologia estrangeira de último estágio, da dificuldade do parque nacional de se colocar frente ao aumento do mercado interno e da subvalorização dos produtos pelas multinacionais, da ausência de uma indústria químico-farmacêutica nacional de base, da adoção de políticas econômicas contrárias à preservação do mercado interno para a indústria nacional." (SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CURRÍCULO DE FARMÁCIA, 1989, p.287)

Após as melhorias de 1931, que constituíram padrão para os cursos de Farmácia no Brasil, o ensino farmacêutico permaneceu sem modificações expressivas por cerca de 30 anos embora a reforma daquela época já fosse considerada anacrônica diante das necessidades sentidas (POURCHET-CAMPOS, 1984). Por esta razão, a classe farmacêutica, através de expressões individuais ou associativas, continuou pleiteando novos caminhos para o ensino profissional (POURCHET CAMPOS, 1966) face ao avanço do processo de industrialização e a sua repercussão desfavorável no mercado de trabalho do farmacêutico.

Situação sobre a qual (MOTTA, 1965, p. 260) comentou:

"...Já de longa data se faz sentir a necessidade de uma reestruturação da profissão farmacêutica e das farmácias no Brasil, devido às profundas alterações sociais e econômicas oriundas da própria

evolução... que alterou a farmácia tradicional..."

Essa nova realidade adversa para o âmbito farmacêutico apresentava na avaliação de POURCHET CAMPOS (1966) como seus determinantes principais:

- A escassez de farmacêuticos para dar conta mesmo das atividades privativas da profissão, situação creditada ao baixo número de profissionais formados face ao pouco crédito instalado para o exercício profissional e ao desinteresse dos próprios graduados na profissão devido à transformação da farmácia em estabelecimento apenas comercial, trabalhando com menos de 5% do receituário médico dependente de manipulação, face ao predomínio dos medicamentos industrializados;

- A defasagem do ensino diante do progresso da indústria farmacêutica, pela desatualização dos conteúdos e equipamentos nas escolas;

Razões pelas quais LIBERALLI (apud POURCHET-CAMPOS, 1966, p.113) já pleiteava:

"...Urge remodelar o ensino. Mas não é a mera distribuição das cadeiras que importa renovar. Mais do que isso é a orientação geral do curso.

O farmacêutico-bioquímico é o binômio que se impõe na remodelação do ensino; porque o farmacêutico, como único título... sugere

apenas o profissional dos medicamentos e não dá nenhuma idéia dos outros importantes setores a que ele é chamado a atender".

Diante de tais necessidades, já em 1936 a Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo tratou de uma reforma do ensino farmacêutico chegando mesmo a propor a organização de um curso com 5 anos de duração e disciplinas avançadas para a época, o que contudo não prosperou

"... a) um curso básico com a duração de dois anos, com estudos sobre Matemática, Física, Mineralogia, Química Orgânica, Físico-Química, Biologia Geral, Bioquímica, Botânica, Zoologia e Química Analítica, podendo ser desenvolvido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e b) um curso profissionalizante, a ser desenvolvido na Faculdade, com a duração de três anos, cobrindo estudos de Anatomia Humana e Histologia, Farmácia Química, Parasitologia, Farmacognosia, Microbiologia, Noções de Fisiologia Humana e Farmacodinâmica, Química Biológica, Química Toxicológica, Química Bromatológica, Noções de Química Legal, Farmácia Galênica (1ª e 2ª), Química Industrial Farmacêutica (1ª e 2ª) inclusive Noções de Economia Industrial e Organização Racional do Trabalho, Biologia Industrial Farmacêutica, com noções de Histologia e Histopatologia dos órgãos usados para opoterapia, Higiene do Trabalho e Legislação Industrial, Farmácia Comercial e Legislação

Farmacêutica." (POURCHET-CAMPOS, 1984, p.25-26)

À falta de melhores soluções para a atualização do ensino, diversas escolas - com base no permitido pela reforma de 1931 - promoveram ampliações nos seus currículos, especialmente através do desdobramento de algumas "cátedras" ou pela inclusão de disciplinas julgadas de melhor instrumentação para as transformações que ocorriam no mercado de trabalho.

"Cumpre, mesmo, perguntar se não é válido atribuir, pelo menos em parte, a essa situação, o desprestígio que atingiu a classe farmacêutica no Brasil nas décadas que sucederam à Segunda Guerra Mundial - visto que sua posição social era excelente até a década de 1930..." (POURCHET-CAMPOS, 1984, p.40)

Chegou-se assim em 1961 com cursos de 4 anos de duração em mais da metade das escolas de Farmácia do país, contando-se inclusão de 18 a 30 disciplinas, nem sempre relacionadas com a matéria a que se referiam e, não raro, duplicando conteúdos (POURCHET-CAMPOS, 1966).

Mesmo assim, desenhavam-se já em alguns lugares novas tendências para o ensino de Farmácia; desde a segunda metade da década de 50 diversas escolas acrescentaram novas disciplinas aos currículos que passaram a ter duração de 4

anos incluindo reforços de disciplinas nas áreas das ciências biológicas e de laboratório clínico.

Na Universidade de São Paulo, a sua Faculdade de Farmácia e Odontologia, sempre pontificando iniciativas, passou a conceder, a partir de 1961, o título de Farmacêutico-Bioquímico aos seus graduados sob as argumentações de que o título de Farmacêutico, **pelo desgaste**, já não era indicativo da profissão, de que esse título também já não era mais concedido pela quase totalidade das faculdades da América (POURCHET-CAMPOS, 1984), e pelo significado mais amplo que era pleiteado modernamente para a palavra **fármaco**, designando não apenas **medicamento**, como fôra tradicional, mas também **alimento e substância tóxica** (POURCHET-CAMPOS & OLIVEIRA, 1961).

Essas tendências, que tomaram corpo nas principais faculdades de Farmácia do país, tiveram os desdobramentos conseqüentes no novo currículo para o curso de Farmácia em 1962 pois, com a criação do Conselho Federal de Educação e a reorganização do ensino superior brasileiro, foi estabelecida uma nova estrutura para o curso de Farmácia (ANEXO 1) através do parecer 268/62 que resultou da análise de sugestões recebidas do Conselho Federal de Farmácia e de 12 dentre as 22 escolas de Farmácia consultadas no país.

Como disse o relator, Clóvis Salgado no parecer citado:

"Do estudo metuculoso das sugestões recebidas conclui-se que o desejo das escolas é o desdobramento do atual curso de graduação em cinco cursos diferentes para atender às múltiplas tarefas hoje reservadas aos profissionais de farmácia.

Não basta ao Brasil de nossos dias a figura tradicional do farmacêutico encarregado da farmácia comercial. Torna-se imperioso preparar dos cientistas aos técnicos capazes de dirigir e fazer prosperar uma indústria farmacêutica que faturou cinquenta bilhões de cruzeiros em 1961.

Por outro lado, é de toda conveniência ampliar a colaboração do farmacêutico no terreno da saúde pública, dando-lhe adequada preparação.

Acolhendo o ponto de vista das escolas, a comissão aprovou também o plano por elas formulado, de se estabelecer um tronco comum aos estudos farmacêuticos que seria o ciclo básico, em dois anos letivos. O terceiro ano teria dois ramos: uma para a conclusão do curso de farmacêutico profissional habilitado a dirigir a farmácia comercial; outro, que seria o tronco comum para a formação dos farmacêuticos bioquímicos. Em uma quarta, os farmacêuticos bioquímicos concluíram uma das quatro especialidades seguintes:

- 1 - Indústria farmacêutica e de alimentos;
- 2 - Controle de medicamentos e análises de alimentos;

3 - *Química Terapêutica*;

4 - *Laboratório de saúde pública.*" (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1963, p.31-33)

Assim, devido principalmente ao alegado esvaziamento do mercado de trabalho para o farmacêutico na farmácia tornada "comercial", ampliaram-se as opções curriculares para as áreas **não privativas** da profissão em Alimentos e Laboratório de Saúde Pública, este um misto de análises legais, fiscais e clínicas.

Essa diversificação, a rigor constituiu-se de mais um desdobramento de disciplinas já existentes no currículo com a novidade de então aflorarem organizadas sob a forma de novas especialidades no intuito de alargar a formação do farmacêutico para além dos medicamentos, campo das dificuldades já referidas na farmácia pública e na indústria.

Curiosamente, produziu-se pela primeira vez na história do ensino farmacêutico brasileiro uma estrutura curricular que não levava **necessariamente** à graduação em farmácia, desde que cursada a opção farmacêutico bioquímico.

Por outro lado, deve-se considerar que o surgimento e oficialização deste novo currículo, somente confirmou algumas tendências que já ocorriam também nas escolas na direção das análises clínicas. Tanto isso foi verdade que

logo ao ser estabelecido o novo currículo a maioria das escolas priorizou a formação do farmacêutico bioquímico para a área clínico laboratorial na especialidade laboratório de Saúde Pública, deslocando assim o eixo do ensino, tradicionalmente dirigido para a formação em medicamentos (VALLADÃO et al, 1986).

A seguir, as políticas de saúde estabelecidas pelo Governo com a unificação da Previdência Social após 1964 e a extensão e interiorização dos serviços médicos e correlatos, que passaram a ser comprados via convênios e credenciamentos (PINOTTI, 1984), propiciaram uma forte tendência profissional para as análises clínicas, reforçando as opções tomadas pelas escolas nessa direção pois

"Embora concorrendo em um campo tradicionalmente ocupado pela medicina, sobretudo por médicos patologistas, os profissionais de farmácia conseguiram conquistar parcela ponderável desse mercado, chegando até mesmo a dominá-lo em certas regiões e/ou cidades de pequeno e médio portes. Para essa conquista contribuíram, entre outros, tanto a organização da categoria visando a êsse objetivo, como a competência técnica propiciada, em parte pelos cursos de farmácia."
(VALLADÃO et al, 1986, p.71)

Aguardado com grande expectativa durante muitos anos para a melhoria do ensino farmacêutico, o novo currículo todavia logo deu sinais de defasagem devido principalmente à

acomodação das escolas diante das inovações, da falta de articulação entre o "novo" requerido e o "velho" instalado e com poucos resultados para a área de medicamentos, visto que cerca de 80% do contingente discente dirigiu-se para análises clínicas (OLIVEIRA, 1993).

A acomodação das escolas, ainda sob o regime de cátedras, foi considerada por POURCHET-CAMPOS (1966, p.114) como atitude

"... de hesitação e insegurança..... sem atender à nítida diretriz de diversificação traçada pelo Conselho Federal de Educação, procuraram acomodar-se num meio termo conservador que, por si só, constituía negativa sistemática à marcha do progresso. As diversificações... foram transformadas em letra morta no papel, preservado o politecnismo farmacêutico anterior na superposição dos cursos, com diminuição das horas/aula, por disciplina, para alcançar um número que, atentando contra as normas pedagógicas, só permitia formação superficial."

enquanto a análise de VALLADÃO (1989, p.3) sobre a desarticulação do curso considerou que:

"A ampliação do universo de conhecimentos, associada à ausência de uma temática ou abordagem que viesse a dar unidade à diversidade de conteúdos tratados no curso, gerou uma situação insatisfatória do ponto de vista da formação profissional. Levou,

entre outros aspectos à organização de currículos plenos que conduziam a um ensinamento de cunho generalista, polivalente e com tendências à superficialidade."

Este quadro mereceu, posteriormente, uma severa avaliação do Relator Deolindo Couto do Conselho Federal de Educação, ao referir-se, em 1969, aos resultados das soluções propostas pelo Parecer 268/62:

"... a situação continuou quase a mesma; persiste o conflito e a frustração no âmbito da farmácia comercial; continua o Farmacêutico mal preparado para as atividades da indústria farmacêutica; nas novas atividades a que se habilitou, compete sem vantagem com outros profissionais, sendo que na mais promissora delas - a do laboratório clínico - em inferioridade flagrante, em relação ao médico, pelas restrições que lhe são impostas à vista de lacunas sensíveis em sua formação (notadamente de patologia). Mas se a solução não foi cabal, do ângulo de interesse do Farmacêutico, criou ou ampliou problema para a escola: a multiplicação de disciplinas, exigindo mais e mais docentes, para o curso de demanda restrita, elevou a um ponto insuportável o custo do aluno-ano."
(CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1969a, p.143)

Enquanto o novo currículo de 1963 era implantado, ocorreram diversas reuniões de caráter internacional (Chile, 1963; Peru, 1964; México, 1965 e Argentina, 1966) onde os

participantes tiveram ensejo de conhecer como se estruturava e desenvolvia o ensino farmacêutico nos diferentes países da América Latina e as necessidades apontadas para a atualização do mesmo face às transformações do setor farmacêutico; desses encontros resultaram recomendações para o aperfeiçoamento da diversificação dos currículos, oferecimento de cursos de pós-graduação e incentivos à pesquisa (POURCHET-CAMPOS, 1984).

O conhecimento dessa realidade mais ampla e as dificuldades internas e indefinições relativas ao currículo aqui estabelecido em 1962, amadureceram contudo a necessidade de novas reformas para o aperfeiçoamento dos cursos.

Assim, na reunião convocada pela Diretoria de Ensino Superior do MEC em julho de 1966 para o exame da situação do ensino farmacêutico, à qual compareceram 21 dentre os 22 diretores das faculdades de Farmácia da época, já se evidenciou a necessidade de novos reajustes pois uma **Declaração de Princípios** produzida na reunião foi encaminhada ao Ministério da Educação propondo:

- a manutenção da **diversificação** no curso, com algumas modificações para as quais apresentaram sugestões referentes à formação do **farmacêutico-industrial** e do **bioquímico**;

- compatibilização da legislação profissional com o novo formato do curso;

- maiores recursos materiais e docentes para a melhoria da infra-estrutura das escolas.

Outrossim os diretores comprometeram-se a oferecer, como contrapartida aos melhoramentos pleiteados, a disponibilidade de 1055 vagas para serem preenchidas

"... por candidatos qualificados aliviando a pressão ora existente sobre as vagas existentes em Faculdade de Medicina e Engenharia e, também atendendo aos objetivos visados pelo Ministério do Planejamento que espera ter 400.000 matrículas nos cursos superiores, dos quais os profissionais por nós considerados poderão ocupar significativa proporção." (BRASIL, 1966, apud POURCHET-CAMPOS, 1966, p.118)

Posteriormente, fruto de diversas pressões, consultas e sugestões das escolas e entidades de classe no período 1965-1968, o Conselho Federal de Educação estabeleceu, uma nova organização curricular para o curso de Farmácia (ANEXO 2) através do Parecer nº 287/69 (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1969a).

Na introdução desse parecer, o Relator da matéria, Prof. Raymundo Moniz de Aragão, desenvolveu retrospectiva sobre a evidência das transformações da farmácia de manipulação em farmácia comercial de especialidades farmacêuticas e da indústria de processos químicos e biológicos em indústria de

processos físicos devido ao tipo de indústria de transformação instalada no país no ramo de medicamentos.

Com efeito, sendo interesse das empresas estrangeiras a manutenção nas matrizes do exterior dos estágios mais nobres de pesquisa e desenvolvimento de novos fármacos e da otimização dos processos industriais, aqui foram estabelecidas somente as etapas menos complexas de produção. Essas etapas, configuradas pela transformação e controle de qualidade e pelo **marketing** e comercialização, demandavam por isso menor qualificação técnica e mesmo qualificações fora do âmbito farmacêutico (BERMUDEZ, 1992).

Então o Relator, considerando simplórias as medidas tomadas anteriormente pelas disposições do Parecer 268/62 CFE para readequar o ensino de Farmácia, apresentou uma nova concepção de currículo em modalidades julgadas compatíveis com o estágio da ciência e da tecnologia (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1969a).

Essa nova estrutura mantinha a diversificação curricular e pretendia contemplar diversos interesses envolvidos na questão, a saber:

- da classe farmacêutica, que pleiteava um curso integrado sem contudo abrir mão da responsabilidade técnica pela farmácia comercial e tampouco das atividades profissionais às quais o Farmacêutico Bioquímico podia habilitar-se;

permitia a graduação do farmacêutico bioquímico independente da graduação prévia em Farmácia.

A implementação desse currículo coincidindo, por outro lado, com a reforma universitária de 1968,

"... ocorreu em um contexto universitário caracterizado pela departamentalização do saber, pela separação formal e até mesmo física dos ciclos básico e profissional e pela introdução do sistema de matrícula de disciplina e por semestre, em suma, caracterizado pela divisão e fragmentação do ensino universitário como um todo."
(VALLADÃO et al, 1986, p.67)

Essa coincidência trouxe dificuldades para a maioria das universidades devido especialmente à passagem das disciplinas "básicas" para a alçada dos institutos que, via de regra, eram ambientes diferentes da convivência das Faculdades e onde, quase de uma hora para outra, deveriam ser estabelecidos planos de ensino e objetivos visando dar suporte a determinados currículos profissionalizantes. Nessa época, mesmo as faculdades a quem cabiam as disciplinas do ciclo profissional e do ciclo profissional diversificado enfrentaram dificuldades não só para equacionar as adaptações necessárias de conteúdos como também para o provimento de novos recursos e condições materiais. Assim

"No tocante à adaptação do currículo profissionalizante à Resolução 287/69... O assunto despertava as atenções de todo o

país, a tal ponto que as Associações Farmacêuticas nacionais, sob a égide da Academia Nacional de Farmácia e Federação das Associações de Farmácia e Bioquímica do Brasil, promoveram o I Congresso Brasileiro de Ensino Farmacêutico, realizado no Rio de Janeiro em 1971." (POURCHET-CAMPOS, 1984, p.92)

À vista dessa nova fase de insatisfação no âmbito farmacêutico, o XI Congresso Brasileiro de Farmácia e Bioquímica, realizado em julho de 1974, solicitou ao Conselho Federal de Farmácia o levantamento da situação do ensino farmacêutico no país no objetivo de corrigí-lo se necessário (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 1974).

Aceitando o encargo, o Conselho Federal de Farmácia organizou comissão para levantar a situação do ensino nas 26 escolas de Farmácia da época, para verificar como se desenvolvia nelas a capacitação profissional ao exercício nas áreas privativas e não privativas da profissão e ao desenvolvimento de aptidões para o ensino e pesquisa.

Aparentemente suspeitava-se que deficiências na capacitação técnica e científica dos farmacêuticos pudessem estar entre os motivos da falta de definição verificada no âmbito da profissão.

Posteriormente, ao divulgar o documento "Análise e Recomendações", fruto do levantamento feito, o Conselho Federal de Farmácia apresentou-o como expediente nascido

"... de um imperativo: fazer sentir a necessidade de uma discussão ampla a respeito das metas do ensino da profissão farmacêutica e bioquímica e das formas de alcançá-las, de maneira a existir completa compreensão das finalidades curriculares e sua integração nos objetivos profissionais."
(CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 1974, p.1)

Do levantamento efetuado concluiu-se a existência de condições materiais de funcionamento muito diferentes entre as escolas e ainda pela:

- necessidade da implantação de um currículo de curta duração para formação de profissionais para o exercício na farmácia comercial;

- conveniência do oferecimento de cursos de atualização e pós-graduação aos professores e

- melhoria nas dotações de recursos às escolas.

Foi sugerido ainda que as instituições necessitadas fossem assistidas nas suas dificuldades técnicas por professores especializados designados pela ABENFARBIO - Associação Brasileira de Ensino de Farmácia e Bioquímica.

Dessas recomendações somente vingou o oferecimento de cursos aos professores em diversas instituições e alguma assistência técnica através da ABENFARBIO.

Com o passar do tempo porém, não havendo melhoria no mercado de trabalho em medicamentos, esgotando-se as oportunidades em análises clínicas - para onde dirigiu-se a maioria dos alunos - e não tendo crescido as opções para alimentos, a necessidade de um novo rumo para o ensino voltou a afligir as escolas e a classe farmacêuticas.

Dessa forma, mercê de levantamentos e reuniões de cunho local, regional e nacional foram surgindo melhores compreensões sobre a situação, especialmente após a segunda metade da década de 80.

Data assim de censo de 1986 a constatação sobre a deficiente formação do profissional farmacêutico (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 1988), do Seminário Nacional de Currículo em 1987 a consideração sobre a necessidade da reformulação do ensino farmacêutico tendo como prioridade o estudo sobre medicamentos e a definição de um novo perfil para o farmacêutico como profissional da saúde (SEMINÁRIO NACIONAL DE CURRÍCULO, 1988) e mais incisivamente, do 3º Seminário Nacional sobre o Currículo de Farmácia, as conclusões e recomendações que, balizariam posteriormente as diretrizes de reformulação curricular:

"Hoje o farmacêutico está isolado do setor de saúde, uma vez que não participa diretamente da elaboração de uma Política Nacional de Saúde e está ausente dos setores vitais para uma Assistência Integral de Saúde da população, Farmácia Pública e

Privativa, Postos de Saúde, planejamento, coordenação e execução de uma Política Nacional de Medicamentos, vigilância sanitária... É necessário que o profissional farmacêutico resgate a sua imagem real de profissional da saúde, contribuindo para o bem estar físico-psico-social do indivíduo como um todo, ficando estabelecido que a sua função social consiste em definir politicamente sua participação junto à comunidade, através do seu âmbito profissional, garantindo uma assistência farmacêutica universal em diferentes níveis de atenção; a participação junto à equipe de saúde; a participação e elaboração de uma Política Nacional de Saúde; a elaboração de uma Política Nacional de Medicamentos."
(SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CURRÍCULO DE FARMÁCIA, 1989, p.208)

Com a publicação da Grade Curricular dos Cursos de Farmácia pela Secretaria do Ensino Superior em 1990, evidenciou-se que os 43 cursos de então haviam mantido a estrutura básica de 1969 mas com diversidade de cargas horárias para as disciplinas e para os estágios. Os quadros mostraram também que todas as escolas ministravam o Bacharelado em Farmácia, e nas opções apenas 2 não ofereciam Análises Clínicas, 17 não ofereciam Farmácia Industrial e 22 não possuíam o curso para Alimentos, coincidindo nestas duas últimas situações 12 escolas (BRASIL, 1990).

Em 1991 o I Encontro Nacional de Avaliação do Ensino Farmacêutico em Anápolis, estabeleceu uma análise ampla

sobre o ensino de Farmácia e a profissão farmacêutica e no Relatório Final que a Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia elaborou sobre esse encontro foi reconhecida a necessidade da formação de um profissional com maior identificação às demandas sociais, habilitado a prestar Assistência Farmacêutica e a influir criticamente no seu local de atuação.

Examinando a questão do currículo na formação do profissional, o Encontro concluiu pela inadequação da atual organização e pela necessidade de um novo currículo

"... com objetivos gerais e conteúdos mínimos uniformes para todo o país, que contemple adequadamente o perfil do profissional" (ENCONTRO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO FARMACÊUTICO, 1991, p.8),

tendo como eixo principal a formação do Farmacêutico em medicamentos e a formação complementar por intermédio das modalidades Alimentos e Análises Clínicas e dando ênfase ao ensino experimental nos cursos.

Sobre as implicações do modelo de ensino e suas conseqüências para o exercício da profissão considerou o regime de créditos como fragmentador do ensino e da formação, sugerindo a adoção do regime seriado para os cursos, a reforma do modelo em vigor com a participação das escolas e da comunidade envolvida e a criação de condições

para o ingresso dos alunos em atividades de cunho profissionalizante, o mais cedo possível.

Relativamente à pesquisa e extensão, recomendou a integração e estímulo às mesmas com padrões de qualidade, o fortalecimento das sociedades científicas da área e qualificação continuada para os docentes.

Sugeriu ainda a agregação ao currículo de novos conhecimentos, como Farmacocinética e Epidemiologia dos Medicamentos para a melhoria da Assistência Farmacêutica, a compreensão da Assistência Farmacêutica como atividade multiprofissional que tem o Farmacêutico como seu elemento chave, a reorganização das disciplinas Deontologia e Legislação Farmacêutica e Economia ao novo perfil do farmacêutico, a adequação da legislação ao âmbito profissional, a sensibilização da classe política à importância da Assistência Farmacêutica e a união das entidades e instituições farmacêuticas para aprová-la no Congresso Nacional.

E finalmente,

"- considerando a necessidade de um trabalho contínuo e articulado para a definição de propostas de mudanças no sistema formador;

- considerando que o tímido relacionamento entre os Conselhos Regionais e as Instituições de Ensino resulta no desconhecimento nestas dos problemas da

profissão e naqueles da questão do ensino, propõe:

1º) que sejam estabelecidos Comissões de Ensino em todos os Conselhos Regionais, como forma de viabilizar uma efetiva interação entre as Instituições de Ensino e a comunidade farmacêutica;

2º) que sejam criadas Assessorias de Ensino em todas as Instituições formadoras, capazes de coordenar as discussões necessárias à reformulação do Ensino Farmacêutico;

3º) que as Comissões de Ensino dos Conselhos Regionais de Farmácia sejam constituídas de conselheiros e representantes da comunidade universitária farmacêutica; e,

4º) que as Comissões de Ensino dos Conselhos Regionais desenvolvam um trabalho articulado com a Comissão de Ensino do CFF." (ENCONTRO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO FARMACÊUTICO, 1991, p.19)

Ainda em dezembro de 1991, a Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia publicou Relatório sobre Diagnóstico e Diretrizes do Ensino Farmacêutico no Brasil com o

"... objetivo de buscar alternativas de solução para os problemas identificados, de modo a nortear a ação do Conselho Federal de Farmácia, que elegeu o aspecto técnico-científico da profissão como meta prioritária de sua atuação." (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 1991, p.7)

abordando os itens, Ensino e capacitação docente, Farmácias-escolas, Farmácia Hospitalar, Sistema de informação de medicamentos, Educação continuada do profissional farmacêutico, de análises clínicas, alimentos e indústria de medicamentos, abrangendo dessa forma os principais pontos de discussão do âmbito farmacêutico nos últimos anos.

Com esse estudo a Comissão reafirmou a necessidade de mudanças não só na área de ensino como também na legislação e no âmbito profissional e transformou em diretrizes a maioria dos encaminhamentos propostos pelo encontro de Anápolis. Sugeriu ainda, a título de incentivo à discussão, uma série de medidas relativas a programas de pós-graduação e educação continuada, sistema de informações sobre medicamentos, modernização de bibliotecas e laboratórios de ensino, programas de edição e distribuição de literatura técnico-científica e a efetivação de encontros regionais e nacionais com o propósito de preparar um encontro nacional de reforma curricular.

Recentemente, realizou-se mais um Seminário Nacional de Reforma Curricular (30 de outubro a 2 de novembro de 1994) em Belém, para a organização de uma proposta de currículo mínimo para o curso de Farmácia a ser encaminhada ao Conselho Nacional de Educação, o que não chegou a ocorrer dada a retomada de pautas já estabelecidas em 1993 no Encontro Nacional de Reforma Curricular de Luziânia, Goiás,

quando foram definidas diretrizes gerais para a reforma do currículo de Farmácia; assim

"... ao invés dos trabalhos avançarem na formulação de uma proposta final, o que se viu foi o reinício da discussão sobre o que já estava decidido..... uma tentativa de se redirecionar as diretrizes estabelecidas no Encontro Nacional, com a inclusão de disciplinas de caráter político-social, representando um desvio no tempo de formação do aluno... Estamos arriscando, ao final desta mobilização que teve início em 1991, apresentar uma proposta completamente superada..." (PHARMACIA BRASILEIRA, dez. 1994, p.11)

Atualmente, após mais de duas décadas de avaliações e sugestões, uma Comissão de Especialistas de Ensino na Área de Farmácia, credenciada pelo Ministério da Educação, tem em mãos as sugestões para a nova reforma do currículo, colhidas junto às 52 Faculdades de Farmácia do país.

Essas sugestões aguardam a oportunidade para passar ainda em reunião geral com representantes de todas as instituições para a elaboração de proposta final a ser encaminhada ao Ministério da Educação visando um novo currículo (MONTAÑA, 1994) para o curso de Farmácia.

3.2. Ensino e Currículo na Faculdade de Farmácia da UFRGS

A escola que hoje é a Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul surgiu com a criação da **Escola Livre de Pharmacia e Chimica Industrial de Porto Alegre** em 29 de setembro de 1885 sob a direção do farmacêutico Alfredo Leal (ESCOLA LIVRE DE PHARMACIA DE PORTO ALEGRE, 1896-98; CORREIO DO POVO, 1º out. 1895).

A Escola Livre foi instalada graças aos interesses e esforços dos componentes da **Sociedade União Pharmaceutica**, proprietários de farmácias e droguistas de Porto Alegre (FRANCO & MOROSINI, 1992) alarmados com a liberdade profissional em voga no Rio Grande do Sul

"... da versão castilhista do positivismo como ideologia partidária..." (BOEIRA, 1980, p.40)

que caracterizou a sociedade gaúcha da época.

A liberdade profissional foi estabelecida aqui pela Constituição Estadual de 14 de julho de 1891, institucionalizando a doutrina de Comte reformulada por Julio de Castilhos, Presidente do Estado, (BOEIRA, 1980) que dispunha no seu Artigo número 71, § 5º (ANEXO 3):

"Não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que

sejam, sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões, de ordem moral, intelectual e industrial" (RIO GRANDE DO SUL, 1963, p.67)

A repercussão dessa normativa para a classe farmacêutica pode ser melhor entendida nos termos do edital da **Directoria de Hygiene Publica** em 1895:

"De ordem do exmo. sr. dr. director da repartição da Hygiene do Estado, faço publico as seguintes disposições do regulamento sanitario:

Art. 11 - Que quem quizer exercer a medicina e qualquer dos seus ramos, a pharmacia, drogaria, obstetricia e arte dentaria, deverá requerer inscripção em registro existente na directoria." (A FEDERAÇÃO, 13 jun. 1885, p.3)

Devido no entanto à falta de fiscalização e pouca instrução do povo, proliferavam os abusos, o que levou à reivindicação de médicos e farmacêuticos para a realização de provas de capacitação para os interessados no exercício profissional (DAUDT FILHO, 1949, *apud* CORSO, 1990) pois, como outros profissionais liberais, viam ameaçados os respectivos mercados de trabalho.

"Mal impressionados, quiçá, com a liberdade profissional taxativamente expressa na Carta Estadual de 14 de julho, alguns farmacêuticos desta capital, tendo à frente A. Leal, J. Daudt Filho e V. Appel, lançaram

a idéia de uma sociedade com o fim de tratar dos interesses morais e profissionais da classe, nascendo assim a União Farmacêutica, solenemente instalada em 16 de setembro de 1894." (SARMENTO LEITE, 1915, p.3)

Dando curso às suas finalidades, dentre as quais constava a criação de um curso livre de Farmácia, a União Farmacêutica tratou de reunir condições para o seu intento que obteve o aval necessário mediante a opinião favorável de Julio de Castilhos, defensor do ensino livre, conforme foi noticiado em 1º de outubro de 1895:

"Está em via de ser definitivamente levada a termo a idéia aventada pela sociedade UNIÃO PHARMACEUTICA: brevemente deve ser aberto nesta capital um curso livre de pharmacia. Para tal fim já estão dadas as providencias preliminares.

Segundo nos consta, dirigindo-se sobre o assumpto ao Dr. Julio de Castilhos, a UNIÃO PHARMACEUTICA encontrou de parte de S. exa. o mais lisonjeiro acolhimento, prometendo o governo do Estado ceder uma das salas da Escola Normal, bem como os respectivos appparelhos de physica e chimica para ali funcionarem as aulas do projetado curso.

É possivel tambem que o congresso do Estado e a intendencia municipal auxiliem essa iniciativa, decretando subvenções para a futura escola" (CORREIO DO POVO, 1º out. 1895, p.2)

Criada a escola com a constituição da Congregação e da Diretoria e a elaboração dos estatutos (ANEXO 4), sucederam-se os preparatórios para o funcionamento dos dois cursos previstos: Farmácia e Química Industrial.

O curso de Farmácia estava assim organizado:

"... 1ª SERIE - 1ª cadeira - *Physica experimental*; lente, *Olympio Guimarães*.

2ª cadeira - *Chimica Mineral e principios de mineralogia*; lente *Christiano Fischer*.

2ª SERIE - 1ª cadeira - *Botânica e principios de Zoologia*; lente, *Manuel da Silva Pereira*.

2ª cadeira - *Chimica Organica*; lente, *Francisco Rocha*.

3ª cadeira - *Chimica Biologica e Microscopia*; lente, *João Daudt Filho*.

3ª SERIE - 1ª cadeira - *Materia Medica e Therapeutica*; lente, *Dr. Dioclécio Pereira*.

2ª cadeira - *Chimica Analytica e toxicologica*; lente, *Alfredo Leal*.

3ª cadeira - *Pharmacia theorica e pratica*; lente, *Arlindo Caminha*." (A FEDERAÇÃO, 8 mai. 1896, p.1)

O curso de Química Industrial, por sua vez apresentava a seguinte constituição:

"1ª *SERIE* - 1ª cadeira - *Physica experimental*; lente, *Olympio Guimarães*.

2ª cadeira - *Chimica mineral e principios de mineralogia*; lente *Christiano Fischer*.

2ª *SERIE* - 1ª cadeira - *Botanica e zoologia*; lente, *Manoel da Silva Pereira*.

2ª cadeira - *Chimica organica*; lente, *Francisco Rocha*.

3ª cadeira - *Mineralogia*; lente, *Edmundo Landel de Moura*.

3ª *SERIE* - 1ª cadeira - *Chimica Analytica*; lente, *Alfredo Leal*.

2ª cadeira - *Chimica agricola*; lente, *Francisco de Carvalho de Freitas*.

3ª cadeira - *Chimica Industrial*; lente, *João Landell de Moura*." (A FEDERAÇÃO, 8 mai. 1896, p. 1)

Compunham a diretoria da escola os farmacêuticos Alfredo Leal, Diretor; Arlindo Caminha, Vice-Diretor e Francisco de Carvalho Freitas, Secretário. O corpo docente, à exceção do Dr. Dioclécio Pereira (médico) era composto igualmente por farmacêuticos.

O curso de Química Industrial nunca chegou a funcionar e as aulas do Curso de Farmácia somente iniciaram em 15 de fevereiro de 1897, por falta de alunos, malgrado os periódicos editais publicados no jornal "A Federação" informando sobre abertura das inscrições para matricula

(CORSO, 1990), repetindo-se aqui o mesmo que já ocorrera anteriormente com os primeiros cursos de Farmácia instalados no país.

Esse fato, sugeriu de Corso (1990) a interrogação de que o funcionamento de um curso superior tivesse sido muito adiantada para a Porto Alegre provinciana de 1896 mas o fato pode também ser creditado ao desinteresse das pessoas, tendo em vista o tempo e recursos a serem investidos na preparação para uma profissão cujo exercício profissional era legalmente livre e que, por certo, não desfrutava ainda de alto conceito social.

A fundação da Escola de Farmácia e Química por outro lado, extrapolou os seus próprios limites representando não só o início do ensino superior em Porto Alegre como um incentivo à fundação das escolas de Engenharia e Medicina, aspecto bem apanhado e registrado por Alfredo Leal pois estas se constituíram no embrião da atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SILVA & SOARES, 1993).

Embora não vinculada ao governo federal, a Escola Livre adotou o quadro de disciplinas e os procedimentos correntes nas escolas congêneres do país com as quais, praticamente, coincidia em finalidades.

"A seriação do Curso Livre de Farmácia merece ser registrada porque já era um índice de larga visão e perfeito conhecimento do metier. O curso era feito,

como hoje, em três anos e não era uma improvisação..." (BOTTINI, 1948, p.61).

Em 1897 ao iniciarem as aulas da 1ª série da Escola Livre, com 35 alunos, foram oferecidas as cadeiras de Física Experimental e de Química Mineral e Princípios de Mineralogia, conforme anunciado desde as primeiras notícias sobre o currículo em 1895.

Com o início efetivo das suas atividades, a Escola Livre desligou-se da União Farmacêutica que todavia continuou a ajudar a escola na obtenção de diversos melhoramentos tão necessários naqueles tempos iniciais onde tudo estava por fazer.

No relatório que fez, o diretor da Escola, Alfredo Leal, que era republicano, evidenciava-se o teor das providências para a freqüência ao ensino ministrado:

"Adversário do ensino livre como ele é compreendido nas nossas escolas superiores, estabeleci no Regimento Interno, a presença obrigatória às sabatinas, tendo antes nos Estatutos consignado o mesmo princípio quanto às aulas práticas. À esta medida a meu ver, deve-se o aproveitamento que têm tido os alunos desta Escola." (ESCOLA LIVRE DE PHARMACIA DE PORTO ALEGRE, 1896-98, p.11)

Segundo os registros da época, o ensino na Escola Livre era feito com base na experimentação, para o que havia

disponibilidade dos laboratórios cedidos pela Escola Normal sendo o de Química mantido em convênio com a Diretoria de Higiene do Estado mediante contrapartida de exames do interesse daquela repartição pública.

Auxiliavam também na infra-estrutura para o ensino, um museu de História Natural dirigido para a mineralogia e uma biblioteca, angariada e organizada mediante promoções que envolveram a cidade (A FEDERAÇÃO, 23 out. 1897).

Embora de característica livre, é interessante notar nos documentos da época a adoção do escudo do Estado riograndense como figura central do timbre da Escola de Farmácia conforme pode ser visto no ANEXO 5, o que configura a consideração que o Estado dispensava ao ensino livre.

Atendendo ao solicitado pela direção do Curso de Partos que funcionava na Santa Casa de Misericórdia, Alfredo Leal levou à Congregação da Escola proposta para a fundação de uma Faculdade de Medicina, o que foi aprovado mediante a junção dos cursos respectivos, possibilitando dessa forma a criação da "Faculdade Livre de Medicina e Pharmacia de Porto Alegre" em 25 de julho de 1898, quando havia no país somente duas outras escolas de Medicina: no Rio de Janeiro e na Bahia.

Para a direção da nova Faculdade foram eleitos Protásio Alves (médico) como diretor e Alfredo Leal (farmacêutico) para a Vice-Direção, (ANEXO 6) ficando acordada a renúncia

da diretoria da Escola de Farmácia, a manutenção do programa de Farmácia e a autonomia dos cursos de Partos e Farmácia enquanto não fosse instalada a nova instituição (CORREIO DO POVO, 22 jul. 1978)

Abrir mão da autonomia da escola pioneira em favor da fusão com o Curso de Partos, parece ter sido superada pela compreensão de que a nova escola representava o aperfeiçoamento da obra iniciada pelos farmacêuticos com a Escola Livre, a julgar pelas expressões de Alfredo Leal, registradas na ata da sessão de encerramento das atividades da Congregação da Escola Livre de Farmácia em 25 de julho de 1898, com a presença de representantes do Curso de Partos:

"Partindo de mim a lembrança que hoje selaremos, com os nossos votos, sou obrigado a propor-vos as suas bases e espero que sejam aceitas pois que são as mais honrosas e razoáveis possíveis. Que nenhum de vos veja neste meu procedimento o menor indício de desconfiança, de desânimo, de receio de que naufrague a idéia para cuja corporificação nos unimos. O que me obriga a isto é exatamente a convicção profunda de que ela em breve será triunfante, é o desejo ardente de remover dificuldades futuras, de impedir atritos possíveis, de encaminhar sem anarquia os trabalhos preliminares para a construção do grandioso edifício que pretendemos levantar." (ESCOLA LIVRE DE PHARMACIA DE PORTO ALEGRE, 1896-98, p.15)

Comunicada a fundação da Escola de Medicina e Farmácia, o Diretor da mesma, Protásio Alves, recebeu correspondência de Julio de Castilhos (ANEXO 7) apoiando a iniciativa e associando-a a "*mais uma vitória do ensino livre*" e como ratificação de princípios da Constituição Riograndense, pela qual o presidente do Estado muito se empenhara (CORREIO DO POVO, 22 jul. 1978).

Em 1898 as cadeiras ministradas no Curso de Farmácia foram praticamente as mesmas do quadro inicial, com exceção da 1ª série onde fora introduzida a cadeira de Mineralogia, possivelmente neste mesmo ano (CORSO, 1990):

1ª série: Física, Química Mineral e Mineralogia;

2ª série: Química Orgânica, Botânica e Zoologia, Química Biológica e Microscopia;

3ª série: Matéria Médica e Terapêutica, Química Analítica e Toxicológica, Farmácia Teórica e Prática.

Com a aprovação dos seus estatutos em 1899, a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia constituiu-se também dos cursos anexos de Odontologia, Enfermagem e Obstetrícia (FRANCO & MOROSINI, 1992).

Quando a Faculdade iniciou as aulas, em março de 1899, havia 41 alunos de Farmácia, 18 de Medicina, 5 em Obstetrícia e 3 em Odontologia. O currículo de Farmácia apresentava como novidades a inclusão de Bacteriologia na 2ª

série, a junção de Química Mineral e Mineralogia e a transferência de Botânica e Zoologia da 2ª para a 1ª série (CORSO, 1990).

Incorporada à Faculdade de Medicina, a Farmácia participou de uma série de "tensões" descritas e analisadas por FRANCO & MOROSINI (1992) e consideradas como ingerências do governo do Rio Grande do Sul e do governo federal na escola pois esta ligava-se aqueles governos, respectivamente no "plano político e de auxílios" e à subordinação formal e legal.

Dois acontecimentos principais, contudo, referiram-se especificamente à Farmácia e ao seu currículo dentre as tensões referidas por aquelas autoras.

O primeiro fato ocorreu logo em 1898 por ocasião do reconhecimento da Escola de Farmácia, solicitado ainda em 1897, antes da fusão com o Curso de Partos. O episódio caracterizou-se mais como resultado de divergências políticas regionais com o governo federal do que pelos próprios incidentes em si, ocorridos entre o delegado fiscal do governo federal designado para verificações e a Congregação da escola apoiando o Vice-Diretor, Alfredo Leal, que se negara a dar maiores esclarecimentos sobre a situação da Farmácia desde a junção com a Medicina. O próprio registro que Alfredo Leal fez do fato (ESCOLA LIVRE DE PHARMACIA DE PORTO ALEGRE, 1896-98) e o tratamento dado às

circunstâncias pelo jornal A Federação, porta voz dos interesses do governo do Estado, deixam perceber exageros e açodamentos (CORSO, 1990).

A outra desavença foi originada pelo pedido de reconhecimento da Faculdade de Medicina e Farmácia que foi conseguido em 1899 pelo Decreto nº 3758 de 1º de setembro mas condicionado pelo Ministro do Interior à equiparação dos programas de ensino em vigor aos programas das faculdades oficiais, o que foi inicialmente rejeitado, embora aceito posteriormente.

Com a equiparação efetuada em 1900 e o cumprimento das exigências de redução das disciplinas, efetuado mesmo a contragosto, houve prejuízo para o curso de Farmácia que:

"...tornou-se miserável, reduzido a dois anos com a supressão de Química Biológica, Analítica e Toxicológica, de Física Experimental e de Bacteriologia, tão necessárias ao farmacêutico científico moderno..." (SARMENTO LEITE, 1915, p.5).

Essas modificações, de fato, reduziram o currículo da época a:

- Química Mineral e Mineralogia;
- Botânica e Zoologia;
- Terapêutica;
- Farmacologia e Arte de Formular (SARMENTO LEITE, 1915)

As determinações dessa legislação, já em vigor nas escolas oficiais, provocaram reações semelhantes no âmbito das demais escolas de Farmácia do país e na própria classe farmacêutica, como expressa COSTA (1966, p.23):

"Nos últimos anos do século XIX e nos quinze primeiros anos do século atual, isto é, por um período de quatro lustros, atravessou a profissão farmacêutica uma grande crise associativa, reinando um verdadeiro marasmo no seio da classe. A reforma do ensino superior de 1901, que reduziu o curso farmacêutico para dois anos, contribuiu de certo para este estado de cousas, a completa desmoralização da classe."

Em 1911 aquele currículo farmacêutico de dois anos (ANEXO 8) compunha-se na Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre de:

1ª série:

- Química Médica 1ª parte;
- Matéria Médica, Farmacologia e Farmácia Prática;
- História Natural Médica

2ª serie:

- Química Médica (2ª parte)
- Farmacologia (farmácia química e farmácia prática)

A situação descrita durou oficialmente até o advento da combatida Reforma Rivadávia (1911) da Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental pela qual:

"... as escolas superiores criadas pelos estados e particulares deixavam de sofrer qualquer fiscalização da parte do governo federal tendo seus currículos organizados conforme as determinações do seu proprio corpo docente, independentemente de paradigmas oficiais." (SILVA & SOARES, 1993, p.36).

O curso de Farmácia foi então recomposto com três anos de duração

"... pondo-o mais à feição com as exigências dos progressos realizados nas ciências médicas... nele incluídos - toxicologia química e bromatológica, microbiologia e higiene (parte geral) e legislação profissional." (SARMENTO LEITE, 1915, p.6)

Ainda em decorrência da reforma dos estatutos para a equiparação com as escolas superiores oficiais, a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre teve o nome modificado para Faculdade Livre de Medicina, permanecendo a Farmácia como um dos seus cursos.

Posteriormente, com a Reforma Maximiliano de 1915, considerada como do restabelecimento da ordem (FRANCO & MOROSINI, 1992) e

"... trazendo em seu bojo certo número de medidas moralizadoras para o ensino, conferindo de fato autonomia didática às Congregações, estabelecendo um mínimo de matérias para os estabelecimentos de ensino superior, não exigindo dos Institutos livres o sacrifício ou retaliação de seus métodos e programas, mas impondo, sim, determinadas condições essenciais, bases a serem preenchidas, caso queiram que seus títulos sejam válidos em toda a União." (SARMENTO LEITE, 1915, p.6)

sustaram-se os trabalhos da comissão que fora nomeada pela Congregação da Faculdade de Medicina para mudança de estatutos em pontos referentes aos cursos de Farmácia e Odontologia e aos exames de admissão.

Os novos estatutos, cumprindo disposições da Lei Maximiliano, foram aprovados pelo Conselho Superior de Educação somente em 1919 devido a novos desencontros de opinião e posições entre a Faculdade de Medicina e os órgãos federais (FRANCO & MOROSINI, 1992).

Com a reforma seguinte, a de 1925, que reorganizou o ensino secundário e o superior, criou-se o Conselho Nacional de Ensino que determinou as Faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro como referências oficiais para o ensino de Medicina, Farmácia e Odontologia no país. Dessa forma os cursos locais tiveram alterado o número de cadeiras pela reforma do Regimento Interno.

Em 1931, com a reforma do ensino médico no Brasil, a Faculdade de Medicina foi federalizada e com ela as suas escolas de Farmácia e Odontologia sendo o currículo de Farmácia assim organizado para formar o Farmacêutico:

1ª SÉRIE:

- Física
- Química Orgânica e Biológica
- Zoologia e Parasitologia
- Botânica Aplicada à Farmácia

2ª SÉRIE:

- Microbiologia
- Química Analítica
- Farmacognosia
- Farmácia Galênica

3ª SÉRIE:

- Higiene e Legislação Farmacêutica
- Química Toxicológica e Bromatológica
- Farmácia Química
- Química Industrial Aplicada

Esse currículo permaneceu, com pequenas alterações, até 1955 quando ocorreu a primeira modificação curricular com a Escola de Farmácia já autônoma da Medicina (FACULDADE DE FARMÁCIA DE PORTO ALEGRE, 1952-60, apud CORSO, 1990)

Paralelamente, no período em que a escola de Farmácia esteve ligada à Faculdade de Medicina ocorreram notáveis transformações no ensino médico, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos da América do Norte, **pari passu** com as transformações ocorridas na economia internacional.

"No final do século XIX e início do século XX, surge a medicina científica, centrada em uma visão biológica, individual, mecanicista. Esta visão deriva do processo de formação do capitalismo monopolista, transformando a medicina em objeto de lucro e a saúde em mercadoria. A relação do homem com a máquina no processo de trabalho é refletida na relação médico-paciente no processo saúde e doença. Assim como o homem sofre um processo de alienação e subordinação à máquina, também o paciente é alienado de seu corpo e de seu saber e subordinado ao médico. O relatório Flexner, em 1910, veio institucionalizar a medicina científica, colaborando com a hierarquização da medicina, restringindo o acesso ao curso médico,...." (MENDES, 1980, p.5).

A composição desse novo paradigma atendeu à problemática posta pelas novas relações de produção do capitalismo emergente, para as quais tratava-se de encontrar formas que lhe assegurassem o acúmulo do capital e promovessem a legitimação da ordem social.

Mediante esse direcionamento o paradigma médico adquiriu o caráter científicista (ANDRADE, 1978) que balizou daí para a frente toda a área da Saúde (ROSEN, 1980).

Após 50 anos como integrante da Faculdade de Medicina, a Escola de Farmácia tornou-se autônoma pela Lei n° 1021 de 28 de dezembro de 1949 (BRASIL, 1949) permanecendo porém anexa à Medicina até organizar-se em 1952 como Unidade Técnica Administrativa da Universidade do Rio Grande do Sul, pela Lei n° 30943 de 5 de julho de 1952 (BRASIL, 1952), adquirindo assim a denominação de Escola de Farmácia de Porto Alegre. Essa nomenclatura permaneceu até 1958 quando passou a denominar-se Faculdade de Farmácia de Porto Alegre (ESCOLA DE FARMÁCIA DE PORTO ALEGRE, 1952-63, apud CORSO, 1990).

O primeiro diretor desse nova fase da escola foi o professor Henrique de Oliveira, catedrático de Química Toxicológica, como registra a primeira ata da nova Congregação:

"... dia 21 de junho de 1952, reuniu-se a Congregação da Faculdade de Farmácia de Porto Alegre, sob a direção do Diretor da Faculdade de Medicina - Professor Raul Moreira da Silva, que declara aberta a sessão, congratulando-se com os senhores professores, pelo ato do Governo Federal que dispõe sobre a organização da Escola de Farmácia de Porto Alegre; dá por instalada a Congregação e passa, a seguir, a direção dos

trabalhos ao Professor Henrique de Oliveira, designado pelo Magnífico para dirigir os destinos da supra referida Escola até sua regulamentação definitiva." (ESCOLA DE FARMÁCIA DE PORTO ALEGRE, 1952-63, p.1, apud CORSO, 1990, p. 85)

Embora desvinculada administrativamente da Faculdade de Medicina, a Farmácia permaneceu ocupando instalações no prédio daquela faculdade até 1958 quando teve inaugurado o seu prédio próprio no então denominado Centro Médico da Universidade do Rio Grande do Sul (CORSO, 1990).

Com a autonomia, a escola reorganizou-se e, à semelhança do praticado pela maioria das congêneres no país, ampliou o curso para 4 anos com a seguinte composição em 1958:

1ª SÉRIE:

- Química Orgânica*
- Química Analítica Qualitativa*
- Química Inorgânica Farmacêutica*
- Física Aplicada à Farmácia*

2ª SÉRIE:

- Microbiologia*
- Química Analítica Quantitativa*
- Química Farmacêutica Orgânica*
- Zoologia e Parasitologia*

3ª SÉRIE:

- Farmácia Galênica*
- Farmacognosia*
- Farmácia Química*
- Química e Biologia*

4ª SÉRIE:

- *Farmacodinâmica e Ensaio Biológicos dos Medicamentos*
- *Higiene e Legislação Farmacêutica*
- *Química Bromatológica*
- *Química Industrial Farmacêutica*
- *Química Toxicológica"*

(CORREIO DO POVO, 4 jan. 1958, p.8)

Esse currículo, que era diferente da composição de 1931 basicamente pela subdivisão da Química Biológica e da Química Analítica e pela criação da disciplina Farmacodinâmica e Ensaio Biológicos dos Medicamentos, permaneceu em vigor até 1962.

Estabelecida fora da Faculdade de Medicina, a Farmácia passou a vivenciar debate próprio, geralmente de iniciativa dos seus estudantes, sobre a desnacionalização da indústria farmacêutica brasileira e sobre a necessidade de modificações no ensino que melhor capacitassem o farmacêutico não só para o ramo dos medicamentos como também para as análises clínicas, evidente aspiração da época à vista do esvaziamento da farmácia para o trabalho do farmacêutico (CORSO, 1990).

Além das reivindicações para melhores condições de ensino, a Faculdade de Farmácia envolveu-se também em movimentos em defesa da profissão durante duas décadas, especialmente em torno das ameaças representadas pelos

licenciamentos dos "práticos" em 1951, pela proposta dos cursos de Técnicos em Farmácia em 1954, na campanha para a "Moralização do Comércio de Drogas e do Exercício Profissional do Farmacêutico" em 1957 e contra a presença dos Biomédicos nas Análises Clínicas em 1983 (CORSO, 1990), situações todas reveladoras da fragilidade do campo profissional.

Conservando-se ainda, em muito, um currículo estabelecido há 30 anos antes, com o alheamento das escolas à realidade *extra-muros* universitários e com a falta de união entre a academia, profissionais e órgãos de classe,

"... Num dado momento, o currículo do curso de formação do Farmacêutico, foi tornando-se crítico. Num dado momento, o currículo do curso de formação, excessivamente sobrecarregado de disciplinas díspares, fêz do Farmacêutico um profissional amplamente informado mas superficialmente preparado tanto do ponto de vista científico como técnico. Com a agravante da inadequação dessa formação tanto às necessidades das indústrias farmacêuticas como às de farmácia." (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1969a p.142)

Nessa situação de dificuldades dos cursos e dos profissionais, o professor Francisco de Paula Calleya, catedrático de Farmácia Galênica da Faculdade local, lançou um movimento para incentivar novamente a formulação de medicamentos, procurando para isso unir a classe

farmacêutica em torno de um objetivo comum de restituição da confiança e prestígio dos farmacêuticos diante da classe médica e do público no Rio Grande do Sul e posteriormente no país. (CALLEYA, 1962).

O plano, denominado de **Movimento de Incentivo ao Formulário (MIF)**, propunha-se à reaproximação de médicos, farmacêuticos e outros profissionais da saúde para o desenvolvimento de formulário medicamentoso em bases modernas (ANEXO 9) e de real utilidade para a classe médica além de propiciar a dispensação de medicamentos a menor custo para os usuários.

"Tratou pois a cátedra de Farmácia Galênica de coordenar, em outubro de 1961, o MIF, que passaria a contar com o apoio oficial da Faculdade de Farmácia de Porto Alegre e, ... dos demais institutos de ensino da URS, cujas atividades estejam estreitamente vinculadas à arte de curar." (CALLEYA, 1962, p.10)

Sensível à oportunidade da proposta que vinha ao encontro da revalorização do trabalho farmacêutico na preparação dos medicamentos, a Congregação da Faculdade de Farmácia aprovou-a... mas, sem ônus financeiro para a Faculdade e para a Universidade do Rio Grande do Sul (CORSO, 1990).

Mediante a aprovação da Congregação, o plano foi levado adiante buscando adesões entre médicos, odontólogos e veterinários pretendendo a formação de comissões que supririam a Cadeira de Farmácia Galênica de fórmulas para serem experimentadas e aplicadas posteriormente. A continuidade do programa seria sustentada pela manipulação das fórmulas em farmácias que apresentassem condições técnicas para tal e que seriam coordenadas pela Farmácia Galênica da Faculdade e subordinadas a uma comissão de preços para assegurar custos uniformes ao aviamento de fórmulas. Em farmácias credenciadas pelo MIF haveria ainda campo de estágio para alunos de Farmácia Galênica da Faculdade de Farmácia.

Ainda que bem organizado e divulgado o Movimento de Incentivo ao Formulário não vingou embora tenha deitado raízes principalmente entre os médicos dermatologistas, todavia

"A penetração cada vez maior das multinacionais na área do medicamento acabou por determinar o quase abandono do uso do formulário que, além de outras vantagens, como manter o farmacêutico na farmácia, era muito mais coerente com as possibilidades econômicas da população brasileira." (CORSO, 1990, p.177)

Em 1962, quando tramitava a aplicação da Reforma Universitária decorrente da Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional, foi criada na faculdade uma Comissão de Ensino para levantar sugestões para a composição dos currículos mínimo e complementar previstos para os cursos na futura organização.

Do trabalho dessa comissão resultaram sugestões enviadas ao Conselho Federal de Educação na expectativa de contribuir para resolver os problemas do ensino de Farmácia (CORSO, 1990).

Com a vigência do Parecer nº 268/62 Conselho Federal de Educação, a Faculdade local organizou o Curso de Farmacêutico e o Curso de Farmacêutico Bioquímico, este com 4 diversificações: Tecnologia Farmacêutica e Alimentar, Química Terapêutica, Análise de Alimentos e Medicamentos e Laboratório de Saúde Pública, (ANEXO 10), conforme relata CORSO (1990, p. 280-82).

Aos alunos que haviam ingressado em 1963 e cursado a 1ª série com disciplinas do mesmo teor e número das adotadas para a 1ª série do novo currículo, foi possibilitada a adaptação, já a partir de 1964, para o currículo diversificado permitindo assim a conclusão de curso (ANEXOS 11, 12) dos primeiros farmacêuticos em 1965 e dos primeiros farmacêuticos-bioquímicos em 1966. (FACULDADE DE FARMÁCIA DE PORTO ALEGRE, 1952-86).

Com a diversificação do currículo, a escola tomou o nome de Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Porto Alegre por

decisão do Conselho Universitário em 1964 (CORSO, 1990). Em 1967 essa denominação foi alterada para Faculdade de Farmácia, por indicação da Comissão de Planejamento onde tramitava o anteprojeto de Estatutos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que previa a localização das áreas básicas de ensino nos institutos e as profissionais nas faculdades.

A defesa que o professor Rubem Dantas, diretor da Farmácia à época, fez para a manutenção do nome anterior bem demonstra a inclinação para a diversificação do currículo, e a importância atribuída à Bioquímica nos estudos farmacêuticos:

"A evolução científica, a modernização progressiva dos padrões de Tecnologia Farmacêutica, o novo arsenal da Quimioterapia Experimental - a grande extensão científica e profissional da Bioquímica no nosso campo de trabalho foram consubstanciados pelo fluxo renovador do atual Conselho Federal de Educação, através da Resolução 268/62... Foi com verdadeiro desafio que nossa Faculdade transformou-se em Faculdade de Farmácia e Bioquímica..."
(FACULDADE DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA DE PORTO ALEGRE, 1965-68, p.53)

Reconhecia outrossim que o novo currículo fôra benéfico para a revitalização da escola

"... até que o esquema de 1962 despertou as novas gerações e a Faculdade de Farmácia e

Bioquímica impregnada desse rejuvenescimento triplicou suas matrículas... uma Faculdade que sentia já na segunda série o esvaziamento de 40 a 50% de seus alunos, conseguiu nestes últimos quatro anos uma fixação de 97% até a formatura, nos cursos de graduação de farmacêutico bioquímico (8 semestres) e de farmacêutico (6 semestres)..." (FACULDADE DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA DE PORTO ALEGRE, 1965-68, p. 53)

Apesar dessas ponderações e de outras gestões levadas a efeito posteriormente para conservar a denominação Farmácia e Bioquímica, o nome da escola efetivou-se como Faculdade de Farmácia quando da implantação da Reforma Universitária de 1968 (CORSO, 1990).

Sobrevindo o anteprojeto do Conselho Federal de Educação para a definição de um novo currículo para a Farmácia, gestado especialmente na segunda metade da década de 60, a Faculdade de Farmácia e Bioquímica assim se posicionou em novembro de 1968, mediante correspondência enviada pela diretora da época, Professora Belkis Maria Sant'Ana, ao relator daquele expediente, Professor José Carlos Fonseca Milano:

"A Congregação da Faculdade de Farmácia e Bioquímica, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apreciando o anteprojeto referente ao currículo de Farmacêutico aprovado pelo Grupo de Trabalho da Comissão de Ensino Superior, resolveu manifestar-se, unânimemente, contrária ao mesmo,

especialmente no que tange à criação profissional de nível técnico sem uma formação adequada profissional superior. Outrossim, manifesta-se no sentido de que o currículo mínimo seja expresso em termos de *materias* e não *disciplinas*. Parece a este Colegiado que, diante do referido anteprojeto, seria mais conveniente a manutenção da Resolução sob o n° 268/62 com pequenas modificações tendentes a uma maior flexibilidade na organização dos currículos no âmbito das Faculdades, tais como transferências de algumas matérias para a categoria optativas ou para pós graduação." (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1968).

Esta manifestação leva a crer que, localmente, o grau de insatisfação com a organização implantada em 1964 não era de molde a desejar reformas mais radicais, possivelmente devido à boa recuperação da matrícula experimentada nos últimos anos e à razoável infra-estrutura com que a Faculdade contara para a implantação das modificações decorrentes do Parecer 268/62 CFE conforme aparece no levantamento efetuado nas escolas de Farmácia do país à época (POURCHET-CAMPOS, 1966).

Externamente também a situação apresentava aspectos favoráveis com relação ao mercado de trabalho em Análises Clínicas que, graças ao pioneirismo de alguns professores da própria Faculdade (MONTAÑA, 1994), já se caracterizava pela presença, propriedade ou responsabilidade de Farmacêuticos.

Definido contudo um novo currículo para o curso de Farmácia pelo Parecer 287/69 a sua implantação local, que ocorreu somente em 1971 no conjunto das adaptações da Reforma Universitária na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, constituiu-se então

"... um ciclo básico destinado à formação fundamental e um ciclo profissional onde os estudos são concentrados num campo delimitado do conhecimento, propiciando assim, o desenvolvimento da competência necessária ao exercício da atividade profissional. O ciclo profissional confere títulos de Farmacêutico, Farmacêutico Industrial e Farmacêutico Bioquímico, este último com ênfase em Bromatologia ou em Análises Clínicas" (CORSO, 1990, p.183).

Respeitando o currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, a nova legislação possibilitou à comissão de Carreira do Curso, então criada, a competência para a elaboração do currículo complementar à feição dos interesses e possibilidades locais e que se manteve, até hoje, com pequenas alterações (ANEXO 13).

Com essa nova organização curricular a escola passou a oferecer formação para:

- a) FARMÁCIA; com duração de 8 semestres e obrigatória;

b) FARMACÊUTICO INDUSTRIAL; opcional, com duração de 3 semestres;

c) FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO; opcional, com duração de 3 semestres para cada uma das suas modalidades: Análises Clínicas e Indústria de Alimentos.

Com essa oferta a Faculdade pretendeu formar profissionais para atuação em farmácia comercial e hospitalar; serviços de saúde, indústrias farmacêutica e alimentar, laboratório de análises clínicas e pesquisa universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1994).

Cursadas as disciplinas básicas nos respectivos institutos da Universidade, a parte profissionalizante dos cursos manteve-se ministrada na Faculdade de Farmácia, exceto o curso em Alimentos que passou a ser oferecido em outra unidade da UFRGS, o Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos.

A forma e a ordenação tomadas pelos currículos de 1962 e 1969 na Faculdade de Farmácia da UFRGS não fugiram às características dos currículos congêneres estabelecidos no país no que respeita à grande carga horária constituída e à ênfase da mesma na formação básica.

Por outro lado, a diversificação adotada para ampliar as opções profissionais de fato não obteve êxito, de vez que a

própria demanda discente direcionou-a enfaticamente para as Análises Clínicas frustrando a própria intenção anunciada de fortalecer a formação para medicamentos.

Essa posição secundária do ensino para Medicamentos na graduação teve contudo peculiar contraponto na Faculdade de Farmácia local com o estabelecimento, em 1973, de curso de pós-graduação a nível de mestrado em Ciências Farmacêuticas e com o

"... objetivo da formação de recursos humanos, docentes e pesquisadores, especializados em análise, controle e tecnologia de medicamentos de origem sintética e natural, além de síntese de compostos com potencial de ação biológica. Através de suas atividades e de suas linhas de pesquisa, propõe-se a colaborar com o desenvolvimento e o progresso das Ciências Farmacêuticas em noso País." (CORSO, 1990, p.236)

A instalação de um curso de pós-graduação em Medicamentos fôra gestada desde 1955 (ESCOLA DE FARMÁCIA DE PORTO ALEGRE, 1952-63) e a oportunidade de efetivação desse propósito teve início na década de 70 com a implantação de áreas de concentração em Fitoquímica, Síntese, Controle e Tecnologia de Medicamentos como fruto de convênio firmado com a Universidade de Münster.

A criação do curso de pós-graduação em 1970 constituiu-se em iniciativa ímpar entre as Faculdades de Farmácia do

país e o convênio inicial com a universidade alemã teve como objetivos:

"1) Estimular e desenvolver a obtenção de matéria prima brasileira proveniente das fontes naturais do país e que servem para o suprimento da indústria farmacêutica.

2) Melhorar e desenvolver, através da pesquisa, a tecnologia farmacêutica de produção de medicamentos.

3) Incentivar o aperfeiçoamento e especialização de docentes e técnicos brasileiros, já graduados."

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL,
1970, p.8)

Essa iniciativa contribuiu consideravelmente para o aperfeiçoamento de grande parte do corpo docente da própria Faculdade de Farmácia local e constituiu-se ainda na principal referência da escola em medicamentos desde que tal opção continuou com fraca demanda na graduação.

Diante dos problemas não resolvidos com o currículo de graduação em vigor, foram retomados os questionamentos sobre a pertinência do modelo instalado que não conseguia reabilitar o ensino na área de medicamentos e ainda desfavorecia, pela diversificação, a própria identidade da formação profissional.

Da escola, as inquietações passaram aos encontros regionais e nacionais que, mediante as mesmas preocupações, passaram a rediscutir o ensino farmacêutico na década de 80.

Visando a articulação interna da reflexão sobre o currículo em questão, a Faculdade de Farmácia da UFRGS criou em 1989 um grupo de trabalho para o encaminhamento de discussões e propostas (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1993).

Com essa iniciativa a escola antecipou-se ao que foi posteriormente recomendado pelo Conselho Federal de Farmácia às faculdades do país envolvidas com o mesmo problema (CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, 1991).

Dessa experiência resultaram condições internas para o estabelecimento de estudos sobre a situação do ensino na casa e da perspectiva de elaboração de uma nova proposta a respeito do mesmo, o que resultou em publicação específica sob o título de "Análise e Planejamento do Curso de Farmácia" (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1993).

Esse estudo constou inicialmente de levantamento situacional do curso de Farmácia da UFRGS que se revelou:

- caracterizado pelo generalismo polivalente e com tendência à superficialidade;

- com uma concepção curricular composta de um misto de racionalismo e tecnicismo;

- sob organização curricular fragmentada, com disciplinas mal localizadas e demasiadamente teóricas, com superposição de conteúdos e carga horária mal distribuída e ainda com

- uma concepção imediatista de distribuição e avaliação do conhecimento,

- resultando desse modelo a formação de um profissional generalista, polivalente e tecnicista, com pouca vinculação com a saúde pública e a assistência farmacêutica e ainda, com amparo para o exercício profissional em áreas para as quais não adquirira suficiente competência.

Mediante o conhecimento dessa situação e trabalhoso processo de diagnóstico do ensino nas áreas de medicamentos, análises clínicas e alimentos, a faculdade chegou em 1993 a uma proposta consensual baseada nas seguintes evidências:

I - a realidade atual da categoria farmacêutica;

II - a necessidade de implementação de alterações profundas na formação e desempenho das atividades do profissional farmacêutico;

III - a necessária unidade da categoria farmacêutica no que se refere à manutenção e aprimoramento de suas áreas de atuação;

IV - a necessidade de se garantir a formação adequada de um profissional farmacêutico

voltado à área dos Medicamentos, sem no entanto, minimizar outras áreas de atuação (Alimentos e Análises Clínicas) em que este profissional tem inserção;

V - o perfil profissional contido no Relatório do I Encontro Nacional de Avaliação do Ensino Farmacêutico;

VI - o novo modelo de Assistência Farmacêutica voltado para a saúde coletiva." (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1993, p.68)

Com base nesses referenciais a escola elaborou uma nova proposta que denominou EIXO PROFISSIONAL INTEGRADO (Figura 1) redimensionando a organização curricular.

Essas sugestões de uma nova estrutura básica para a organização do currículo e do ensino foram apresentadas em diversos encontros no país sobre Ensino e Currículo de Farmácia.

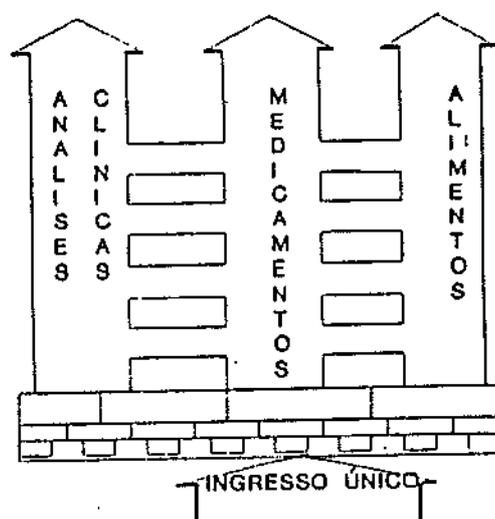
Posteriormente, a Faculdade organizou a grade curricular consequente à nova estrutura proposta, conforme pode ser visto no ANEXO 14 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1994).

Em síntese, nessa nova concepção foi mantida a diversificação anterior e a duração do curso em onze semestres reorganizados porém em ciclos profissionalizantes

específicos (Medicamentos, Alimentos, Análises Clínicas), com duração de seis semestres cada um contando com algumas disciplinas compartilhadas e precedidos por um ciclo básico comum composto de cinco semestres letivos.

Nesse modelo diminuiu-se o número de créditos por semestre para evitar a sobrecarga atualmente existente e a titulação conferida voltou a ser a de **Farmacêutico**, seguida da designação da modalidade cursada.

Relativamente ao currículo ora em vigor, desapareceram a formação atual separada para farmácia e para indústria farmacêutica e a designação **Bioquímico** do título conferido.



- Titulação: Farmacêutico Analista Clínico
Farmacêutico do Alimento
Farmacêutico do Medicamento
- Prazo recomendado para integralização do curso:
11 semestres
- Estruturação do curso: a) ciclo básico comum
b) modalidades: direcionadas e inter-relacionadas
c) oferta de disciplinas em bloco
d) estágio ao final de cada bloco
e) ingresso único
- Modalidade Medicamentos: oferta obrigatória
- Demais modalidades: oferta opcional
- Conteúdo programático:
 - a) do ciclo básico e comum a formação das três modalidades de farmacêutico;
 - b) das modalidades contendo disciplinas integradoras do âmbito profissional;
 - c) em disciplinas complementares
- Exercício profissional: necessidade de alterações na legislação, determinando as áreas de atuação.

Figura 1 - Proposta de "eixo profissional integrado" para o Curso de Farmácia - UFRGS.

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1993, p.69.

Extrapolando a organização acadêmica em si, a nova proposta pressupõe o estabelecimento efetivo no país da Assistência Farmacêutica voltada para a Saúde Pública e alterações na regulamentação profissional para suporte às novas modalidades de formação do Farmacêutico.

Atualmente, a proposta elaborada pela Faculdade de Farmácia da UFRGS constituiu-se uma dentre aquelas sugestões apresentadas a nível nacional para a reformulação curricular que aguardam tramitações conclusivas no Ministério da Educação.

Na síntese (QUADRO 1) a seguir apresentada, são descritos os principais eventos e características do ensino e do currículo de Farmácia ao longo da sua história no Brasil e as respectivas relações com o modo de produção e com a profissão farmacêutica.

QUADRO 1

Síntese das relações de medicamentos, profissão farmacêutica e ensino/currículo de farmácia

PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS	PROFISSÃO FARMACÊUTICA	ENSINO/CURRÍCULO
<p>Antes de 1808 - Aviamento e comércio de medicamentos efetuado nas boticas; há conhecimentos empíricos sobre folhas, raízes, cascas e alguns insumos animais.</p>	<p>Exercida pelo Boticário Aprovado com propriedade legal e exercício na botica. Proliferação de Boticários não legalizados.</p>	<p>Informal; conhecimento repassado aos aprendizes através da prática. Provas para habilitação de boticários realizadas em Portugal.</p>
<p>1838/ 1861 - Fase pré-industrial: em voga medicamentos de origem vegetal, principalmente drogas provenientes do solo americano e alcalóides isolados das mesmas.</p>	<p>Farmacêuticos com propriedade e exercício nas farmácias começam a firmar-se profissionalmente, substituindo, também legalmente, o Boticário.</p>	<p>1808/1809 - Fundação e início de funcionamento das escolas médicas da Bahia e do Rio de Janeiro com cursos (matérias) anexos de Farmácia.</p>
<p>1862/ 1914 - Primeira fase industrial, caracterizada pela importação de medicamentos e pelo aparecimento de especialidades farmacêuticas nacionais oriundas de indústrias incipientes.</p>	<p>Farmacêuticos passam a lidar na farmácia com especialidades nacionais e estrangeiras, além da manipulação do receituário médico.</p>	<p>1832 - Criação do 1º curso de Farmácia propriamente dito, quando da reorganização das escolas médicas do Rio de Janeiro e da Bahia.</p>
	<p>Reação da classe farmacêutica devido à redução para dois anos do curso de formação.</p>	<p>1853/1854 - Inclusão da matéria Química Orgânica no currículo de Farmácia.</p>
		<p>1879 - Inclusão no currículo de Farmácia das matérias Zoologia, Terapêutica Toxicologia e Farmacologia.</p>
		<p>Ensino de Farmácia direcionado para o conhecimento do medicamento.</p>
		<p>1895 - Fundação em Porto Alegre da Escola Livre de Farmácia e Química Industrial.</p>
		<p>1898 - Fusão da Escola Livre de Farmácia com o Curso de Partos originando a Escola de Medicina e Farmácia de Porto Alegre.</p>
		<p>1900 - Redução do curso de Farmácia a dois anos de duração.</p>

QUADRO 1 (Conclusão)

PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS	PROFISSÃO FARMACÊUTICA	ENSINO/CURRÍCULO
<p>1915/ 1939 - Segunda fase industrial; início da fabricação de produtos de origem estrangeira; fortalecimento dos laboratórios nacionais devido às demandas das duas grandes guerras.</p>	<p>Fase áurea do exercício profissional farmacêutico, voltado à manipulação de medicamentos e à industrialização de insumos vegetais e animais e de alguns produtos químicos.</p>	<p>1914 - Currículo recomposto para três anos mediante abertura proporcionada pela Reforma Rivadávia; ensino reorganizado mais rigidamente em 1915 pela Reforma Maximiliano.</p>
<p>1940/ 1960 - Terceira fase industrial: fabricação de produtos químicos, alcalóides e extratos glandulares. No início dessa fase vicejaram numerosas indústrias farmacêuticas brasileiras. O surgimento de produtos com avançada tecnologia e grande demanda de investimentos e a produção sob métodos de escala, começaram a inviabilizar a indústria nacional que, progressivamente, sofreu desnacionalização.</p>	<p>Declínio da profissão, especialmente após a Segunda Grande Guerra, pela perda do conhecimento sobre o objeto central da profissão.</p>	<p>Até a década de 30 o ensino de Farmácia possuiu objetivos claros com o conhecimento dirigido inequivocamente para o objeto central da profissão: o medicamento.</p>
<p>1960 em diante - Monopólio da indústria farmacêutica por grupos transnacionais atingindo 82% do parque industrial. Estabelecimento da medicalização da sociedade e apropriação pela indústria da distribuição de medicamentos.</p>	<p>Crise na profissão e busca de alternativas para a recomposição do mercado de trabalho.</p>	<p>Escolas buscando no desdobramento de disciplinas e na ampliação da duração do curso uma melhor preparação "científica" do farmacêutico, acrescentando conhecimentos de certa forma alheios ao medicamento.</p>
	<p>Ênfase profissional voltada para as Análises Clínicas transformando o trabalho com medicamentos em aspecto secundário da profissão.</p>	<p>1962 - Aprovação pelo CFE do primeiro currículo mínimo diversificado repercutindo oficialmente no ensino de Farmácia as indelências sobre o objeto farmacêutico.</p>
	<p>1974 - Retomada pela classe farmacêutica da discussão sobre uma nova reforma para o ensino de Farmácia.</p>	<p>1969 - Aprovação pelo CFE do segundo currículo mínimo diversificado como reflexo da persistência da indefinição do objeto da profissão.</p>

4. PARA ENTENDER O QUE ACONTECEU

As entrevistas, concebidas como parte da tarefa de apreensão dos conhecimentos existentes em torno da questão curricular no ensino de Farmácia, foram realizadas com cinco professores da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul dentre aqueles que nos últimos anos têm se envolvido de modo especial com o debate sobre a profissão e o ensino e liderado na escola a proposta para uma nova reforma do currículo.

Os quadros a seguir apresentam as questões propostas aos professores e as sínteses das respostas obtidas, que logo são tomadas como auxílio para as análises desta seção que busca um melhor entendimento sobre o currículo de Farmácia.

4.1. Currículo unitário e integrado

Pelo que se pode ver no QUADRO 2, quase todos os professores revelaram desconhecimento não só das causas das reformas curriculares como do próprio teor das mesmas no

QUADRO 2

Causas que levaram às reformulações curriculares na Farmácia até a década de 50

- não tinha informações, exceto sobre a história da profissão.
- conhecia a história da profissão mas a do curso somente a partir da segunda metade da década de 40.
- não tinha informações, exceto sobre aspectos históricos da profissão.
- tinha idéia da evolução da profissão mas não do currículo.
- não tinha informações embora conhecesse um pouco sobre o desenvolvimento da profissão.

período anterior à década de 60 quando os entrevistados, com apenas uma exceção, ainda não haviam chegado à Universidade.

Por outro lado, todos manifestaram algum conhecimento sobre a evolução da profissão farmacêutica desde os seus primeiros tempos no país e os principais períodos de estabilidade ou dificuldades pelas quais a mesma passou.

Essas respostas permitem o entendimento preliminar de que entre os entrevistados perpassa um melhor conhecimento histórico da profissão do que do ensino de Farmácia, situação aliás compreensível, tendo em vista a área de formação dos entrevistados que, sendo mais farmacêuticos do que profissionais da educação, têm melhor elaborados os conceitos e interesses da área profissional cuja característica positiva inclina-se menos para a historicidade dos fatos.

Pois, como observam LEITE & CUNHA (1994, p.49)

"... os profissionais de diversas áreas introjetam os valores e as práticas inerentes aos seu campo profissional, vozes e mensagens, reproduzindo nas decisões do seu fazer docente também os mecanismos de controle do conhecimento próprio do seu capital cultural e da sua competência científica."

Além disso, deve ser levada em conta a própria carência de memória existente na Faculdade de Farmácia da UFRGS a respeito do período anterior ao seu desligamento da

Faculdade de Medicina, fato verificado *in loco* quando da busca de subsídios para a composição da parte histórica apresentada anteriormente.

Recorrendo portanto ao que os registros históricos deixam perceber, pode-se considerar inicialmente que a própria criação do ensino de Farmácia em 1808, ligado às escolas de Medicina locais e ministrado através das cadeiras, constituiu-se ela mesma na mudança inicial, dada a modificação que trouxe ao sistema vigente na Colônia para a formação do profissional do medicamento, até então configurada pela habilitação do Boticário Aprovado.

Embora essa conjetura, a primeira reforma considerada como tal foi a que organizou o ensino de Farmácia em 1832 sob a forma de curso, em conseqüência, por sua vez, da primeira reestruturação do ensino médico iniciada em 1813 (FRANCO & MOROSINI, 1992).

Com essa reforma, o curso de Farmácia constituiu-se segundo o modelo francês, dado o desenvolvimento da profissão e do ensino da Farmácia na França e graças também à identificação com a cultura francesa, parte da nostalgia da Europa tão característica no período colonial (TEIXEIRA, 1983).

A ligação umbilical às escolas médicas e a adoção do modelo francês de ensino, que constituíram-se pois nas características peculiares da implantação dos cursos de

Farmácia no Brasil, direcionaram posteriormente as reformas do ensino farmacêutico.

Com efeito, a vinculação à Medicina resultou também para a Farmácia em reformas de caráter profissionalizante, conforme as assumidas para o ensino médico (FRANCO & MOROSINI, 1992) e, devido à influência francesa correspondeu, por outro lado, o potencial polivalente do currículo, com a presença de matérias (bromatologia, toxicologia e zoologia, por exemplo) que não diziam respeito especificamente aos medicamentos.

Então as reformas realizadas sob essas duas tendências gerais produziram composições curriculares centradas na Química, Botânica, Farmacognosia e Farmácia Galênica que caracterizaram um ensino fortemente voltado para o exercício profissional de preparação artesanal de medicamentos e por isso estabelecido principalmente nas farmácias de dispensação pública onde também desenvolviam-se, embora tímidamente, algumas análises clínicas e bromatológicas.

Nesse período de estabelecimento e consolidação, o ensino de Farmácia no país, vinculado ao ensino médico, tomou características profissionalizantes o que faz crer em currículos com paradigmas claros, trabalhando conteúdos definidos e de acordo com o objeto estabelecido na profissão, pois

"Onde a ciência é estruturada... há um forte componente de acumulação, reprodução, porque este é o pressuposto da continuidade. Estas ciências não avançam sem considerar a acumulação histórica do conhecimento. Ou seja, o que veio antes é tão fundamental quanto o que existe hoje e o que vai se construir para o futuro. Seja pela afirmação de verdades, seja pela negação que as supera" (LEITE & CUNHA, 1994, p.25)

Face contudo às modificações sociais, políticas e econômicas derivadas do esgotamento do modelo agro-exportador brasileiro, a própria reforma de 1931, que legislou sobre a Universidade Brasileira, cedo revelou-se símbolo de uma nova necessidade de mudança pois coincidiu justamente com o início da organização do estado brasileiro para o seu desenvolvimento industrial o que, por sua vez, ensejou modificações também no modo de produção dos medicamentos.

Às transformações na indústria de medicamentos corresponderam profundas modificações na atividade profissional farmacêutica devido principalmente à consolidação dos medicamentos industrializados no receituário médico, o que reduziu drasticamente a atividade do farmacêutico na farmácia dada a queda na prescrição de fórmulas magistrais.

Esta situação, compreensivelmente, causou perplexidade nas escolas de Farmácia, pois rompeu com o equilíbrio já

precário entre o ensino farmacêutico e o exercício profissional que se acentua na medida em que se atinge a década de 50.

Tentando reequilibrar a efetividade do ensino, as escolas promoveram desdobramentos de disciplinas ampliando os cursos para 4 anos, sem no entanto alcançarem melhores resultados.

Assim, foi atingida a década de 60 quando tentou-se resolver o problema adotando a diversificação curricular.

4.2. Currículo diversificado

Já na segunda resposta, sobre os motivos da diversificação curricular e profissional dos anos 60, conforme pode ser visto no QUADRO 3, os entrevistados enfatizaram, consensualmente, o advento da industrialização dos medicamentos e seus efeitos no esvaziamento do mercado de trabalho e na desatualização do currículo de formação como as causas principais para as mudanças.

Quanto ao rumo tomado no sentido da diversificação, as opiniões majoritárias admitiram que tal se deu em razão da necessidade de adaptar o ensino a uma nova realidade que, em princípio, já possuía o seu norte, dada a polivalência intrínseca do currículo farmacêutico e mesmo ao exercício profissional já experimentado fora da área dos medicamentos, especialmente em análises clínicas.

QUADRO 3

Motivos da diversificação curricular e profissional (medicamentos, análises clínicas e alimentos) levadas a efeito a partir da década de 60.

- a necessidade de adaptar o ensino de Farmácia à nova realidade gerada pela industrialização dos medicamentos pois tornara-se obsoleta a formação ministrada pelas escolas;
- a perda de ligação da sociedade com o farmacêutico;
- a visão distorcida da área da saúde revelada nos pareceres do Conselho Federal de Educação.

- a perda da função da farmácia de manipulação com a industrialização dos medicamentos;
- a polivalência do modelo francês no qual fundamentaram-se os nossos currículos;
- a desnacionalização da indústria farmacêutica brasileira que dificultou a manutenção dos laboratórios nacionais pois:
- a nova terapêutica do após guerra que exigia grandes investimentos que as indústrias nacionais não tiveram condições de acompanhar.

- de certa forma o Farmacêutico brasileiro sempre foi polivalente
- a busca de identidade profissional pois o farmacêutico não se identificava mais com o currículo desenvolvido;
- o currículo não se adaptava mais à situação do mercado de trabalho.

- perda do papel do farmacêutico na farmácia a partir da industrialização demandou a busca de novos campos de trabalho.

- com a perda da função do farmacêutico na farmácia, houve a busca pela área de análises clínicas e alimentos conforme ocorria em outros países (USA, França...) embora não sob a forma de diversificação no currículo de graduação.

O entendimento revelado pelos professores assemelha-se ao que é encontrado na documentação e na bibliografia sobre o assunto, parecendo constituir-se no **senso comum corrente** sobre as influências do modo de produção dos medicamentos na modificação da profissão e do ensino de Farmácia.

Essas manifestações todavia encontram dificuldades para explicar por que a influência atribuída à industrialização na Farmácia não teve paralelo nas outras áreas da Saúde e por que foi tomado o caminho da diversificação enquanto as profissões congêneres mantiveram-se nas suas respectivas especificidades e ainda especializando-as mais.

Diante disso, parece lícito considerar que a compreensão sobre tais assuntos ainda se encontra incompleta, talvez porque limitada ainda à observação mais superficial dos fatos e esses tomados como dados e prontos (SAVIANI, 1987).

Pelo que, importa então, buscar mais na historicidade dos elementos constituintes dessa naturalidade, que o senso comum manifesta e provavelmente mascara, as causas e os contornos mais objetivos da sua produção (SAVIANI, 1987).

Assim, a retrospectiva que segue tem como propósito identificar no processo histórico do estabelecimento no Brasil da industrialização de medicamentos, possíveis determinações que melhor expliquem as suas influências na profissão, no ensino e nos currículos de Farmácia.

laboratórios ou mesmo farmácias onde eram preparados os medicamentos.

Razões pelas quais foram poucos os laboratórios brasileiros de expressão, restringindo-se a maioria a pequenas produções geralmente conjugadas com a manipulação, pois

"... Na maioria, as oficinas continuaram com a manipulação farmacêutica clássica ao lado da produção industrial em série..."
(LIBERALLI, 1944, p.47).

Sob essas condições é razoável atribuir-se à incipiência da industrialização instalada no país, com processos ainda pouco diferenciados do artesanal, o retardamento da sua influência sobre a farmácia de manipulação embora tal já se fizesse sentir nos idos de 1915 graças também às especialidades importadas, conforme informou HOLLANDA (apud HELOU, 1989).

Ainda, por antítese ao que ocorre atualmente, é possível a conjectura de que outros fatores também contribuíram para a maior sobrevivência das formas artesanais de produção de medicamentos naquela sociedade ainda conservadora e patriarcal.

Tais fatores dizem respeito principalmente à referência popular arraigada à mezinha de origem luso-afro-indígena, à manutenção no receituário médico da formulação para o aviamento farmacêutico, à vigência das interações médico-

paciente e farmacêutico-cliente, à regionalização e limitação do mercado de medicamentos industrializados e à escassez da cobertura médica especialmente no interior; características todas de um período em que as políticas governamentais de saúde ainda eram difusas e o ensino farmacêutico organizado para a Farmácia Galênica por excelência.

A esse período de industrialização incipiente sucedeu a segunda fase da indústria farmacêutica no país (1914-1939) já em uma época de estruturação das políticas governamentais de saúde no contexto do capitalismo emergente no Brasil (DONNANGELO, 1976).

Essa nova fase desenvolveu-se pois com a industrialização geral iniciada no país e contou com situações externas favorecedoras ao seu crescimento, como foram as dificuldades de importação devidas à quebra da Bolsa de 1929 e as demandas por produtos farmacêuticos durante as Grandes Guerras de 1914-18 e 1939-45 (HELOU, 1989; GIOVANNI, 1980) quando

"Apesar de pequena, essa indústria chegou a dar a impressão de que passaria a um segundo estágio de industrialização, suprindo não só as necessidades internas como também o mercado latino-americano." (PINOTTI, 1984, p.44)

Esta aspiração contudo não chegou a se concretizar porque, passada a Segunda Guerra, as diferenças tecnológicas

aumentaram entre a indústria de medicamentos nacional e a estrangeira pois com

"... o surgimento gradativo de um número cada vez mais espantoso de novas substâncias e sínteses químicas tornou-se evidente, mesmo para o impressionável público consumidor, o crescente descompasso entre a nossa indústria quase artesanal e os grandes laboratórios internacionais." (PINOTTI, 1984, p.45)

Então ocorreu uma avassaladora renovação no arsenal terapêutico, constituído por produtos de síntese e associação químicas e de processos de fermentação, desenvolvidos mediante onerosos programas de pesquisa que remontavam à década de 30 no exterior.

A indústria farmacêutica brasileira, sem condições de competir no campo das novas tecnologias, foi levada à associação ou venda das suas plantas aos grupos estrangeiros ou ao condicionamento das suas atividades a linhas mais simples da produção.

Sobreveio com isso, já no universo da desnacionalização de importantes setores industriais do país (FREIRE, 1981), um acelerado processo de transferência do parque industrial farmacêutico ao controle externo, constituindo-se monopólios resultantes da tendência à expansão internacional de empresas farmacêuticas que detinham os novos conhecimentos e o suporte financeiro para estabelecê-los.

Segundo BERMUDEZ (1992), o processo alarmante de desnacionalização da indústria farmacêutica brasileira, efetuado através de compras, associações e instalação de novas fábricas, evidenciou-se pelo impressionante crescimento do controle estrangeiro: cerca de 30% de participação em 1940, ao redor de 45% em 1950, 70% ao atingir o ano de 1960 e 80% em 1980, mantendo-se atualmente em torno deste último percentual que atingiu 82% em 1987, com os laboratórios nacionais representando 14,5% e os estatais 3,5% (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1987).

Não se pode contudo atribuir o estabelecimento dos monopólios somente à diferença de conhecimento tecnológico entre a indústria estrangeira e a nacional pois, em parte, a desnacionalização ocorreu assim, tão efetivamente como descrita, devido também a políticas e medidas do próprio governo brasileiro.

Houve sim a falta de uma política própria para incentivo à atualização tecnológica e à expansão das empresas nacionais. Conforme PINOTTI (1984) essa carência inseriu-se, de fato, no quadro mais geral da histórica ausência de uma política de saúde no país.

Dentre as medidas econômicas prejudiciais aos interesses nacionais os autores citam instruções da Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC que, na intenção de facilitar o desenvolvimento industrial no país, favoreceram o

estabelecimento das empresas estrangeiras (PINOTTI, 1984; BERMUDEZ, 1992;)

"No tocante à indústria farmacêutica, podemos apontar algumas indicações quanto às implicações das políticas descritas acima; inicialmente as instruções 70 e 113 se complementavam da seguinte forma: a primeira, ao sobretaxar as importações de medicamentos acabados, estimulava a instalação no país das plantas industriais de origem estrangeira, ao mesmo tempo, a segunda criava consideráveis facilidades para a acumulação de capital estrangeiro no Brasil...." (CONSULTEC, *apud* GIOVANNI, 1980, p.70)

Renovadas as pressões para uma reforma curricular já reclamada há muito tempo, ocorreram dificuldades para a formulação de novas propostas devido a diversidade de interesses envolvidos entre os que desejavam a reconstituição da formação para medicamentos e os que, face à complexidade adquirida pela indústria farmacêutica, postulavam na direção da Bioquímica como uma nova aspiração para a Farmácia, inalcançável contudo a persistir o ensino de Farmácia estabelecido:

"... não podemos de sã consciência dar o título de bioquímico ao profissional que agora egressa de nossos cursos; seus conhecimentos biológicos e químico biológicos são insuficientes para outorgar-lhe tal complemento." (LIBERALLI, 1952 *apud* POURCHET-CAMPOS, 1966, p.119)

profissional, soa a princípio como paradoxal a exclusão do Farmacêutico da formação "de alto gabarito" proposta para a qualificação nas outras áreas.

Esse direcionamento por ser entendido ainda como parte do esforço tentativo de recuperação do prestígio profissional abalado nos últimos tempos com o desgaste, inclusive, da própria denominação **Farmacêutico**, contudo a sua oficialização no ensino refletiu especialmente a perda do objeto da profissão.

Então, a abertura de novas especialidades para a profissão e a ênfase na retomada de **fundamentos científicos** para a mesma constituíram providências para situá-la ao nível dos avanços tecnológicos que a indústria farmacêutica havia incorporado para a sua modernização e que haviam mudado a face dos medicamentos.

Como nos diz o autor referindo-se à mesma questão no âmbito da América Latina:

"Nos parece que de estos esfuerzos nacen las tendencias a cambiar el nombre de la profesión que passa a ser químico farmacéutico, bioquímico farmacéutico o toma otras denominaciones más eufemísticas como la de químico fármaco biólogo". (ARANCIBIA, 1990, p.14)

Na Faculdade de Farmácia da UFRGS essa idéia do prestígio do nome pelo significado que carregaria, ficou bem

caracterizada no período de 1967-70 com a polêmica formada em torno da designação que a escola tomara em 1964 de Faculdade de Farmácia e Bioquímica de Porto Alegre, episódio já referido anteriormente.

Defendendo a manutenção da designação "Bioquímica" no nome da escola, o Diretor da mesma afastou-se posteriormente da Comissão de Planejamento a que pertencia por divergências a respeito do assunto enquanto a própria Congregação, professores e alunos da escola mobilizaram-se pela manutenção da designação Bioquímica no nome da Faculdade, até que em 1970, com a Reforma Universitária, foi ratificada a denominação Faculdade de Farmácia (CORSO, 1990).

Esse episódio dá noção de como na **Bioquímica**, expressão moderna do desenvolvimento da ciência na Química e na Biologia, consubstanciara-se a idéia de uma nova fase para a Farmácia, desprezando inclusive a denominação anterior que a ligava mais implicitamente ao seu objeto:

"... a bioquímica representa a face nova da velha profissão farmacêutica. Dizer Bioquímica significa fundir harmoniosamente os aspectos biológicos da vida a seus aspectos químicos e físico-químicos, emprestando uma nova dimensão a antigas perspectivas" (POURCHET-CAMPOS, 1966, p. 133).

Na faculdade local a **inclinação para Bioquímica** caracterizou o ensino e o currículo de Farmácia, tal como ocorreu em diversas outras escolas do país.

Aqui entretanto essa tendência adquiriu contornos especiais pela existência no corpo docente de diversos professores que haviam aberto o caminho para o exercício das análises clínicas pelos farmacêuticos, o que resultou posteriormente no controle do setor por esses profissionais no Estado.

Entusiastas com a própria experiência, aqueles professores constituíram liderança importante na faculdade para o direcionamento de opções discentes e para o rumo do ensino às análises clínicas verificado até o presente (MONTAÑA, 1994).

Estabelecido para recompor a compatibilização do ensino com as exigências da profissão, o currículo de 1962 entretanto trouxe fragmentação demasiada ao curso e encontrou dificuldades para implantação nas escolas devido a carências de infra-estrutura e à própria inércia do sistema de cátedras pouco afeito a inovações (POURCHET-CAMPOS, 1966).

Somando a isso, a reforma ainda pouco contribuiu para o exercício da profissão na área comercial ou industrial dos medicamentos caracterizando-se mesmo uma certa estagnação e desvalorização do ensino nessas direções (VALLADÃO, 1989).

No Parecer nº 287/69 (ANEXO 2), que **estabeleceu a nova reforma do currículo para adequá-lo às exigências da ciência e da tecnologia da época** (leia-se indústria farmacêutica), a reforma de 1962 foi classificada como simplista e fruto da falta de união entre as escolas e a classe farmacêutica, apresentado-se então uma nova concepção para o curso de Farmácia, destinada a contemplar os interesses da profissão, da escola e da indústria, segundo as possibilidades que a conjuntura propiciava (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1969a).

A nova legislação manteve a diversificação no curso com a formação do Farmacêutico, do Farmacêutico Industrial e do Farmacêutico Bioquímico, este com opções em Análises Clínicas e Alimentos. Corrigindo lacuna do currículo anterior, a graduação no curso de formação do Farmacêutico tornou-se pré-requisito para quem desejasse ingressar também nos outros cursos.

A nova estrutura do currículo, com um tronco comum inicial para todas as opções, pretendeu a integração reclamada para o curso e a racionalização de recursos; a formação diversificada constituiu-se por outro lado em oportunidade de preparação para as áreas em que a classe farmacêutica demonstrara interesse.

Novamente porém a área de medicamentos não foi contemplada como seria de esperar para o exercício na farmácia (pois essa foi considerada apenas de interesse

comercial) ou para a atividade industrial que demandaria apenas conhecimentos sobre processos físicos, dado o tipo de indústria de transformação implantada no país pela empresas multinacionais do setor.

Com isso, as argumentações de que a indústria e o próprio comércio de medicamentos prescindiriam dos conhecimentos químicos e biológicos (outrora muito valorizados), facilitaram a própria retirada do currículo da disciplina de Química-Farmacêutica, básica para o conhecimento sobre composição e ação dos medicamentos, mas julgada então dispensável naquele período e resgatada somente em 1976

"... através da mobilização da ABENFARBIO, entretanto, esse ato de sete anos após desmobilizou a formação de novos docentes e pesquisadores nesta área, bem como desativou laboratórios universitários." (SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CURRÍCULO DE FARMÁCIA, 1989, p.208).

Com o currículo de 1969 consolidou-se então a orientação da reforma anterior relativamente a uma ampliada formação básica e a uma formação específica restrita.

A **formação básica**, com pesada carga horária, tornou-se majoritária nos cursos, sendo composta por disciplinas que se aproximaram da Farmácia em sua diversificação embora nem sempre relacionadas com os medicamentos, o que já

dimensiona, na base, tanto um caráter polivalente quanto uma certa indefinição.

A formação específica, de carga-horária reduzida, pretendeu por outro lado uma formação em curto espaço de tempo nas especialidades previstas contando, para isso, um tanto mecânicamente, com o suporte da longa fase anterior. Na realidade porém a breve fase de profissionalização gerou pouca confiança dos formados quanto ao efetivo domínio da área profissional específica (ARANCIBIA, 1990).

Essa situação contribuiu para confundir a formação dos profissionais e o respectivo exercício da profissão:

"Através del contacto com estudiantes de cursos superior y egresados de la carrera, tanto em mi país como em otros de Latinoamérica, he podido constatar que el químico farmacéutico que se titula, em geral, tiene poca claridad sobre sus funciones y roles profesionales. Por otra parte, la sociedad que muchas veces no logra comprender su rol en la dispensación de medicamentos, lo considera como un profesional sobre educado y subutilizado al ejercer estas funciones." (ARANCIBIA, 1990, p.19)

Com problemas nas áreas de formação e do exercício profissional, a Farmácia entrou em "crise de identidade"

que, na área do ensino, localizou-se nas instituições e nos corpos docente e discente (ARANCIBIA, 1990).

Nas instituições os problemas ligaram-se principalmente à perda do espírito de corpo para o que muito contribuíram a dispersão profissional estabelecida no currículo e a compartimentalização trazida pela Reforma Universitária, inclusive para os espaços físicos e para a concepção e ministração do ensino.

No corpo docente aquela crise manifestou-se pela falta de consciência das questões em jogo, optando-se por soluções pretensamente mais fáceis e cômodas que levaram contudo à quase inocuidade das reformas.

Os alunos por sua vez, formados sob a influência de diversos departamentos, vivenciando mais outros lugares de ensino do que a escola de Farmácia, com carga horária extensa e diversificada e ainda ministrada por professores com pouca clareza sobre os rumos da profissão, retraíram-se em relação à opção medicamentos e quando a cursaram foram reticentes em assumir a profissão na farmácia pública que, de fato, tornou-se cada vez mais à feição comercial. Todos esses fatos descritos no ensino e na profissão farmacêutica mesmo alguns que têm sido tomados como causas, revelam-se, à luz das teorias da reprodução, como simples efeitos das novas condições de produção que sucederam no Brasil ao modelo agro-exportador no nível macro e aos processos

mesmo a patrocinar a(s) habilitação(ões) voltada(s) para o setor de análises em notório desvio daquela expectativa que se referia mais à penetração da Bioquímica na Farmácia, renovando os seus conceitos.

Com esses problemas, a diversificação trouxe para o currículo de Farmácia em linguagem bersteniana, **classificação e enquadramento** fracos, com separação nítidas entre disciplinas, departamentos e conhecimentos e, logo, a perda das relações com o domínio do objeto, que foi sendo acentuada pelo crescimento do ciclo básico, o que sinalizou aquela falta do conhecimento central.

No QUADRO 4 estão as respostas sobre a problemática da afirmação da profissão farmacêutica ao longo do tempo, havendo concordância unânime sobre a existência do problema cujas causas geralmente convergem para a modificação do modo de produção do medicamento, o que confere também com o entendimento corrente.

Há também duas opiniões isoladas que relacionam a problemática a causas mais internas, referindo-se uma à falta de união entre os farmacêuticos como motivo para a fragilidade, e outra, ao fato do farmacêutico não pertencer à uma profissão de "ponta".

A falta de união da classe é um referênciã comumente encontrada em publicações das entidades da classe podendo ser examinada talvez como sinal de carência de objetivos

comuns, de coesão profissional, o que não surpreenderia dada a multifacetação da profissão e conseqüentemente dos interesses.

Já a opinião sobre a secundariedade da profissão no concerto das demais, possivelmente toque em um ponto que remonta às origens da atividade, como ofício auxiliar da Medicina, ao **estigma** do trabalho manual (logo visto como secundário) e ao proprio empirismo que o artesanato cultivou até que o ofício ganhasse os fôros de profissão.

QUADRO 4

Motivos pelos quais a profissão farmacêutica tem sofrido para a sua afirmação no Brasil (boticários, práticos, provisionados, responsabilidade técnica na farmácia...)

- O problema fundamental tem sido o farmacêutico não pertencer a uma das profissões consideradas "de ponta" no país. E ter sofrido um grande desgaste como profissional do medicamento deste que afastou-se da farmácia pública e com isso do próprio médico a quem sempre esteve ligado (e continua ligado em outros países onde, por circunstâncias diferentes das nossas, manteve-se trabalhando, mesmo nas farmácias, com medicamentos). O desgaste porém não se verificou na área das análises clínicas onde, ao contrário, aqui em nosso meio e em outros locais no país, o farmacêutico assumiu competentemente os laboratórios embora em área não privativa...

- A industrialização dos medicamentos transformando a farmácia mais em comercial do que científica desgastou a imagem do farmacêutico. A legislação por sua vez foi conivente com facilidades para a venda e aquisição de medicamentos e a deficiência da Assistência farmacêutica.

- Um dos fatores é a falta de valorização da área da Saúde no Brasil; o outro deve-se à falta de união entre os profissionais farmacêuticos, o que gera fragilidade. É impressionante o número de propostas políticas transformadas em projetos de lei que têm sido contrários à profissão farmacêutica no Brasil.

- O montante do capital envolvido com a industrialização e o monopólio dos medicamentos tirou do farmacêutico o seu papel social e gerou uma concepção cultural e econômica, inclusive entre os médicos e outros profissionais da saúde, que prescindem do farmacêutico para a produção ou dispensação de medicamentos. De tal forma que o farmacêutico chega a ser confundido com o balconista de farmácia, o que não aconteceu em outros países onde o farmacêutico manteve ou recuperou o seu **status** profissional.

Mas certamente não são ainda essas relações que podem explicar, de *per si*, as dificuldades específicas enfrentadas pela Farmácia para a sua autonomia histórica e posterior reordenamento profissional pois, mesmo a Medicina e as profissões dela derivadas conviveram historicamente com situações de dependência e de trabalho manual.

Além disso, a prática farmacêutica está entre as que remontam a períodos que antecedem ao modo de produção capitalista, o que em princípio, assegura-lhe também a marcada continuidade histórica das profissões da Saúde cujas práticas e agentes que

"...por se situarem entre as mais antigas formas de intervenção técnica é que eles podem também aparecer mais facilmente investidos do caráter de autonomia, como ocorre com outras categorias de práticas e agentes que, preexistindo a um novo modo de produção parecem preservados de revestir novas formas correspondentes a articulações inteiramente distintas com as estruturas econômica e político-ideológica que o compõe" (DONNANGELO, 1976, p.29)

Então, se não for pela antigüidade ou pelas origens do "modo de fazer", parece lícito conjeturar-se sobre diferenças relativas ao objeto.

Considere-se assim que, sendo o cuidado do **corpo humano** o objeto de toda a área da Saúde, constitui-se esse corpo no objeto da ação direta da Medicina, da Odontologia, da Enfermagem, Fisioterapia, etc. enquanto que a Farmácia só o tem como objeto indireto do seu mister porque dedica-se centralmente ao **medicamento**, produto extra corpo.

Dessa forma, enquanto a Medicina e outras profissões da saúde trabalham para a prevenção da saúde do corpo reparando-lhe as forças exauridas no trabalho produzido para o capital (DONNANGELO, 1976) a Farmácia dedica-se a um outro objeto, o medicamento que embora produzido para o corpo não é o corpo mas um **produto**, que na sua circulação, torna-se mercadoria.

Assim, o medicamento como produto pôde ser expropriado literalmente por um novo modo de produção que, industrializando-o, retirou-o do domínio da Farmácia que o mantinha como objeto do seu conhecimento artesanal.

Sob esse raciocínio pode-se perceber então porque a expropriação do objeto medicamento pelo novo modo de produção instalado teve para a Farmácia significados e conseqüências diferentes do que para a Medicina e correlatos, para os quais a industrialização modificou-lhes somente a **proximidade** no trato do corpo pela intermediação dos equipamentos, mantendo-lhes contudo o objeto configurado pelo corpo e cuidados que requer (MENDES, 1980).

Visto sob este prisma, percebe-se que nessa equação o medicamento industrializado constitui-se em mais um dentre os recursos que o Capital introduziu na densificação tecnológica intermediária que modificou a prática médica mas não lhe retirou o objeto.

Acresça-se a isso a forma oligopolizada que a indústria de medicamentos tomou no país e que se estendeu logo também ao controle da **dispensação** dos medicamentos pela qual o Farmacêutico foi mais uma vez afastado do seu objeto, substituído pelo representante comercial na relação com os médicos e pelo balconista na relação com os clientes (CAMPOS, 1986).

Mediante tais dificuldades a Farmácia não conseguiu recompor o que Bernstein denomina de **voz** (DOMINGOS et al, 1986, p.254) para gerar uma nova forma de consciência sobre o medicamento.

O que se assistiu na prática foi então a estratificação da **mensagem** anterior contribuindo para que as características definidoras de uma profissão, referidas por ENGUITA (1991), tivessem a sua realização prejudicada. Dessa forma o farmacêutico teve a sua **competência** posta em xeque porque encontrou-se fundamentalmente

"... privado da capacidade de controlar o objeto e o processo de seu trabalho, da autonomia em sua atividade produtiva."
(ENGUITA, 1991, p.42)

Resultando assim um corolário de perdas para os aspectos da licença, independência, vocação e auto-regulamentação ou seja, condições propícias para levar uma profissão estabelecida ao patamar de semi-profissão, o que se coaduna com o fortalecimento de classificação e enquadramento no currículo, ou seja, dos nítidos isolamentos e fragmentação a que este foi submetido caracterizando currículo tipo coleção.

Nesse processo, bem que a classe farmacêutica tentou sublimar as perdas; mantendo todavia a mesma consciência que elaborara durante a sua longa experiência artesanal, utilizou-se contudo da Bioquímica, não para uma nova elaboração profissional mas como aplicação direta, linear e majoritária para um novo artesanato desta vez no ramo das análises.

O QUADRO 5 das entrevistas oferece opiniões sobre as perspectivas de aperfeiçoamento provenientes da proposta de reformulação curricular proposta pela Faculdade de Farmácia da UFRGS.

As respostas referem-se majoritariamente à expectativa da geração de um novo conhecimento

*"... formar um farmacêutico criativo... blocos de disciplinas integradas e com conhecimento em maior escala e com **feed back**...modificar a forma de repassar os conhecimentos..."*

e ainda de (re)tornar ao conhecimento dos medicamentos

QUADRO 5

Como a proposta atual de reformulação curricular sugerida pela Faculdade de Farmácia da UFRGS pode aperfeiçoar o currículo e a profissão do farmacêutico

- A proposta atual procura contemplar o ensino nas três áreas em que se estabeleceu a atuação do farmacêutico em lugar de privilegiar mais uma das áreas como ocorreu nos últimos anos com Análises Clínicas. Por outro lado, embora com uma estrutura de interrelacionamento das disciplinas (Eixo Integrado) propõe-se a uma formação mais completa e específica em cada uma das três especialidades mercê da inversão da situação atual que é de 70% de curso básico e 30% de curso profissionalizante. Mais do que o farmacêutico competente o desafio da reforma é formar um farmacêutico criativo na sua especialidade, o que extrapola a simples inserção ou remanejamento de disciplinas.

- A reformulação é feita dentro do possível mas há muitas dificuldades internas e externas a serem superadas: dificuldades de manutenção já das disciplinas que existem e muito mais se novas disciplinas forem necessárias; há dificuldades para campos de estágios adequados. A legislação contudo deve ajudar no reconhecimento do farmacêutico como elemento necessário e como profissional da Saúde Pública.

- A proposta atual é integradora e com mais intensidade de formação para cada uma das 3 áreas. Há blocos de disciplinas integradas e com conhecimentos em maior escala do que atualmente e prevendo-se **feed-back** ao bloco anterior. Há um melhor equilíbrio das disciplinas básicas com as aplicadas e disciplinas de interface integradoras das 3 especialidades. Os estágios deverão iniciar logo no começo da fase profissionalizante diferente da organização atual quando são realizados após a realização de todas as disciplinas.

QUADRO 5 - Conclusão

- Há mais de 20 anos percebia-se que o currículo não estava mais adequado. O novo currículo propõe-se a sanar problemas anteriores de estrutura que isolavam as especialidades e sobrecarregavam os alunos. O novo currículo pretende formar profissionais mais competentes em cada uma das especialidades retomando contudo medicamentos como a área básica da Farmácia pois embora a manipulação não seja mais o fonte da profissão há outros aspectos importantes que atualmente exigem a presença do farmacêutico nos medicamentos.

- Se essa reforma for apenas formal não resolverá; deverá também modificar a forma de repassar os conhecimentos para a área técnica o que atualmente é feito com muita teoria seguindo-se uma "aulinha prática". Há no país muitos interesses regionais e pessoais que não desejam reforma curricular desse tipo. É inconteste porém que há necessidade de mudanças pois as próprias análises clínicas estão com o mercado de trabalho em saturação. Acredita que o currículo novo poderá fortalecer a área de medicamentos para a qual há um novo potencial tendo em vista a possibilidade da efetiva implementação no país da assistência farmacêutica tanto a nível de farmácia hospitalar (o que aqui já está ocorrendo) quanto da farmácia pública.

"... retomando os medicamentos como área básica... fortalecer a área de medicamentos..."

Com menor frequência é ressaltada a estrutura proposta de **eixo integrado** e duas intervenções indicam repercussões necessárias da proposta na legislação do exercício profissional.

De modo geral há coerência das respostas com a pretensão da reforma em relação a organização e distribuição de um novo conhecimento

"Portanto o ensino de farmácia no Brasil precisa ser redirecionado para seu objetivo básico: a formação de farmacêuticos para as ciências dos medicamentos." (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1993, p.33)

facilitada pela recomposição da estrutura do currículo

"Disciplinas de Interface têm caráter de formação integradora de conhecimentos, desde a base comum, em um nível crescente de complexidade e aprofundamento... Este novo elemento curricular poderá corrigir a fragmentação e a dissociação de conteúdos..." (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1993, p.65).

Verifica-se também que não há de parte dos entrevistados resistências à manutenção de uma proposta diversificada para o currículo, configurando coerência com a proposta da escola para:

- manutenção no currículo das áreas de medicamentos, análises clínicas e alimentos com oferecimento obrigatório da primeira e opcional das outras;

- organização independente, embora parcialmente integrada (**eixo integrado**) das três opções, cada uma com 11 semestres de duração (ANEXO 14);

- retirada da denominação "Bioquímico" da formação para Análises Clínicas e Alimentos.

As entrevistas mostraram também, clara ou veladamente, que à proposta interessa fundamentalmente recompor o conhecimento sobre medicamentos, mantendo todavia opcionais as outras duas habilitações como forma de remeter o futuro das mesmas ao comportamento das demandas.

O grande fato contudo que pode ser percebido na nova proposta encontra-se na concepção de um **novo conhecimento** para medicamentos que inclui mas extrapola o anteriormente estabelecido.

Com isso o medicamento passa a ser considerado não somente como o produto a ser elaborado mas principalmente como elemento com propriedades específicas e definidas que necessitam ser conhecidas na interação com outros produtos (medicamentos, alimentos) e com o organismo humano.

Essa perspectiva transforma radicalmente a compreensão anterior ligada mais passivamente ao produto em si

(GONZÁLES, 1990) e a conduz à orientação mais racional da utilização dos medicamentos no âmbito da saúde.

Tal redirecionamento configura aquela situação de reconceptualização do conhecimento central sobre o objeto da profissão efetuada no espaço de autonomia relativa da educação, indicador de diferenças na classificação na busca de currículos integrados e coerentes (DOMINGOS, 1986, p.230)

Com isso a proposta curricular abandona aquele entendimento de suficiência das reformas anteriores, que pretenderam a recomposição do mercado de trabalho através da modificação do currículo sem considerar mais realisticamente o poder de mudanças da escola pois

"... O que sabemos hoje é que a escola cumpre a sua função no processo de acumulação e legitimação do modo de produção capitalista, mas está longe de ser o seu motor central. Por um raciocínio inverso isto fez também que a escola não tenha o poder de transformar aquilo pelo qual ela não é centralmente responsável." (SILVA, T., 1992, p.86)

Porém, o conhecimento a ser distribuído via currículos, este sim é responsabilidade central da escola.

Tal entendimento leva a questionar mesmo a produção de conhecimento havida no próprio meio acadêmico.

Nesse aspecto, que papel teria exercido a pesquisa e a pós-graduação, instaladas formalmente desde 1970 na escola, para ampliar as possibilidades do conhecimento sobre o objeto central da profissão e estendê-lo à graduação?

Por outro lado serão as compreensões atuais sobre medicamento fruto da efetividade dessa pesquisa e iluminadoras de uma nova perspectiva para o objeto da Farmácia?

À parte dessas questões, que demandariam outras vertentes para investigação, e voltando à proposta da escola, deve-se sublinhar que embora o progresso anunciado na nova estruturação para o currículo, a Faculdade de Farmácia da UFRGS manteve ainda a **diversificação**, provavelmente como estratégia de prudência e transição destinada a minimizar conflitos potenciais que, acirrados, poderiam contribuir para a involução.

5. CONCLUSÕES

Tendo em vista a discussão desenvolvida até o momento, cumpre concluir que:

- O período de implantação e consolidação do ensino e da profissão farmacêuticas no país estruturou-se um currículo unitário e integrado e fortes enquadramento e classificação devido ao caráter profissionalizante daquele ensino com objeto bem definido;

- esse período, por aquelas razões, manteve uma concepção sobre o objeto da profissão que permitiu compatibilização entre modo de produção, ensino e mercado de trabalho farmacêuticos;

- o advento da industrialização dos medicamentos estabelecido no país sob crescentes monopólio e tecnologia não permitiu ao país a recomposição da indústria farmacêutica transformando também radicalmente a dispensação de medicamentos;

- a classe farmacêutica perdeu o referencial sobre medicamento ao confrontar-se com um novo modo de produção que expropriou diretamente o conhecimento sobre o seu objeto de trabalho;

- a perda do referencial sobre o objeto da profissão levou a classe farmacêutica, em crise, a propor e a aceitar a diversificação curricular na tentativa de recompor o exercício profissional pela intermediação da Bioquímica;

- as reformas curriculares da diversificação produziram currículos tipos coleção com fracos enquadramento e classificação, devido à permanência da indefinição sobre o objeto farmacêutico e as dificuldades para a sua reconceptualização também por inexistência de acesso à pesquisa e à produção de conhecimento renovado;

- a proposta para uma "nova" reforma do currículo apresentada pela Faculdade de Farmácia da UFRGS embora mantenha a diversificação por razões estratégicas, apresenta reconceptualização sobre o medicamento como objeto central para o seu conhecimento, o que leva a crer em uma ação que contraria a força da reprodução e faz crer em novas possibilidades curriculares.

É necessário, no entanto, ter presente que a busca da melhoria curricular, há muito tempo condicionada à diversificação como espelho da indefinição do objeto farmacêutico, não deve perder de vista a questão central do

conhecimento e da vigilância crítica para reelaborá-lo no sentido emancipatório, para além dos propósitos do curso e das paredes da Universidade, mesmo contando apenas com aquela autonomia relativa da Educação em relação à produção, de que nos fala Bernstein.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 13 jun. de 1895, p.3.
- A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 8 mai. 1896, p.1.
- A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 23 out. 1897, p.1.
- ANDRADE, J. Marco conceptual de la educación médica en la América Latina. **Educación Médica y Salud**, Bogotá, n.12, p.1-9, 1978.
- ARANCIBIA, A. La crisis de identidad profesional del farmacéutico en América Latina. **Pharmaklinik**, v.4, n.3, p.99-106, 1990.
- ARAÚJO, C. da S. **Subsídios esparsos para a história da farmácia carioca**. Rio de Janeiro: Gráfica Ed. do Norte, 1949.
- BERMUDEZ, J. **Remédio: saúde ou indústria? A produção de medicamentos no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.
- BOEIRA, N. **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BORDAS, M. C. Contribuição da teoria à compreensão das relações conteúdo-forma-determinações sócio-políticas nos currículos escolares. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.17, n.1, p.5-17, jan/jun 1992.
- BOTTINI, A. No cinquentenário da Faculdade de Medicina de Porto Alegre: um pouco de história. **Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre**, n.8, p.61-66, 1948.

- BRASIL. Lei n. 1021, de 28 de dezembro de 1949. Transforma em institutos autônomos as Escolas de Odontologia e Farmácia da Faculdade de Medicina da Universidade de Porto Alegre e da Faculdade de Medicina da Bahia. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Rio de Janeiro, p.18002-18003, 30 dez. 1949. Seção n.1.
- BRASIL. Lei n. 30943, de 5 de junho de 1952. Dispõe sobre as Escolas de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Rio de Janeiro, p. 5452, 7 jun. 1952. Seção n.1.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria do Ensino Superior. **Declaração de princípios decorrentes da reunião de diretores de Faculdades de Farmácia e Bioquímica do Brasil**. Brasília: 1966.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Superior. Assessoria Especial de Ciências da Saúde. **Grade curricular dos cursos de farmácia**. Brasília: 1990.
- CALMON, P. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: 1961. v.4. p.1364-1381.
- CALLEYA, F. de P. Movimento de incentivo ao formulário. **O TOPÁZIO**, Porto Alegre, mai./jun. 1962, p.10.
- CAMPOS, O. Não se pode pensar em medicamentos separadamente da questão da Saúde. **Súmula Radis**. Rio de Janeiro, v.4, n.15, p.8-9, dez. 1986.
- CARVALHO, J.C. Da farmácia, origem e evolução. 2ª ed. Rio de Janeiro. J. do Comercio, 1924.
- CHAIA, J. **A educação brasileira. índice sistemático da legislação - 1808 a 1889**. Marília: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília, 1963.
- CHAUÍ, M. H. Ideologia e Educação. **Educação & Sociedade**, v.2. n.5, p.24-40, jan. 1980.
- CHAVES, M. M. **Saúde, uma estratégia de mudança**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n.268/62.
Documenta, Brasília, n.11, jan/fev, 1963.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n.287/69.
Documenta, Brasília, n.100, abr 1969a.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n.287/69.
Documenta, Brasília, n.103, jun 1969b.
- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. O ensino de ciências
farmacêuticas no Brasil: análise e recomendações.
Documento I. São Paulo, 1974.
- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Censo farmacêutico 1986.
Brasília, 1988.
- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Síntese do III Seminário
Nacional sobre Currículo de Farmácia. Campinas: 1989,
8p.
- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Relatório da primeira
reunião da Comissão Ensino do Conselho Federal de
Farmácia. Brasília: 1990.
- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Comissão de Ensino.
Diagnóstico e diretrizes do ensino farmacêutico no
Brasil. relatório. Brasília: 1991.
- CORDEIRO, H. A indústria da saúde no Brasil. 2. ed.
Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- CORSO, H. V. Faculdade de Farmácia UFRGS: 1895-1987.
Porto Alegre: UFRGS, 1990.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 1 out. 1895, p.2.
- CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 4 jan. 1958, p.8.
- CORREIO DO POVO. Caderno de Sábado. Porto Alegre, 22
jul. 1978, p.4-12.
- COSTA, O. A. Notas históricas sobre a Associação
Brasileira de Farmacêuticos. Revista Brasileira de
Farmácia, v.47, n.1, p.3-27, 1966.
- CUNHA, C.A. Medicamentos: fator de saúde?. São Paulo:
Artpress, 1981.

- DAUDT FILHO, J. **Memórias de João Daudt Filho**. 3 ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1949.
- DOMINGOS, A. M.; BARRADAS, H.; RAINHA, H.; NEVES, I. P. **A teoria de Bernstein em Sociologia da Educação**. Coimbra: Calouste Gulbenkian, 1986.
- DONNANGELO, M. C. **Saúde e sociedade**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.
- ENCONTRO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DO ENSINO FARMACÊUTICO, 1., **Relatório Final**. Anápolis: Conselho Federal de Farmácia, 1991.
- ENGUITA, M.F. **A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. Teoria & Educação**. Porto Alegre, n.4, 1991. p.41-61.
- ESCOLA DE FARMÁCIA DE PORTO ALEGRE. **Livro de Atas das Sessões da Congregação: 1952-1963**. Porto Alegre: 1952-1963.
- ESCOLA LIVRE DE PHARMACIA. **Requerimento de Alfredo Garibaldi**. Porto Alegre: 1897.
- ESCOLA LIVRE DE PHARMACIA DE PORTO ALEGRE. **Livro de Atas das Sessões da Congregação: 1896-1898**. Porto Alegre: 1896-1898.
- FACULDADE DE FARMÁCIA DE PORTO ALEGRE. **Livro de Atas das Sessões da CTA, 1952-60**. Porto Alegre: 1952-60.
- FACULDADE DE FARMÁCIA DE PORTO ALEGRE. **Termos de Colação de Grau, Livro 1, 1952-86**. Porto Alegre: 1952-1986.
- FACULDADE DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA DE PORTO ALEGRE. **Atas da Congregação F.F.B.P.A.** Porto Alegre: 1965-68.
- FACULDADE DE FARMÁCIA UFRGS. **Proposta para um novo currículo de Farmácia**. Texto. Porto Alegre, 1994.
- FACULDADE DE MEDICINA DE PORTO ALEGRE. **Vida escolar de Alfredo Silveira Neto: curso de farmácia**. Porto Alegre, 18 de abril 1944.

- FRAGA FILHO, C., ROSA, A.R. Reformas Curriculares. *Educación Médica y Salud*. Bogotá, n.2, p.174-181, 1980.
- FRANCO, M. E. D. P.; MOROSINI, M. C. *Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1898-1930): cultura institucional e tensões do Estado - Universidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1992. Relatório de Pesquisa.
- FREIRE, P. *Multinacionais e trabalhadores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1979.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Quem é quem no setor medicamentos. *Tema*. Rio de Janeiro, v.5, n.8, p.3-5, abr. 1987.
- GIOVANNI, G. *A questão dos remédios no Brasil: produção e consumo*. São Paulo: Pólis, 1980.
- GOMES, E.B. Apontamentos para a história da indústria farmacêutica no Brasil. *Revista Brasileira de Farmácia*. Rio de Janeiro, n.35, p.341-358.
- GONÇALVES, J. M. Reestruturação da profissão farmacêutica e da farmácia brasileira. *Revista Brasileira de Farmácia*, n.5, set./out. 1965.
- GONZALEZ, M. G. *Educación farmacéutica en Chile: la farmacia clínica*. *Pharmaklinik*, v.4, n.5, p. 214-218, 1990.
- HELOU, J. H. A indústria farmacêutica no Brasil: evolução e perspectivas. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, n.4, p.87-93, 1989.
- LEAL, M. B. *O papel da Faculdade de Farmácia da UFRGS na ciência e tecnologia*. Porto Alegre: 1993. Texto para a Disciplina Teoria e Prática do Ensino Superior da Faculdade de Educação da UFRGS.
- LEITE, D.; CUNHA, M. I. *Conhecimento formal na universidade x conhecimento social e profissionalmente válido: quem decide o quê nos currículos de graduação?* Porto Alegre: 1994.

LIBERALLI, C. H. Atitudes e rumos da indústria farmacêutica. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, v.25, p.122-133, 1944.

— *Discursos*. São Paulo: Tipografia Ideal, 1952.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A.; *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, M. T. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. São Paulo: Saúde e Sociedade, 1978.

MAGALHÃES, G. A Bahia e o berço do ensino farmacêutico no Brasil. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, n.9, set. 1956. Encarte.

MELLO, F. M. A indústria farmacêutica e a formação universitária. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, v.48, p.147-152, 1967.

MENDES, E. V. *Evolução histórica da prática médica*. Belo Horizonte: UFMG, 1980. Texto mimeografado.

MOTTA, J. Reestruturação da profissão farmacêutica e da farmácia brasileira. *Revista Brasileira de Farmácia*. Rio de Janeiro, v.5, 1965.

MONTAÑA, M.M. *Reprodução na área da saúde*. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1991. Texto para a Disciplina Teorias da Reprodução em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS.

— *Entrevistas com professores da Faculdade de Farmácia da UFRGS*. Porto Alegre, 1994.

O TOPÁZIO. Porto Alegre, v.9, n.17, mai./jun., 1962.

OLIVEIRA, A. B. *Ensino e assistência farmacêutica: a função social e política do farmacêutico como agente de saúde*. São Luis: Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1993.

PHARMACIA BRASILEIRA. Brasília, dez. 1994, p.11.

PINOTTI, J. A. *A doença da saúde: por uma política da saúde no Brasil*. Campinas: Almed/UNICAMP, 1984.

POURCHET CAMPOS, M. A.; OLIVEIRA, T. J. B. de. **O ensino de farmácia e a atualização de seu currículo.** Recife: 1961. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Farmácia.

— **Perfil do ensino farmacêutico no Brasil,** Rio de Janeiro: MEC Diretoria do Ensino Superior, 1966.

— **A vida da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo: Notas históricas.** São Paulo: USP/ Faculdade de Ciências Farmacêuticas, 1984.

RANGEL FILHO, A. A evolução da indústria farmacêutica no Brasil. **Revista Brasileira de Farmácia,** Rio de Janeiro, v.38, p.25-26, 1957.

REUNIÃO DA COMISSÃO ENSINO DO CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (1: 1990: Brasília) **Relatório.** Brasília, Conselho Federal de Farmácia, 1990.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituições Sul Riograndenses 1843-1947.** Imprensa Oficial. Porto Alegre, 1963.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Interior. **Relatório da Secretaria do Interior: 1895-1896.** Porto Alegre: 1896.

ROSEN, G. **Da polícia médica à medicina social.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTOS, J.V.T. dos;. A construção da viagem inversa: ensaio sobre a investigação em Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia,** Porto Alegre, v.3, n.3, p.55-88, jan-jul. 1991.

SARMENTO LEITE, E. F. **Faculdade de Medicina: dados históricos.** Porto Alegre, v.1, n.1, p.3-7, 1915.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Autores Associados, 1986.

SEMINÁRIO NACIONAL DE CURRÍCULO (1987: Araraquara) **Relatório.** Araraquara: Centro Acadêmico de Ciências Farmacêuticas, 1988.

- SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CURRÍCULO DE FARMÁCIA, (3. 1989. Campinas). **Síntese**. Campinas: Conselho Federal de Farmácia, 1989.
- SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CURRÍCULO DE FARMÁCIA (4.: 1990: Araraquara). **Relatório**. Araraquara: ENEFAC, 1990.
- SILVA, P. P. D.; SOARES, M. P. **Memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul 1934-1964**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.
- SILVA, T. T. **Duas sociologias da Educação: a de Bernstein e a de Bordieu**. Texto, UFRGS, Porto Alegre, 1991.
- ___ **O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- TEIXEIRA, A. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 64, n.148, p.243-56, 1983.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Ofício da diretora da Faculdade de Farmácia e Bioquímica ao professor José Carlos Fonseca Milano, relator do currículo farmacêutico no Conselho Federal de Educação**. Porto Alegre, 25 nov. 1968.
- ___ **Convênio UFRGS/ Institut für Pharmazeutisch der Universität Münster**. Porto Alegre: 1970.
- ___ **Avaliação e Planejamento: curso de Farmácia**. Porto Alegre: 1993.
- ___ **Cursos de Graduação: currículos**. Porto Alegre, UFRGS, PROGRAD, 1994.
- VALLADÃO, M. L. F.; CELSO, C.; NUNAN, E. de A. et al. **Os (des)caminhos do ensino de Farmácia no Brasil**.

Revista de Farmácia e Bioquímica da Universidade
Federal de Minas Gerais, n.7, p.1-78, 1986.

VALLADÃO, M. L. F. O ensino e a profissão farmacêutica
em uma perspectiva histórica. Belo Horizonte: 1989.
Texto mimeografado.

ANEXO 1

Currículo mínimo do curso de Farmácia

Parecer n° 268/62 CFE

"O Conselho Federal de Educação, usando das atribuições que lhe confere a Lei de Diretrizes e Bases pelos arts. 9° (alínea e) e 70, e tendo em vista o Parecer n° 268/62

Resolve:

Art. 1° - Fixar o currículo mínimo do curso de Farmácia estabelecendo:

a) um tronco comum a todos os cursos, feito em dois (2) anos letivos, abrangendo as seguintes matérias:

Química Analítica

Química Orgânica

Bioquímica

Física

Botânica

Anatomia

Fisiologia

Parasitologia

Microbiologia

Farmacognóssia

b) Um currículo diversificado, em um 3° ano letivo, incluindo as seguintes matérias:

I - para conclusão do curso de farmacêutico:

Farmacotécnica

Economia Farmacêutica

Higiene e Saúde Pública

Deontologia e Legislação

II - para a formação do farmacêutico bioquímico:

Matemática e Estatística

Físico-Química

Química Orgânica

Química Analítica

Radioquímica

Bioquímica

c) um currículo para um 4° ano letivo visando a atender a conclusão dos quatro cursos de farmacêuticos bioquímicos. Tal currículo terá o seguinte desdobramento, de acordo com a especialidade pretendida:

I - Indústria Farmacêutica e de Alimentos:

Tecnologia Geral

Bromatologia

Tecnologia dos Alimentos

Tecnologia Farmacêutica

Economia Farmacêutica

Microbiologia e Enzimologia Industriais

II - Contrôles de Medicamentos e Análise de Alimentos:

Análise Bromatológica

Contrôles Químico e Biológico de Medicamentos.

III - Química Terapêutica:

Química Farmacêutica

Fitoquímica

Farmacodinâmica

Quimioterapia Experimental

Toxicologia

IV - Laboratório de Saúde Pública:

Química Legal e Toxicológica

Química Bromatológica

Exames Parasitológicos, Microbiológicos e Hematológicos.

Parágrafo 1° - As Escolas de Farmácia, mantido o curso de Farmacêutico, poderão ministrar o curso de farmacêutico bioquímico, com uma ou mais especialidades.

Parágrafo 2° - As matérias enumeradas para o tronco comum e para os diferentes cursos poderão ser desdobradas em disciplinas, para efeito didático. Uma ou mais disciplinas constituirão o conteúdo de uma cadeira ou cátedra. As cátedras serão agrupadas, obedecida a afinidade, em departamentos.

Parágrafo 3° - Aos currículos mínimos as escolas poderão acrescentar matérias complementares, obrigatórias ou facultativas.

Art. 2° - A duração do curso será de três anos para o farmacêutico que destina a dirigir a farmácia comercial, e de quatro anos para o farmacêutico bioquímico, em qualquer das suas quatro especialidades.

Art. 3° - Os arts. 1° e 2° entrarão em vigor a partir do ano letivo de 1963.

(a) Deolindo Couto, Presidente" (CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1963, p.40-42).

ANEXO 2

Currículo Mínimo do Curso de Farmácia

Parecer n° 287/69 CFE

"Currículos de Formação de Farmacêutico, nas modalidades requeridas pelo estágio atual da ciência e tecnologia.

.....
O Conselho Federal de Educação, na forma do que dispõe o artigo 26 da Lei n° 5.540, de 28 de novembro de 1968, e tendo em vista o Parecer 287/69, que a êste se incorpora, homologado pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura,

Resolve:

Art. 1° - O currículo mínimo do curso de Farmácia compreenderá:

a) ciclo pré-profissional, único (comum às diversas modalidades de Farmacêutico);

b) ciclo profissional comum, ainda único, levando à formação de 'farmacêutico' e habilitando acesso a ciclo seguinte;

c) segundo ciclo profissional diversificado, conduzindo pela seleção oportuna de disciplinas próprias à formação do 'Farmacêutico Industrial' e do 'Farmacêutico-Bioquímico', a partir do 'Farmacêutico'.

Art. 2º - O ciclo pré-profissional compreenderá as seguintes matérias:

- 1 - Complementos de Matemática e Estatística
- 2 - Física
- 3 - Química analítica
- 4 - Química orgânica
- 5 - Química geral e inorgânica
- 6 - Bioquímica
- 7 - Físico-química
- 8 - Botânica
- 9 - Biologia (Fundamentos da Anatomia, Fisiologia, Histologia, Embriologia e Genética Humana).
- 10 - Parasitologia
- 11 - Microbiologia e Imunologia
- 12 - Patologia (Processos Gerais).

Art. 3º - O ciclo profissional comum abrangerá as seguintes matérias:

- 1 - Farmacognosia
- 2 - Farmacotécnica
- 3 - Farmacodinâmica
- 4 - Economia e Administração (Empresas farmacêuticas)
- 5 - Deontologia e Legislação farmacêutica
- 6 - Higiene social.

Art. 4º - No segundo ciclo profissional, conduzindo à formação respectiva do Farmacêutico Industrial e do Farmacêutico Bioquímico, a diversificação se dá pela seguinte forma:

1 - Para a formação do Farmacêutico Industrial serão exigidas as seguintes matérias:

- 1 - Física Industrial
- 2 - Tecnologia farmacêutica e de cosméticos
- 3 - Enzimologia e tecnologia das fermentações
- 4 - Controle de qualidade dos produtos farmacêuticos cosméticos

2 - Para a formação do Farmacêutico-Bioquímico duas opções são oferecidas:

1ª opção:

- 1 - Toxicologia
- 2 - Tecnologia de alimentos
- 3 - Enzimologia e tecnologia das fermentações
- 4 - Bromatologia
- 5 - Física Industrial

2ª opção:

- 1 - Bioquímica clínica
- 2 - Microbiologia e imunologia clínicas
- 3 - Parasitologia clínica
- 4 - Citologia (exames citológicos de excreções, exsudatos, transudatos, líquido cefalorraquiano e sangue)
- 5 - Toxicologia (exames toxicológicos).

Art. 5º - O Curso de Farmácia na modalidade farmacêutica terá a duração mínima de 2.250 horas-aula e será ministrado em no mínimo 2,5 e, no máximo 5 anos letivos.

Art. 6º - O Curso de Farmácia na modalidade farmacêutica terá a duração mínima de 2.250 horas-aula e será ministrado em no mínimo 2,5 e, no máximo 5 anos letivos.

Art. 7º - Para a expedição do diploma correspondente ao Curso de Farmácia, em qualquer de suas modalidades, será exigido um estágio supervisionado em empresa ou instituição

científica idonea, a critério da congregação ou Colegiado equivalente, levado a efeito no último semestre do curso.

Art. 8º - A observância desta Resolução é obrigatória a partir do ano de 1970, sendo facultada, em casos especiais, a adoção de suas disposições já no ano letivo corrente, mediante solicitação ao Conselho Federal de Educação.

(a) José Barreto Filho, Presidente."

(CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 1969b, p.93-95)

ANEXO 3

Livre exercício das profissões no Rio Grande do Sul segundo a Constituição Estadual de 1891.

— 67 —

§ único — Os sub-intendentes perceberão também uma remuneração pecuniária fixada na forma do art. 67.

Art. 69 — O intendente, os sub-intendentes e os membros do conselho, pelas faltas ou crimes em que houverem incorrido, serão processados e julgados pelo juiz de comarca, com apelação para o Superior Tribunal em virtude de queixa de quem se julgar ofendido ou mediante denúncia de qualquer municípe.

Na lei orgânica será regulado este assunto.

Art. 70 — Haverá em cada município uma guarda municipal, incumbida do policiamento. Ao intendente compete organizá-la, distribuí-la e dispor dela, conforme as exigências do serviço, não excedendo a despesa consignada no orçamento.

TITULO IV

Garantias Gerais de Ordem e Progresso no Estado

Art. 71 — A Constituição oferece aos habitantes do Estado as seguintes garantias:

§ 1.º — Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 2.º — Nenhuma lei, salvo o caso do art. 33, será promulgada sem a exposição dos motivos que a justificam e sem haver sido previamente publicado o respectivo projeto com um prazo não inferior a três meses.

§ 3.º — Nenhuma lei terá efeito retroativo, sendo, portanto, resguardadas as condições materiais dos funcionários que as reformas administrativas ou políticas afetarem.

§ 4.º — Todos são iguais perante a lei.

O Estado não admite privilégio de nascimento, desconhece foros de nobreza, considera extintas as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho, de acordo com o § 2.º, art. 72 da Constituição Federal. Não se priva, porém, de instituir prêmios honoríficos, como medalhas humanitárias, de campanha, industriais, sem que decorra de tais prêmios um só privilégio, de qualquer espécie.

§ 5.º — Não são admitidos também no serviço do Estado os privilégios de diplomas escolásticos ou acadêmicos, quaisquer que sejam, sendo livre no seu território o exercício de todas as profissões de ordem moral, intelectual e industrial.

§ 6.º — Os cargos públicos civis serão providos, no grau inferior, mediante concurso, ao qual serão indistintamente admitidos todos os cidadãos, sem que aos concorrentes seja exigível qualquer diploma. O provimento dos cargos médios será feito em virtude de acesso por antigüidade e, excepcionalmente, por mérito. Os cargos superiores serão de livre nomeação do governo, com exclusão também de exigência de diploma.

§ 7.º — Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer livremente o seu culto, associando-se para esse

ANEXO 4

Ata da primeira reunião da Congregação da Escola Livre de Farmácia e Química Industrial de Porto Alegre.



Ata n.º 1 da Congregação da Escola Livre de Farmácia e Química Industrial de Porto Alegre

Das 25 dias do mês de Abril de 1978, presentes em Secretaria da Escola, os Srs. Rentes, Alfredo, Real, Orlando, Caminho, Carlos, Luiz, João, Paulo, e Olympio, Guimarães, além de alguns Srs. que não foram chamados, Edmundo, Landell, e Henrique, que depois de anunciar a primeira reunião dos estatutos, após lidos pela comissão encarregada de elaborá-los, e lido artigo por artigo, discutidos e aprovados uns e reformados outros, não havendo mais nada a tratar, se encerra a reunião no dia 27 de Abril para a segunda reunião.

É encerrada a sessão e lavada a presente ata.

Assinatura

Alfredo Real

Camilo Freitas

ANEXO 5

Requerimento à direção da Escola Livre de Farmácia de Porto Alegre.



25 H
 M. Sr. Director da Escola Li-
 vre de Pharmacia em Porto Alegre.

Matriculo-se
 Alfredo de Lencas

Vinico Garibaldi, achando-se habi-
 litado para matricular-se na Escola Livre de Phar-
 macia em Porto Alegre, pede-vos que o aceiteis
 na lista dos alumnos da referida Escola.

Saúde e gratidão

Porto Alegre 11 de Fevereiro de 1894

Alfredo Garibaldi

ANEXO 6

Fundação da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre.

80 ANOS da Faculdade de Medicina

Ata da Fundação da Faculdade de Medicina

Aos 25 dias do mês de julho de 1898, às 7 horas da noite, presentes, na Secretaria da Escola de Farmácia, os sr.s Lentes: Alfredo Leal, Arlindo Caminha, Carvalho Freitas, Silva Pereira, Cristiano Fischer, Dr. Dioclécio Pereira, Dr. Dias Campos, Dr. Diogo Ferras, Francisco Rocha, João Daudi F.º, Dr. Protásio Alves, Dr. Sebastião Leão, Dr. Serapião Marriante e Dr. Carlos Nabuco representado pelo Dr. Protásio, o Sr. Diretor da Escola de Farmácia, Alfredo Leal, abre a sessão. E lida e aprovada a ata anterior.

O sr. Diretor de acordo com a resolução tomada na última sessão da Congregação lê o seguinte relatório:

(...)

Proponho pois que sejam as seguintes as bases para a união da Congregação da Escola de Farmácia com o corpo docente do Curso de Partos, com o fim de fundarem a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre.

1.º — A diretoria da Escola de Farmácia, resignará nesta data o seu mandato sendo imediatamente eleita outra, cuja missão será administração da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, que hoje fica de fato fundada.

2.º — Enquanto não se instale a Faculdade de Medicina, os Cursos de Farmácia e de Partos continuarão a ser dirigidos de acordo com os estatutos e leis internas que atualmente os regem, ficando entretanto à Fa-



Alunos da Faculdade de Medicina em 1905 em frente ao prédio da Rua da Alegria n.º 55 (hoje Gen. Vitorino).



Protásio Alves, primeiro diretor e fundador da Faculdade de Medicina, nasceu em Rio Pardo, formou-se no Rio e especializou-se em Paris nos anos de 1884 e 1885.

culdade, digo, à Congregação da Faculdade, o direito de confeccionar, quando lhe convier, leis básicas.

3.º — O programa do Curso de Farmácia não será modificado, salvo provada a inconveniência de alguma

matéria nela existente.

4.º — Dada a hipótese de não ser instalada a Faculdade ficará sem efeito este acordo, continuando a Escola de Farmácia a sua vida autônoma e independentemente revertendo para a mesma o seu patrimônio.

Porto Alegre, 25 de julho de 1898.

(Assinado) Alfredo Leal

São aprovadas por unanimidade de votos as bases propostas pelo Sr. Diretor para a união da Congregação da Escola de Farmácia e o corpo docente do Curso de Partos com o fim de fundarem a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre.

O sr. Diretor renuncia o cargo assim como toda a diretoria. Procede-se a eleição, que, deu o seguinte resultado:

Para Diretor:

Dr. Protásio Alves, 12 votos;
Dr. Dioclécio Pereira, 11 votos;

Para Vice-Diretor:

Alfredo Leal, 11 votos;
Dr. Dioclécio Pereira, 2 votos.

O sr. Alfredo Leal convida a Dr. Protásio Alves a assumir o cargo.

O Dr. Protásio Alves assume o lugar e pede ao Sr. Carvalho Freitas que continue no lugar de secretário, agradece aos companheiros a sua eleição, hipotecando todo o seu esforço em prol da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, que, proclama fundada neste momento.

O sr. Diretor, considerando de grande necessidade a nomeação de um secretário-geral no período da propaganda da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, nomeia para este lugar a Dr. Sebastião Leão.

Nada mais havendo a tratar se encerra a sessão.

(Assinado) Carvalho Freitas — Secretário.

Jornais Acadêmicos

A Revista Acadêmica foi a primeira publicação acadêmica que apareceu no Rio Grande do Sul em 1897 com redação muito importante no Estado. Era dirigida por um estudante de Medicina que hoje é um dos mais ilustres doutores, possuidor de várias profissões científicas. Tinha como redator chefe um jovem que se distinguiu de vida social, política e literária. Tinha como diretor, homem de letras e de espírito elevado. Conseguiu assim para um pequeno periódico no Estado, João Pires.

O Acadêmico de Medicina

Órgão do "Centro Acadêmico de Medicina"

Publicado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 1917.

publicação das publicações dos acadêmicos e um ótimo órgão da vida Universitária de Porto Alegre que sempre tem sido muito útil e eficaz. Para a divulgação de suas ideias em "O Acadêmico" já havia escrito alguns artigos de caráter científico. Depois de formado médico e cirurgião, tornou-se um dos mais importantes e ativos profissionais da medicina. O jornal acadêmico teve, portanto, um papel muito importante na vida social, política e literária do Estado. Conseguiu assim para um pequeno periódico no Estado, João Pires.

Revista Acadêmica

Em 1914 Rubens Barcel e Frenchie-Rosa publicaram o primeiro número de "Acadêmico de Medicina" com redação muito importante no Estado. Era dirigida por um estudante de Medicina que hoje é um dos mais ilustres doutores, possuidor de várias profissões científicas. Tinha como redator chefe um jovem que se distinguiu de vida social, política e literária. Tinha como diretor, homem de letras e de espírito elevado. Conseguiu assim para um pequeno periódico no Estado, João Pires.

BISTURI

ANEXO 7

Apoio do Presidente do Estado à fundação da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre.

Júlio de Castilhos Apoiou a Fundação da Faculdade de Medicina

Documento de básica importância para a compreensão do momento histórico em que nasceu a Faculdade de Medicina e do idealismo positivista a que se fillava o governo estadual e a carta que Júlio de Castilhos dirigiu ao diretor da Faculdade, logo após a sua fundação.

CIDADÃO Dr. Protásio Alves Com sincero júbilo patriótico recebi a vossa honrosa comunicação de que, em sessão conjunta das Congregações da Escola de Farmácia e Curso de Partos, realizado em 25 de julho último, fora instalada a Escola de Medicina e Farmácia de Porto Alegre.

Por motivos ocasionados retardei involuntariamente esta resposta, que desde logo reputo obrigatória. A minha satisfação cívica aliou-se legitimamente e justo desvanecimento que me trouxeram as expressões generosas com que a vossa nimia gentileza significou que o meu humilde nome "está vinculado a todo quanto diz respeito ao progresso do Rio Grande do Sul" e lembrou a ação que me coube exercer em favor da liberdade de ensino, instituída neste glorioso berço das conquistas verdadeiramente republicanas.

Agradecendo vivamente a obsequiosidade da vossa carta e as penhoradas deferências com que me distinguisdes em nome também dos vossos companheiros permiti que vos pondero, ilustre cidadão, que a fundação da Escola de Medicina e Farmácia não é somente "mais uma vitória do ensino livre", segundo o vosso dizer, mas constitui sobretudo mais uma irrefragável ratificação de um dos ensinamentos e substanciais princípios em que se estelou o código constitucional rio-grandense.

Autor do projeto que mais tarde, com algumas modificações de detalhes, foi votado pela Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, da qual dignamente fizestes parte, não me julgo incompetente para asseverar que, cívica e oficialmente, e portanto, o ensino superior custeado pelo erário público, se o Estado não tem uma religião própria, também não pode ter uma ciência sua ou privilegiada; não sendo religião também não pode ser ciência oficial, proclamando a plena liberdade de cultos, sem subveiculação ou proteger qualquer deles, não pode locamente deixar de reconhecer e manter a completa liberdade espiritual, abstendo-se de favorecer qualquer doutrina, seja qual for a natureza de-las.

Não bastava a separação do culto oficial, já consagrada na Constituição Federal, que aliás confirmamos no memorável decreto do Governo Provisório da República sobre a denominada separação da Igreja do Estado. Era indispensável eliminar também a ciência oficial e, portanto, o ensino superior custeado pelo erário público. Se o Estado não tem uma religião própria, também não pode ter uma ciência sua ou privilegiada; não sendo religião também não pode ser ciência oficial, proclamando a plena liberdade de cultos, sem subveiculação ou proteger qualquer deles, não pode locamente deixar de reconhecer e manter a completa liberdade espiritual, abstendo-se de favorecer qualquer doutrina, seja qual for a natureza de-las.

Ela, em substância, a única religião que oferecem os textos na nossa Constituição. Mas a corrente do que a Constituição Federal que, abolindo a tei-

gião oficial, tolerou a permanência de cursos de ensino superior ministrados em nome e por conta do Governo da União, a lei magna do Rio Grande do Sul incutiu ao Estado apenas a manutenção do ensino primário, laico e livre, deixando à iniciativa particular a instituição do ensino superior, conferindo ao Governo funções meramente temporárias, únicas que lhe são próprias, facilitando assim a livre convicção das doutrinas, desembaraçada de proteção oficial, destituta de preferências arbitrárias e odiosas amparadas somente no seu respectivo valor ou não ação proselitista peculiar a cada uma.

Era de prever a obsocada resistência que o preconceito e a rotina haviam de opor à abolição de arraigados privilégios, cuja velha usança tornasse insubstituível por incompatível com o regime genuinamente republicano, que tem a inteira liberdade espiritual um dos seus caracteres essenciais.

Efetivamente, manifestou-se uma certa incredulidade pública quanto à eficácia benéfica dos estudos precetos da nossa constituição. Observou-se mesmo alguma reticência entre diversos aderentes sinceros e íntegros da República, erroneamente persuadidos de que não seriam viáveis os institutos de ensino sem o apoio direto e permanente do Estado mediante os respectivos subsídios orçamentários. Mas, persistindo inalterável e tenaz a fé robusta dos governos no inelutável acerto dos dispositivos constitucionales, cuja preponderância no espírito público seria obra do tempo, auxiliada pela força irresistível da experiência confirmativa, realizou-se afinal a inevitável capitação do preconceito re-

taritário, que cedeu à evidência da verdade, secundada por circunstâncias felizes.

Assim é que, decorridos poucos anos desabrochou a iniciativa cívica, avistada pelas fecundas lições do legítimo regime republicano, e começaram a surgir os promissores e felizes, como dignos exemplos que decañam uma nobre imitação. Fundou-se a Escola de Farmácia, fundou-se a Escola de Engenharia, fundou-se o Curso de Partos, sob os afortunados auspícios da liberdade espiritual, sem outro amparo que não fosse o devotamento abnegado dos iniciadores e a justa confiança no apoio efectivo do público bem orientado. Inaugura-se agora a Escola de Medicina, graças aos vossos esforços, e dos vossos distintos confrades.

Eis, pois, em vívida frutificação o alto nítido ponto de vista na Constituição Rio-Grandense no tocante à liberdade de ensino, intimamente ligada à liberdade das profissões, abolindo todos os iníquos e anárquicos privilégios escolásticos.

Nada pode satisfazer mais o meu ardor social do que essa vitória alcançada pela força persuasiva de princípios essencialmente republicanos dos quais tenho sido hosturo propagador desde o início da doutrinação pública na Pátria Brasileira. E o meu júbilo é tanto mais intenso quanto é certo que a lição dos fatos radica em mim a convicção de que, ao elaborar o projecto da Constituição do Rio Grande do Sul, procurei evitar as ilusões ao entêrre transigências doutrinárias, a desorientação e a anarquia

nas instituições estaduais, sem a male leve infidelidade às bases fundamentais ou caracteres elementares da Constituição Federal.

O desdobramento dos sucessos, de 1891 até agora, vai sempre corroborando a presidência na nossa Assembléia Constituinte, que não hesitou em votar e promulgar o supremo código do novo Estado. Ao mesmo tempo, vejo mais a mais a minha intuição política e social, aurada nos aliceres positivistas demonstradas. Adaptadas à época corrente, sem nenhum exagero de aplicação, segundo os inextinguíveis ensinamentos do incomparável filósofo Augustus Comte, cujas obras imortaes, se me coubesse alguma autoridade moral, eu recomendaria a reflexão letúrgica e a constante meditação da moedada estuda sa de nosso querido torrão natalício a qual encontrará nelas o enunciação e conciliação do presente com o passado humano e a admirável continuidade do futuro, por entre as justas ferrosas e sublimes homenagens tributadas à benemérita e sempre veneravel Igreja Católica e a todos os dignos predecessores do portentoso pensador, que é o mestre dos mestres, conforme a expressão de um dos seus mais reputados contraditores.

Resumindo estas singelas e despretenciosas ponderações, cumpre-me assinalar que o Rio Grande do Sul está oferecendo mais um exemplo eloquente aos outros Estados da União. A sua avantajada organização política e as suas leis, cujo influxo moral tende a dilatar-se constantemente, são que realizam como junção a harmonia permanente da sociedade com a liberdade, da ordem normal com as expansões do progresso bem regulado; ao seu governo, tolerante e enérgico, que tem sabido manter incluídos os interesses primordiais da comunidade rio-grandense; à sua administração e exemplarmente proba, solícita e precavida que se reflecte na continua prosperidade dos negócios estaduais em todos os ramos; e tudo acresce atualmente o belo conjunto de futuros institutos de ensino superior, que surgiram e funcionarão livremente leguados de respeitadora intervenção do Estado, independente da veredicta tutela oficial, fora da esfera das arborescentes organogramáticas, que além de legitimas, são humilhantes.

O cometimento que empreenderestes com os vossos dignos confrades, Sr. Diretor da Escola de Medicina e Farmácia, merece o mais decidido e sistemático amparo do público rio-grandense, que, segundo creio, não o negará, tanto jamais o recusou às iniciativas generosas destinadas a promover o engrandecimento estatal da nossa terra.

Quanto a mim, tanto a liberdade de assegurar que não era mi-ter invocados o meu delib apoio moral pois que bem sabeis que nunca me esquivarei ao serviço do Rio Grande do Sul e da República, pelos exigidos meios ao meu alcance. Dimittida ou nulo é o valimento da minha cooperação individual. Todavia, o Escola de Medicina e Farmácia pode sempre dispor do meu humilde concurso.

Porto Alegre, 22 de agosto de 1898.
Saude e fraternidade,
Julio Prates de Castilhos



Passeto da União Farmacêutica na Tristeza em 1905, vendo-se: Elias Cirne Lima, Sotero Vieira, Christiano Fischer, Carvalho Freitas, Istábro Heredia, Celestino Castro (com o filho ao lado: Waldemar Castro). De pé aparecem os irmãos José e Julio Hecher. Dois dos meninos sentados são os filhos de Christiano: João e Sady, ambos mais tarde médicos.

ANEXO 8

Grade curricular do Curso de Farmácia em 1911-12 na
Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre.



Faculdade de Medicina de Porto Alegre

V | Vida Escolar de ALFREDO SILVEIRA NETTO F.

(CURSO DE FARMÁCIA)

	1ª série	1911
Química Médica 1ª parte	simplesmente grau 3	(28-12-11)
Materia Médica, Farmacol. e F. Prática.	" " " 4	(28-12-11)
Hist. Natural Médica	" " " 3	(28-12-11)
	2ª série	1912
Química Médica 2ª parte	simplesmente grau 4	(18-12-11)
Farmacologia (farmácia quim. e farm. prática)	simplesmente grau 1	(18-12-11)

FILIAÇÃO: Alfredo Silveira Netto e S. Ricarda Amélia Silveira Netto.

NATURALIDADE: Estado do Rio Grande do Sul (cidade de S. Maria)

NASCIMENTO: 11 de Setembro de 1894.

MATRÍCULAS:

1ª série em 30 de março de 1910 (ouvinte);

1ª série; matr. nº 21 em 10 de abril de 1911

2ª série; matr. nº 12 em 1 de abril de 1912

DOCUMENTOS APRESENTADOS:

- a) atestado de vacina
- b) atestado de idoneidade.
- c) certidão de idade (apres. em abril de 1944)
- d) certificado nº 47 do Instituto ginasial Julio de Castilhos de exame geral das disciplinas do curso secundário exigidas para matrícula na Escola de Farmácia.

TERMINOUO CURSO:

em 18 de dezembro de 1912

COLOU GRAU :

em 24 de dezembro de 1912.

Porto Alegre, 18 de abril de 1944.

Jose Julio Barros
Escr. cl. "E"

Alfredo Silveira Netto
Escr. cl. "E"

Movimento de Incentivo ao Formulário

Prof. Francisco de Paula Calvea

A finalidade deste escrito é procurar esclarecer, sucintamente, à classe médica e aos estudantes de medicina, o início de um movimento com vistas a propugnar pela elaboração de fórmulas médicas, obedecendo a um sistema que se adapte às necessidades do profissional de medicina e atenda aos anseios do público, notadamente no que se refere ao preço dos medicamentos.

É manifesto que a alta sempre crescente que se vem verificando nos preços dos medicamentos especiais alinge sériamente às classes menos favorecidas originando-se uma série de problemas e dificuldades para o médico, farmacêutico e ao próprio cliente.

A cátedra de Farmácia Galênica, da Faculdade de Farmácia do Porto Alegre, por suas características e funções específicas, quais sejam a preparação de medicamentos e estudo das normas legais aplicáveis ao exercício da profissão farmacêutica e de suas relações com a medicina, bem como de todas as disposições que visam entrar em perfeito desempenho nas atividades de ambas as profissões, tomou a si a responsabilidade e o encargo de estruturar um movimento cujas finalidades seriam a de aproximar médicos e farmacêuticos, verdadeiramente interessados em unir seus esforços pelo bem estar de toda uma coletividade.

Tal movimento não se resumiria apenas em atender a parte econômica, de interesse do cliente, mas procuraria ainda fornecer os meios julgados indispensáveis a uma perfeita ordenação e eficiente aplicação dos recursos atualmente disponíveis em prol da saúde pública, fazendo assim sentir ao doente que tais benefícios resultam de um real interesse que o médico demonstra por seu estado particular de saúde e também o leve a reconhecer no farmacêutico a única pessoa realmente habilitada e capaz de responder com segurança pela responsabilidade na preparação da medicação prescrita pelo médico.

O verdadeiro sentido das relações entre médicos e farmacêuticos parece não haver ainda encontrado a devida compreensão nos tempos atuais, em que o profissional da medicina tem, desde longa data, sua atenção desviada pela propaganda feita em livros das especialidades farmacêuticas, ao impedi-lo a relevância de suas prescrições magistrais a um completo esquecimento.

Um estudo mais acurado das causas deste abandono às fórmulas de preparação magistral e oficial encontram suas justificativas em diversos fatores, entre os quais a falta de confiança que os médicos depositam nas farmácias. Tal fato resulta do desinteresse da farmacêutica em exercer uma atividade para a qual não encontra aplicação o seu título universitário, uma vez que também as farmácias passaram a descurar a manipulação em prol da venda de produtos de produção industrial.

Como consequência deste desinteresse ficou o formulário, em grande parte, entregue a elementos alheios às normas que regem a técnica de preparação dos medicamentos. Na realidade o assunto se revela mais complexo e mereceria ser apresentado à classe médica em todos os seus detalhes. Sendo o farmacêutico o elemento de ligação entre o médico e o cliente, torna-se logo evidente que o abandono de suas atividades em laboratórios de farmácia em muito contribuiu para o declínio do serviço de formulário.

Algumas tentativas têm sido feitas para fazer voltar o sistema ma-

gistral. Não se poderia deixar de mencionar o fato de ter a Sociedade de Farmácia e Química do R. G. Sul, tempos atrás, dado início a uma campanha no sentido de fazer ressurgir o formulário como única maneira de poder atender aos justos reclamos quanto ao alto preço dos medicamentos. Os esclarecimentos prestados pelo então presidente da S. F. Q. do R. G. do Sul, Dr. João Baptista Vieira Bastos, mostravam em seus detalhes as vantagens decorrentes da adoção de um sistema de formulário. A imprensa noticiou o fato, louvando a atitude franca e decisiva da entidade que congrega os farmacêuticos de nosso Estado. Entretanto, dentro de poucos meses o movimento achava-se completamente abortado. O ceticismo passou a dominar a classe farmacêutica, e não mais se cogitou do assunto.

Uma particularidade porém deveria ser encarada de imediato em qualquer tentativa que visasse reestruturar e desenvolver um sistema eficiente de formulário no país: o eventual interesse do médico em participar ativamente das medidas a serem adotadas. Uma vez que a classe médica mostrasse sua decisão em colaborar, é evidente que qualquer movimento é aquele sentido logararia seus objetivos.

Esta foi, pois, a primeira iniciativa da cátedra de Farmácia Galênica antes de procurar as bases de um movimento como o que ora se propõe realizar.

Há mais de quatro anos procurou saber, não somente entre os médicos de Porto Alegre, como do interior do Estado, de como seria recebida a possibilidade de se iniciar um movimento que procurasse coordenar e desenvolver um serviço de formulários em bases modernas, em que o médico pudesse sempre contar com a colaboração do farmacêutico no que se refere a uma manipulação escrupulosa e a um atendimento consciencioso a todas as suas necessidades profissionais.

A receptividade demonstrada ultrapassou a expectativa. Ficou desde logo evidenciado que o médico realmente nunca descurou o problema. No entanto, cedia ao fararreal, lançar os alçargos de um movimento em que fosse possível fornecer ao profissional da arte de curar todas as informações indispensáveis à futura estruturação de suas fórmulas.

Deve-se esclarecer, a bem da verdade, que o entusiasmo revelado pelos médicos foi de modo a anteceder o início do movimento de incentivo ao formulário em P. Alegre. Não se poderia esperar notícia mais digna de nota e mais suscitosa para ambas as profissões, tanto médica como farmacêutica.

Tratou pois a cátedra de Farmácia Galênica de coordenar, em outubro de 1961, o MIF, que passaria a contar com o apoio oficial da Faculdade de Farmácia do Porto Alegre e, como é de se esperar, dos demais institutos superiores de ensino da UFGS, cujas atividades estariam estreitamente vinculadas à arte de curar.

O MIF iniciou suas atividades obedecendo a um sistema em que procura ligar a parte farmacêutica às mais diversas especialidades da medicina, odontologia e veterinária. Para este fim serão criadas diversas comissões de especialistas das profissões acima citadas, que encaminharão as fórmulas, destinadas a estudo experimental e posterior aplicação prática, à cátedra de Farmácia Galênica, a qual estará afeta não só a responsabilidade de sua preparação, como também a coordenação do serviço de manipu-

lação, nas farmácias que estejam em condições de poder atender ao serviço a inteiro contento da classe médica. Tais farmácias ficariam ainda subordinadas a uma comissão de controle de preços a fim de que houvesse uma uniformidade nos preços das fórmulas aviladas, e ainda, deveriam preencher certos requisitos que se recomendassem como estabelecimentos comerciais de drogas obedecendo porém um critério mais técnico-farmacêutico, sendo que nestas condições estariam então capacitadas a empregar toda a colaboração ao médico e demais profissionais da arte de curar, bem como de poder assegurar ao cliente toda a assistência na parte relativa ao avinimento ou dispensação de medicamentos.

Na fase atual de seus trabalhos o MIF encontra-se já em plena atividade, tendo sido constituída a primeira comissão ou seja a Comissão de Dermatologia, cuja parte médica é presidida pelo Dr. Clovis Hopp, catedrático de Clínica Dermatológica e Sifilográfica da Faculdade de Medicina do Porto Alegre, e assessorado pelos doutores José Pessoa Mendes e Cezar Bernardi.

A referida comissão, que desde sua constituição efetuada em outubro de 1961 vem trabalhando exaustivamente, já remeteu à cátedra de Farmácia Galênica 17 fórmulas a fim de serem preparadas e posteriormente experimentadas na 3.ª enfermaria da Santa Casa de Misericórdia. Tais fórmulas, uma vez julgadas úteis, quer sobre o ponto de vista de sua ação terapêutica, como de suas características físico-químicas, ou farmacêuticas, passarão para o domínio do formulário em Porto Alegre. Em trabalhos futuros será feita uma seleção de diversas fórmulas aprovadas pela C. D. com vistas à elaboração de um formulário dermatológico. Levando, porém, em consideração a necessidade imperiosa de preparar-se com maior brevidade um formulário que viesse corresponder às exigências dos dermatologistas brasileiros, decidiu a Comissão de Dermatologia antecipar-se à possível necessidade oriunda da espera, bastante normal e decorrente da verificação experimental das fórmulas ora em estudo e de todas as demais sujeitas ao critério adotado, e orientar

seus esforços no sentido de aproveitar diversas fórmulas, clássicas e modernas, inclusive nos diversos códigos estrangeiros e formulários categorizados e cuja eficiência já se encontra perfeitamente estabelecida pelo largo emprego nas diversas clínicas especializadas.

Tais atividades, até o presente momento desenvolvidas pela C. D., encontram desde logo seus membros como profissionais altamente dedicados e interessados à execução de uma tarefa que em muito virá beneficiar à classe médica merecedora do estudo sério e metódico e das averiguações aprofundadas das mais diversas formas farmacêuticas sujeitas à experimentação.

Dentro em breve os médicos interessados em dermatologia poderão encaminhar, à respectiva comissão, seus pedidos de informações sobre a elaboração de fórmulas, nas quais estejam particularmente interessados, passando por esta forma a se integrar e colaborar mais estreitamente com o MIF.

Convem frisar que um movimento de tal magnitude estará sempre sujeito a entraves de toda ordem. Assim, a necessidade de dedicação exclusiva, ao menos na parte referente à preparação das formas farmacêuticas, é indispensável, a fim de que as solicitações oriundas das respectivas comissões médicas não sofram solução de continuidade e permitam a experimentação e observação continuada das fórmulas em estudo.

Prevedo tais dificuldades, a cátedra de Farmácia Galênica, em 30 de abril de 1958, remeteu ao Reitor Magnífico da U.F.G.S., professor Elyseu Pagnoli, um pedido de lei para integral, aprovado pela Congregação da Faculdade de Farmácia do Porto Alegre, esperandose que ainda este ano seja o mesmo apreciado pelo egrégio Conselho Universitário de nossa Universidade.

A aquisição de drogas para utilização nas diversas fórmulas se constitui no maior obstáculo a um mais rápido desenvolvimento do MIF. Uma Comissão de Compras e Importação encontra-se em fase final de constituição.

O MIF iniciou suas atividades num âmbito estritamente regional. Posteriormente estenderá sua ação ao interior do Estado e finalmente a todo o país.

Os Antibióticos, as Plantas e seu Crescimento

Desde que começaram a aparecer os antibióticos diversas experiências se fizeram e se revelaram concluintes: mergulhado numa solução de estreptomicina, durante 21 horas, um ramo de amêixeira ficou verde, das buélerias *Xanthomonas pruni* que o infectavam; um pouco de algódão embaldado em penicilina foi suficiente para matar os tomates de um tomateiro.

Vê-se, pois, que os antibióticos curam certas doenças do reino vegetal. Há muito se conhecem seus efeitos estimulantes sobre o crescimento e o peso dos animais e, com justa razão, pensou-se que o mesmo se daria em relação às plantas.

No que concerne à germinação é curioso notar que o efeito torna-se tanto maior quanto mais reduzida for a quantidade de antibiótico empregada. Isto foi demonstrado pela ação da terramicina sobre a caçoba. Note-se, também, que a ação dos antibióticos sobre as plantas é mais importante sobre aquelas que estão nas primeiras semanas de seu

desenvolvimento, ou de seu crescimento. Em solução aquosa a terramicina faz desenvolver espetacularmente as raízes.

Outro efeito dos antibióticos sobre as plantas: a estrepitônica provoca o embotamento das plantas verdes, destruindo-lhes os cloroplastos. Demonstrou-se, ainda, que ela bloqueia a biosíntese dos carotenóides nos grãos de ervilha que crescem em meio esteril.

Tudo isso é muito interessante, se bem que ainda não se tenham explicado perfeitamente as razões desta ação. Acredita-se que eles promovam certa economia, ou seja, um melhor emprego das vitaminas. De qualquer maneira, o campo fica aberto a um grande número de pesquisas. Entre outras coisas, seria importante que se pudessem precisar as atividades efetivas das diferentes plantas aos diferentes antibióticos e determinar, para cada planta, a dose máxima suportável sem perigo de intoxicação, a qual parece variar muito conforme as espécies.

ANEXO 10

Currículo do Curso de Farmácia na Faculdade de Farmácia da UFRGS a partir de 1964 em conformidade com o Parecer n° 268/62 CFE

"1ª SÉRIE

- Física Farmacêutica
- Química Analítica Qualitativa
- Química Orgânica Acíclica
- Química Geral Inorgânica
- Botânica Farmacêutica
- Histologia Animal Comparada
- Anatomia Animal Comparada

2ª SÉRIE

- Química Analítica Quantitativa
- Química Orgânica Cíclica
- Zoologia e Parasitologia
- Histologia Vegetal
- Microbiologia
- Parasitologia e Microbiologia
- Bioquímica Estatística
- Farmacognosia
- Fisiologia Animal Comparada

Estes dois anos ou quatro semestres correspondiam ao ciclo básico ou tronco comum.

Para se habilitar a dirigir uma farmácia, o aluno completava seus estudos no terceiro ano, ou seja no quinto e sexto semestres.

3ª SÉRIE

- Farmacognosia
- Química Farmacêutica
- Higiene e Saúde Pública
- Administração Farmacêutica
- Farmacotécnica
- Farmacotécnica Homeopática
- Cosmetologia e Perfumaria
- Deontologia e Legislação Farmacêutica

Para se formar como farmacêutico bioquímico o aluno deveria cursar mais dois anos, ou seja, mais quatro semestres.

3ª SÉRIE

- Farmacognosia
- Bioquímica Dinâmica
- Complementos de Matemática
- Físico-Química Biológica
- Rádio Química
- Análise Funcional Orgânica
- Elementos de Estatística
- Microbiologia
- Análise Instrumental

No quarto ano, o aluno elegia um ou dois cursos especializados, abaixo relacionados:

- A - Curso de Tecnologia Farmacêutica e Alimentar
Tecnologia Geral e Química Farmacêutica

Bromatologia e Tecnologia Alimentar
Higiene Industrial
Farmacotécnica Industrial
Economia e Administração de Empresas
Bioquímica e Enzimologia Industrial
Microbiologia Industrial

B - Curso de Química Terapêutica

Química Farmacêutica
Farmacodinâmica e Controle Biológico de
Medicamentos
Fitoquímica
Síntese Orgânica de Medicamentos
Quimioterapia Experimental

C - Curso de Análise de Alimentos e Medicamentos

Química Bromatológica
Química Toxicológica Legal
Análise Química de Medicamentos
Fitoquímica
Higiene Alimentar
Farmacodinâmica e Controle Biológico dos
Medicamentos

D - Curso de Laboratórios de Saúde Pública

Higiene e Saúde Pública
Análises Bioquímicas de Requisição Médica
Análises Bacteriológicas de Requisição Médicas
Análises Sorológicas de Requisição Médica
Análises Toxicológicas e Legais Aplicadas
Análises Hematológicas de Requisição Médica
Análises Bromatológicas Aplicadas."

(CORSO, 1990, p.280-82)

ANEXO 11

Primeira turma de Farmacêuticos formados conforme o primeiro currículo diversificado na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRGS.

16

Verificar

Térmo de conclusão
de curso e Diplomação
nº 27, da Faculdade de Farmácia
e Bioquímica de
Porto Alegre, 1965.

Aos nove (9) do mês de dezembro de 1965, a Direção da Faculdade de Farmácia e Bioquímica de P. Alegre, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo verificado a aprovação dos Srs. Alunos em todas as disciplinas que integram o curso de Farmacêutico e haverem os alunos satisfeito as exigências regulamentares em vigor, vem, hoje, em presença do Excmo. Sr. Reitor, e demais autoridades civis, militares e eclesiásticas, conferir o grau de "Farmacêutico" de acordo com o parágrafo 2º artigo 6º do Regimento desta Faculdade, aos seguintes formados:

- 1) Carlos Kapel;
- 2) Egson Florst Selim;
- 3) Gustavo Adolfo Eweis;
- 4) Jair da Silva Rangel;
- 5) Ilca Gomes de Amorim;
- 6) Lígia Helena Trauvelti;
- 7) Luiz Saute;
- 8) Moisés Gentil Telles da Silveira;
- 9) Valdir Gomes Saucha;
- 10) Zilide Maria Gaspar.

Em sendo mais havendo a consi-

ANEXO 12

Primeira turma de Farmacêuticos Bioquímicos formados conforme o primeiro currículo diversificado na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRGS.

Curso de Farmacêuticos - Bioquímicos, de acordo com o artigo 6º; parágrafo 1º, letras "C" e "D", do Regimento da Faculdade de Farmácia e Bioquímica.

- 1 - Ademar Hyris Queiroz;
- 2 - Ana Maria Seefeld;
- 3 - Ana Maria Magalhães da Silveira;
- 4 - Aurea Maria Pereira da Costa;
- 5 - Cezar Fernando Gehhard;
- 6 - Domingos Alberto Luno Rocco;
- 7 - Eric Renato Kiehlhiser;
- 8 - Geac Kulke;
- 9 - Ivan Luiz Dalla Costa;
- 10 - Yaine Aldeides Basi;
- 11 - João Paulo Felipe;
- 12 - Julieta Antonia Escalari Sperandei;
- 13 - Nidia Maria Hensch;
- 14 - Káteline Sannillo;
- 15 - Maria Salete Chinchetta;
- 16 - Maria Tânia Travassos Bueno;
- 17 - Maria Tereza Pedeco;
- 18 - Marilda Guedes e Silva;
- 19 - Marli de Souza Viegas;
- 20 - Miguel Medeiros Montaña;
- 21 - Roberto Ygnacio Arante Arce;
- 22 - Rosalene Glando;
- 23 - Suzana Têtilo Heival;
- 24 - Ulirajara Nunes Medina;
- 25 - Vercia Rees;
- 26 - Valmira Lúcia Teixeira;
- 27 - Vera Regina Teixeira Knapp, e
- 28 - Waldemar Jorge Rigoni Filho.

Nada mais havendo para constar, lavrou-se a presente lista, a qual vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Professor Diretor e por mim, Secretário, aos onze dias do mês de dezembro de ano de mil, novecentos e sessenta e seis.

Senhor Professor Diretor _____
 Secretário: Alberto Eduardo Kiehlhiser

ANEXO 13

Grade Curricular atual da Faculdade de Farmácia da UFRGS em 1994

DISCIPLINA	CRE	CAR
Matricula 01		
ANATOMIA E EMBRIOLOGIA	06	0
HISTOLOGIA	03	0
INTRODUÇÃO À FARMÁCIA	02	0
LINGUA PORTUGUESA - F	04	0
MATEMÁTICA APLICADA À BIOLOGIA	06	0
QUÍMICA GERAL I B	04	0
QUÍMICA ANALIT QUALITATIVA	03	0
Matrícula 02		
BOTÂNICA APLICADA À FARMÁCIA	08	0
BIOFÍSICA F	06	0
PRÁTICA DESPORTIVA I	02	0
FÍSICA	06	0
QUÍMICA GERAL II B	04	0
QUÍMICA ANALÍTICA QUALITATIVA	03	0
Matrícula 03		
BIOESTATISTICA	04	0
QUÍMICA ANAL QUANTITATIVA IF	06	0
QUÍMICA ORGÂNICA I A	04	0
ESPECTROSCOPIA ORGÂNICA	02	0
INTRODUÇÃO À FISICO-QUIMICA	06	0
Matrícula 04		
BIOQUIMICA I	09	0

FISIOLOGIA FARMACÊUTICA	05	O
PARASITOLOGIA FARMACÊUTICA	03	O
QUÍMICA ORGÂNICA EXPERIMENTAL I	06	O
QUÍMICA ORGÂNICA II A	04	O
<hr/>		
Matrícula 05		
BIOQUÍMICA II	10	O
IMUNOLOGIA BÁSICA	03	O
MICROBIOLOGIA - F I	05	O
FARMACOGNOSIA I	05	O
FARMACOTECNICA I	05	O
PATOLOGIA GERAL - FAR	02	O
QUÍMICA ANALÍTIC QUANTITATIVA II	06	O
<hr/>		
Matricula 06		
MICROBIOLOGIA II	05	O
BIOTECNOLOGIA APLIC. À FARMÁCIA	04	F
FARMACODINÂMICA	04	O
FARMACOGNOSIA II	05	O
QUÍMICA FARMACÊUTICA I	06	O
SÍNTESE OGÂNICA APLIC. À FARMÁCIA	02	F
FARMACOTÉCNICA II	06	O
HIGIENE SOCIAL	03	O
<hr/>		
Matrícula 07		
GENETICA - FAR	04	O
ECO ADM. EMPRESA FARMACÊUTICA	04	O
QUÍMICA FARMACÊUTICA II	07	O
COSMETOLOGIA	05	O
DEONTOL. E LEGISL. FARMACÊUTICA	04	O
FARMACOTÉCNICA HOMEOPÁTICA	05	O
FARMÁCIA HOSPITALAR	07	F

BROMATOLOGIA - F	04	O
Matrícula 08		
TECNOLOGIA GERAL I	05	F
TECNOLOGIA GERAL II	05	F
ESTÁGIO EM FARMÁCIA	20	O

FARMACÊUTICO INDUSTRIAL

DISCIPLINA	CRE	CAR
Matricula 09		
TECNOLOGIA GERAL I	05	O
TECNOLOGIA GERAL II	05	O
Matrícula 10		
TECNOLOGIA BIOQUÍMICA I	05	O
CONTR QUAL PROD FARM COSM I	06	O
TECNOLOGIA FARMACÊUTICA I	06	O
TOXICOLOGIA	06	O
Matrícula 11		
METODOLOGIA DE RADIOISOTOPOS	04	O
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	04	O
TECNOLOGIA BIOQUÍMICA II	05	O
SÍNTESE ORGÂNICA DE FÁRMACOS	07	O
CONTR QUAL PROD FARM COSM II	06	O
TECNOLOGIA FARMACÊUTICA II	06	O
Matrícula 12		
ESTÁGIO INDÚSTRIA FARMACEUT.	20	O

FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - ANÁLISES CLÍNICAS

DISCIPLINA	CRE	CAR
Matricula 09		
ANÁLISES BIOQUÍMICAS	10	0
TOXICOLOGIA	06	0
ANÁLISES CITO-HEMATOLÓGICAS	08	0
ANÁLISES BACTERIOLÓGICAS E MICOLÓGICAS	08	0
Matrícula 10		
METODOLOGIA DE RADIOISÓTOPOS	04	0
ANÁLISES PARASITOLÓGICAS	07	0
ANÁLISES IMUNOLÓGICAS	07	0
CONTR. DE QUALIDADE EM ANAL. CLÍNICAS	04	0
Matrícula 11		
ESTÁGIO EM LABORATÓRIO DE ANAL. CLIN.	32	0

FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

DISCIPLINA	CRE	CAR
Matricula 09		
TECNOLOGIA GERAL I	05	0
TECNOLOGIA GERAL II	05	0
Matrícula 10		
TOXICOLOGIA	06	0
MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS - B	07	0
BIOQUÍMICA DE ALIMENTOS	06	0
ANÁLISE DE ALIMENTOS	06	0

Matrícula 11

ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	04	0
TOXICOLOGIA DE ALIMENTOS	05	0
NUTRIC. APLICADA À TEC. DE ALIMENTOS	04	0
TECNOLOGIA DE ALIMENTOS I	09	0
TECNOLOGIA DE ALIMENTOS II	09	0

Matrícula 12

ESTÁGIO INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	10	0
--------------------------------	----	---

(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 1994, p.4-7)

ANEXO 14

Proposta da Faculdade de Farmácia da UFRGS para o novo currículo de Farmácia

" CICLO BÁSICO

SEMESTRE	Disciplinas	Créditos
1°	Introd.Ciências Farmacêuticas	2
	Matemática	2
	Química Inorgânica	4
	Química Orgânica I	6
	Química Analítica	6
	Anatomia e Embriologia	5
	Total	25
2°	Genética	4
	Biologia Celular e Histologia	4
	Fisiologia	5
	Química Analítica II	6
	Química Orgânica II	6
Total	25	
3°	Bioestatística	4
	Físico-química	5
	Biofísica	5
	Bioquímica I	6
	Imunologia	5
Total	25	
4°	Microbiologia I	5
	Saúde Pública (Higiene, epidemiologia, primeiros socorros)	6
	Farmacologia I	4
	Patologia	4
5°	Bioquímica II	6
	Total	25
	Farmacologia I	5
	Toxicologia	4
	Bromatologia	4
5°	Microbiologia II	5
	Estágio	8
	Total	25

CICLO PROFISSIONALIZANTE - MEDICAMENTOS

SEMESTRE	Disciplinas	Créditos
	Farmacognosia I	6
	Química Farmacêutica	6
	Tecnologia Geral I	5
6°	Tecnologia Geral II	5
	Análise Instrumental	4
	Total	26
	Farmacotécnica I	6
	Farmacotécnica II	6
7°	Homeopatia	5
	Química Farmacêutica II	6
	Total	23
	Farmacognosia III	6
	Farmacotécnica II	6
8°	Controle de Qualidade I (químico)	6
	Química Farmacêutica III	6
	Total	24
	Deontologia	4
	Tecnologia Bioquímica I	5
9°	Farmacotécnica III	6
	Controle de qualidade II (biológico)	6
	Farmácia Comunitária	6
	Total	27
	Farmacotécnica IV	6
	Tecnologia Bioquímica	5
10°	Farmácia Hospitalar	6
	Administração	4
	Total	21

CICLO PROFISSIONALIZANTE - MEDICAMENTOS (Cont.)

SEMESTRE	Disciplinas	Créditos
11°	Farmácia Clínica	
	Farmacocinética Clínica	
	Estágio Farm. Hospitalar	
	Estágio Ind. Medicamentos	
	Estágio Farmácia Comunitária	

CICLO PROFISSIONALIZANTE - ALIMENTOS

SEMESTRE	Disciplinas	Créditos
6°	Tecnologia Geral I	5
	Tecnologia Geral II	5
	Tecnologia Geral III	5
	Economia e Adm. Ind. Alim.	4
	Tecnologia Bioquímica	4
	Total	24
7°	Tecnologia Bioquímica II	5
	Biotecnologia Apl. Alim.	4
	Bioquímica de Alim.	6
	Microbiologia Alim.	7
	Análise de Alim. I	5
Total	27	
	Tecnologia de Alim. I	9

	Análise de Alim. II	5
8°	Nutrição Apl. Tecnol. Alim.	6
	Organização da Produção	5
	Total	25
<hr/>		
	Tecnologia Alim. II	9
	Análise de Alim. III	5
9°	Toxicologia de Alim.	5
	Higiene e Legislação Apl. Ind. Al.	4
	Total	23
<hr/>		
	Tecnologia de Alim. III	9
	Embalagens	5
10°	Tratamento de Resíduos	4
	Metodologia de Desenv. Produtos	6
	Total	24
	Estágio em Ind. de Alim.	20
11°	Total	20

CICLO PROFISSIONALIZANTE - ANÁLISES CLÍNICAS

SEMESTRE	Disciplinas	Créditos
	Bioestatística	4
	Bioquímica aplicada I	8
	Citologia	6
6°	Toxicologia aplicada	6
	Total	24
	Bioquímica aplicada II	8
	Toxicologia aplicada II	6
7°	Hematologia aplicada	6
	Total	20

	Hematologia aplicada II	6
	Parasitologia aplicada I	8
8°	Biotecnologia aplicada I	6
	Administração em Análises Clín.	4
	Total	22
	Bacteriologia aplicada I	6
<hr/>		
	Imunologia aplicada I	8
9°	Micologia aplicada	4
	Parasitologia aplicada II	6
	Total	24
	Imunologia aplicada I	8
	Controle de Qual. Anal. Clínicas	4
10°	Bacteriologia aplicada II	6
	Deontologia e Legislação	4
	Total	22
	Estágio em Análises Clínicas	
11°	Semestre Civil	
<hr/>		

"

(FACULDADE DE FARMÁCIA UFRGS, 1994)

